

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E
TERRITORIALIDADES**

GUILHERME AGLIO DA SILVA

**PESCADORES DE ITAIPU: NOTAS SOBRE
TRADIÇÃO E MODERNIDADE**



Niterói
2018

GUILHERME AGLIO

PESCADORES DE ITAIPU: NOTAS SOBRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, do Instituto de Arte e Comunicação Social como requisito para a obtenção do título de Mestre em Cultura e Territorialidades. Linha de pesquisa: Políticas, Espacialidades e Interações Culturais.

Orientador Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

Niterói
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

S586p Silva, Guilherme Aglio da
Pescadores de Itaipu: notas sobre tradição e modernidade /
Guilherme Aglio da Silva ; João Luiz Pereira Domingues,
orientador. Niterói, 2018.
139 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPCULT.2018.m.14116484717>

1. Cultura e Territorialidades. 2. Pesca Artesanal. 3.
Etnografia. 4. Identidade Social. 5. Produção intelectual.
I. Título II. Domingues, João Luiz Pereira, orientador. III.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e
Comunicação Social.

CDD -

Pescadores de Itaipu: notas sobre tradição e modernidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, do Instituto de Arte e Comunicação Social como requisito para a obtenção do título de Mestre em Cultura e Territorialidades.

Aprovada em 28/03/2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Julia Gali O'Donnell

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marildo José Nercolini

Universidade Federal Fluminense

Niterói, 2018

*Dedico este trabalho à memória de Chico Mendes.
Dedico este trabalho à memória de Frei Alfredo Schnüettgen.
Dedico este trabalho à memória de Marielle Franco.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à toda a minha família, que pacientemente assistiu à minha trajetória acadêmica, a qual nesse momento culmina nesta pesquisa. Meus pais, Marcos e Vera, aos quais devo o fôlego. Meu irmão, meus tios e tias, minha avó Carolina e toda a minha legião de primos.

Ao PPCULT, seu corpo docente compreensivo e afetuoso. Aos meus companheiros de turma e todos os outros discentes, pelas deliciosas companhias e pelas angustias e ansiedades que passamos juntos.

Ao orientador João Domingues pela atenção e camaradagem (e pela paciência, claro).

Ao Museu Arqueológico de Itaipu e todo o seu quadro de funcionários, pela recepção agradável e pelas trocas sempre construtivas que lá tive.

Finalmente, aos pescadores artesanais de Itaipu, pela generosidade que me receberam e pela intensa experiência que me proporcionaram, por cada palavra dita e por cada história contada.

Desejo que esse trabalho possa entregar à altura do que vocês todos me entregaram.

*Llevo mi sombra alerta
Sobre la escama del agua abierta
Y en el reposo vertiginoso del espinel
Sueño que alzo la proa
Y subo a la luna en la canoa
Y allí descanso
Hecha un remanso
Mi propia piel*

Jorge Fandermole - Oración Del Remanso

RESUMO

Este trabalho se debruça sobre as representações sociais dos pescadores de Itaipu, em Niterói, sobretudo na articulação da memória de forma narrativa na inflexão de uma modernização que reconfigura seus territórios. Tendo como base os últimos 40 anos de radical transformação sócio-espacial, analiso as modificações territoriais e morais que irão redesenhar a maneira como esses pescadores se colocam no mundo, constroem seus modos de vida, seu território e se relacionam com a sociedade envolvente. Dessa forma, o trabalho traz reflexões interdisciplinares sobre a produção da espacialidade e temporalidade da pesca em Itaipu articuladas com outras sobre a concepção da memória e a prospecção de um futuro na pesca.

Palavras-chave: pescadores artesanais; Itaipu; identidade; memória; tradição; modernidade.

ABSTRACT

In this work, we discuss the social representation of the fishing community in Itaipu, Niterói - Brazil. We focus on the narrative articulation of memory about the inflection of a modernization that reshapes their territories. The moral and territorial changes caused by 40 years of radical social and spatial transformation is carefully analyzed. We also discuss how these changes redraw the way these fishermen place themselves in the world, how they build their lifestyle and territory, and how they interact with the surrounding society. In this way, this work brings interdisciplinary reflections on the production of spatiality and timing of the fishing activity in Itaipu, articulated with others about the conception of memory and the prospecting of a future in fishing.

Keywords: artisanal fishermen; Itaipu; identity; memory; tradition; modernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Considerações metodológicas	17
Notas sobre o campo	19
A dissertação	23
CAPÍTULO 1 – ITAIPU: OCUPAÇÃO E DISPUTA	25
1.1 Um Canto em Itaipu.....	26
1.2 Medo e encantamento: a ocupação da praia	32
1.3 Século XX: assentando o terreno.....	36
1.4 “Começou em 70”: expropriação e luta.....	39
1.5 Itaipu hoje: a modernização conservadora	43
1.6 Morro das Andorinhas: um ambientalismo equivocado	49
1.7 Associação livre e colônia de pescadores	52
1.8 Retomando o território: Reserva Extrativista Marinha de Itaipu.....	54
1.9 O território de uso comum e o direito à vez	59
CAPÍTULO 2 – O PESCADOR ARTESANAL DE ITAIPU.....	64
2.1 Problemas de uma definição geral: oposições e representações.....	65
2.2 “Pescador de verdade” e a heterogeneidade da pesca artesanal	69
2.3 Do <i>inverno</i> da tainha ao <i>verão</i> da sorte	72
2.4 O arrasto de praia e a rede de espera	74
2.5 Companhas e companheiros	83
2.6 A pesca industrial	88
2.7 O <i>espaço</i>	91
2.8 O <i>tempo</i>	93
2.9 Território e disputa	96
CAPÍTULO 3 – TRADIÇÃO E MODERNIDADE	100
3.1 Ancestralidade e os portos de pesca	100
3.2 Museu Arqueológico de Itaipu	102
3.3 Mestres e memórias	105
3.4 Tradição e narrativa	109
3.5 Modernidade, memória e projeto.....	113
3.6 O desencantamento	115
3.7 O futuro.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Canoa ao mar	23
Fotografia 2: Praia de Itaipu e Camboinhas – imagem de satélite	27
Fotografia 3: Olho-de-cão na beira da praia.....	47
Fotografia 4: Lanço em Camboinhas	76
Fotografia 5: Rede em terra	77
Fotografia 6: Rede de emalhar na baleeira	80
Fotografia 7: Canoa, rede e petrechos do arrastão.....	83
Fotografia 8: Companheiros e puxadores recolhendo a rede	85

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Niterói e bairros.....	25
Mapa 2: RESEX Mar Itapu e portos de pesca – mapa falado	55

INTRODUÇÃO

Pra quem chega até Itaipu com olhos atentos, é possível enxergar as múltiplas formas das quais a praia é lida, vivida e interpretada. Lembro-me na adolescência de elucubrar soluções para o que considerava seus maiores problemas urbanos, como a “desordem” dos ônibus, os flanelinhas e o problema do lixo, claramente induzido pelo olhar de quem vem de carro, de quem passa por ela como um banhista morador de Itaipu de classe média; a minha vivência. Lembro também que essa visão foi desafiada a primeira vez quando iniciei o ensino médio e passei a compartilhar mais de uma hora diariamente no transporte público do começo da manhã rumo à escola, no centro do Rio de Janeiro, com pescadores e suas caixas de pescados bem características no fundo do ônibus, da qual espiava com curiosidade os diferentes tipos de peixes que eles compartimentavam nelas tentando adivinhar qual era qual.

Uma Itaipu que começava a se tornar pra mim também o local do trabalho cotidiano, que esconde uma relação profunda de produção de identidade; o modo de vida de outras pessoas que era sustentado por um imaginário da praia que eu não conhecia, mesmo que de fato eu já soubesse que na praia que me banhava, existiam relações de trabalho no sanduíche natural, no vendedor de picolé, no flanelinha e na própria pesca.

Nesse momento já percebia que a Itaipu da pesca é uma outra experiência de Itaipu, absolutamente própria, porque tem outras relações de significação que mais tarde, durante o meu trabalho de conclusão de curso de Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (SILVA, 2015), pude enxergar de forma mais sofisticada quando me debrucei sobre ela. A praia de Itapu hospeda uma infinidade de grupos sociais, pra além da sua atração turística. Lá, a pesca artesanal faz da praia um território, onde a vida na pesca costura identidades com as linhas da memória e da tradição a um mundo que insiste em se modernizar.

Em junho de 2015, tive o privilégio de presenciar a primeira Marejada Cultural, na praia de Itaipu, Região Oceânica de Niterói. A Marejada Cultural é um evento recente, anual desde então, que reúne uma série de celebrações dos pescadores artesanais de Itaipu com todos os outros grupos que compõem a comunidade, que é

convidada para uma grande festa, com atrações culturais e gastronômicas que se passam desde as areias da praia na altura do Canto de Itaipu até dentro do espaço do MAI/MUSAI (Museu Arqueológico de Itaipu / Museu Socioambiental de Itaipu), o qual hospeda, além do seu acervo convencional, uma série de imagens e outros registros materiais da memória da comunidade preparados especialmente para o evento.

Naquele momento, não tinha exatamente a noção expandida da importância daquele evento pra comunidade de pescadores de Itaipu. Mais tarde, entendi que é fundamental lugar político costurado pela ALPAPI (Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu) para construção de legitimidade sobre o território, ou seja, é a ação direta sobre a memória, o uso do capital simbólico para a visibilidade de suas demandas. Até então, estava participando da celebração como morador, e entrei em uma das rodas de conversa dentro do espaço do museu para assistir os pescadores de Itaipu reunidos em conversa aberta com a comunidade. Nessa conversa, os pescadores relatavam suas frustrações, seus problemas, suas dificuldades, e a beleza de ser o que são com a ânsia de somente continuarem sendo.

Daquelas conversas tomei nota e desse dia decidi fazer o meu projeto de conclusão de curso tendo como problemática o uso político e tático dessas ativações identitárias no contexto de disputa territorial frente aos avanços do poder econômico, sobretudo da especulação imobiliária. Posteriormente, me debruçando sobre novas perspectivas dos velhos problemas, resolvi desdobrar as questões que surgiram após a monografia na Pós-graduação em Cultura e Territorialidades, porém refletindo sobre o problema mais amplo do deslocamento da pesca artesanal – enquanto prática de trabalho e identidade social – com a realidade econômica e social da contemporaneidade, tendo em vista a constante sensação compartilhada entre a comunidade da pesca artesanal de forma quase que unânime de que está cada vez mais difícil viver da pesca.

Antes de apresentar o problema propriamente dito desta dissertação e seus desdobramentos na pesquisa mais detalhadamente, gostaria de destacar uma das falas daquela tarde de junho de 2015, que me chamou atenção e desde então prendeu meu olhar de pesquisador. Para uma plateia de pescadores, parentes, vizinhos de Itaipu e

outros pesquisadores, um pescador, após contar sua trajetória na pesca, da infância, nos tempos de fartura, até à escassez dos tempos atuais, disse:

Então eu acho bom que a gente venha se reunir mais e pedir providência pra nossa parte de pescador, porque pelo que eu tô vendo aí, quer dizer, eu pretendo cabar meus dias de vida na pesca e eu não pretendo mais, tô com 56 anos, não pretendo mais sair da pesca. Não é ao nosso critério, mas aqueles que vêm mais novos que a gente, pragentes também não desanimar, se não a gente vai também chegar aqui um dia e vai olhar não vai ter nenhum barco de pesca, não vai ter nenhum pescador. Eu com a minha idade, se eu tiver 60, 70 anos eu vou olhar aquilo e vou entristecer, vou olhar aquilo ali igual o *Titanic*, né. O *Titanic* foi no fundo, depois pegaram aquela atriz pra representar que ela foi relatar o que houve ali no *Titanic* e ela chorou de emoção, porque ela sobreviveu e ela relatou a tristeza que foi. É um dos filmes que me chama mais atenção e tristeza, eu choro, quando eu vejo todo mundo morrendo, é um troço horrível. Se não houver providência na pesca, vou ficar com meus 70 anos e vou ficar chorando aqui se não ver um barco, um pescador. A minha imagem até eu vir a falecer eu queria ver a pesca aqui em Itaipu. Mas se não tomar providência, eu vou ficar com certa idade ali, não podendo pescar mas nada, e chorar por não ver um barco, um pescador. (Informante. Depoimento [2015] entrevistador: Guilherme Aglio da Silva. Niterói, 2015)

Por diversos fatores, esse relato evidencia que existe uma descrença na projeção de um futuro na pesca. Há uma inevitável mudança de paradigma na ordem social, econômica e simbólica, que influencia diretamente na pesca artesanal.

Não é de hoje que poderosos atores e processos econômicos emergem alheios aos pescadores litorâneos de todo o país e trazem consigo uma reconfiguração profundamente excludente do tecido urbano, muitas vezes expulsando essas comunidades da orla e tomando pra si pedaços de praia importantes para a representação das suas identidades. Esse grupo social enfrenta também a crescente e desigual competição de barcos maiores e mais potentes da pesca industrial, a invasão de seus territórios por rebocadores e navios cada vez mais recorrentes no litoral brasileiro e a consequente disputa pelos recursos naturais.

Todos esses processos prejudicam a pesca artesanal, encarada aqui não só como prática de trabalho que garante a subsistência material daqueles pescadores e seus familiares, mas também como prática social principal que os definem como

pescadores artesanais tradicionais e cimenta toda uma cadeia de significações. Considero a pesca como uma categoria produtiva que, “mais que uma simples especificidade técnica do ato de produzir, encerra um modo particular de viver socialmente” (BRITTO, 1999, p.224), ou seja, conforma uma série de representações sociais que articulam uma identidade de grupo.

Da década de 1970 pra cá, Itaipu vem passando por aceleradas transformações na sua configuração social e no seu ordenamento urbano, apresentando novos atores e dinâmicas na qual as relações entre os grupos se dão, tanto no solo onde vivem e trabalham quanto no mar onde exploram os recursos naturais, de uma forma na qual a estrutura que sustenta a morfologia social do grupo dos pescadores não dá conta de inseri-los nesse projeto de Itaipu que vai sendo montado.

Isso significa obrigatoriamente a construção de um pacote de mudanças e adaptações radicais em sua organização social e sua forma de estar no mundo – tais quais suas velocidades, suas representações e seus modelos de afirmação – proporcionais às mudanças que ocorrem no território onde, com maior ou menor dificuldade, sobrevivem.

Uma agressiva política de incentivo à expansão imobiliária vem se seguindo desde então. A construção da *Ponte Rio-Niterói* em 1974 traz à Niterói um fluxo muito maior de pessoas e demanda por condições de moradia, que se refletiu em um processo de ocupação radical na cidade, principalmente na Região Oceânica, onde se situa o bairro e a praia de Itaipu. Essa ocupação seguiu a vontade de um mercado imobiliário que loteava e vendia a terra em toda a região, de maneira que os arredores da praia de Itaipu se tornaram um atraente investimento para o consumo de um grupo social restrito capaz de pagar pelo projeto de balneário.

Há uma correlação direta e óbvia das mudanças ocorridas após a década de 1970 em Itaipu com as condições objetivas da vida desses sujeitos, de maneira que essas mudanças acarretam em transformações socioambientais e econômicas que superam as condições anteriores nos quais a prática da pesca encontrara seu auge no que se refere à produção; uma época em que os pescadores tiravam centenas de quilos de tainhas do mar com grandes companhas e que mobilizavam muito mais barcos, pessoas e conhecimento ao longo de toda a praia de Itaipu. Dessa forma, construo a

ideia de que a diminuição das distâncias de Itaipu e a integração dela com o mundo globalizado abalaram certos valores compartilhados entre esses pescadores, cujos paradigmas simbólicos foram particularmente modificados com a incorporação de Itaipu aos valores correntes do mundo contemporâneo, que se reflete numa readequação mais profunda e interfere inclusive na subjetividade desses sujeitos.

Sônia Barbosa aponta para o crescente número de entradas de pescadores no sistema de saúde pública em Itaipu por transtornos psíquicos e depressão, devido às transformações socioambientais em curso em seus territórios oriundos de um processo modernizador que não contém um projeto social para eles, afetando-os também na manutenção de suas subjetividades. Desenvolve seu argumento indicando que a psique do indivíduo “possui plasticidade em relação à formação social que a subjuga”, e que com os paradigmas trazidos pela modernidade acabam por afetar a qualidade de vida desses sujeitos na contemporaneidade (2004, p.108). Ela constrói a importante premissa que será explorada nesse trabalho para desenvolver seu argumento, indicando de que tipo de paradigmas e transformações simbólicas estamos falando:

(...) quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída na confluência entre o local e o global, mais e mais os indivíduos são forçados a realizarem escolhas a partir de uma diversidade de opções, que tanto podem estar relacionadas a um estilo de vida próprio, quanto ao consumo e decisões múltiplas no cotidiano que extrapolam a tradição, a religiosidade e a cultura da família original¹ (2004, p.110)

Dessa forma, pretendo demonstrar através desse trabalho que a modernização de Itaipu não se resume apenas aos aspectos urbanos e transformações do espaço no seu sentido absoluto. Faço o esforço aqui para atentar também ao conjunto de valores socioculturais que se modifica e transformam a forma de estar no mundo desses sujeitos e a maneira como esse espaço – a praia de Itaipu, na cidade de Niterói – vai sendo construído através dessas relações, principalmente das novas gerações que surgem neles.

¹ A autora faz referência a Anthony Giddens, em Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

A reprodução social dos pescadores artesanais conforma uma produção do espaço e do tempo que garante a eles alguma singularidade em relação à produção do espaço e do tempo global. Como em outros lugares do Brasil, os territórios onde a pesca artesanal se deu mantinham em algum grau aspectos de isolamento das grandes cidades, até a expansão da urbanização, sobretudo na agência da especulação imobiliária nas praias das zonas pesqueiras. Tal distância relativa entre a praia e uma “cidade” imaginada como oposição a essa Itaipu pelos relatos de pescadores da década de 1970 (LIMA, 1997) foi aproximada sob a perspectiva da produção do espaço com os investimentos modernizadores em infraestrutura e da produção do tempo social com os valores e dinâmicas que a sociedade global transforma nesses territórios.

Esse processo pode representar, em alguns casos, uma forma de apagamento de sua reprodução social específica em função da homogeneização das dinâmicas da vida à luz da produção vertical do tempo e do espaço, ao passo que também pode compreender mecanismos de disputa pela reorganização de seus processos sociais sob a égide da modernidade. Observar a questão dessa forma nos permite compreender esse fenômeno através das oportunidades de brechas sobre o poder de transformação dos territórios, em geral, hegemônico pelo poder econômico dos grandes empreendimentos imobiliários e do poder político que ele exerce sobre a ideologia por trás das políticas públicas efetivadas pelo Estado, sobretudo de seu braço “ambiental”.

Mais especificamente, pretendo analisar como se dá as invocações da memória, da tradição e das representações desses pescadores em um contexto de radicalização de uma “modernidade”, para além da modernização material da praia através de seu processo de urbanização, pautada pela velocidade, pela fragmentação e descentramento dos sujeitos. Não há dúvidas de que a modernidade globalizada, radicalizada nas últimas décadas pela interconexão dos espaços e a velocidade de seus fluxos, tende a construir uma hegemonia dos modos de vida, das éticas e das velocidades (SANTOS, 2014). Os espaços que se dão opacos, com outras lógicas, éticas e velocidades aparecem nas brechas desse processo, na singularidade, na produção de uma alteridade que muitas vezes é indesejada pra ordem estabelecida.

Torna-se possível, portanto, enxergar dois fenômenos distintos em Itaipu hoje, descritos ao longo dessa dissertação na esteira da análise desse espaço através de todo esse processo modernizador que se desdobrou por lá: i) de um lado, os pescadores que estavam reproduzindo-se socialmente a uma dinâmica mais tradicional, de relações intrinsecamente familiares e de práticas sociais orientadas pela vida na pesca. Resolvem então assumir essas práticas e mediar as mudanças dessa modernização, fazendo com que essa memória e esses saberes se tornem um importante critério de legitimação político sobre o território, reivindicando ancestralidade e direitos tradicionais como capital simbólico e ii) as novas gerações desses pescadores, inseridas já em uma Itaipu moderna e globalizada, vê as condições materiais de seus pais pescadores se precarizarem enquanto outras possibilidades de futuro se ampliam e acabam por escolher – em um mundo marcado pela ideologia individualizante com ênfase na biografia do sujeito – a não seguir na pesca, colocando ao futuro uma grande incógnita.

Dessa forma, essa pesquisa pretende compreender melhor como se dá esses fenômenos de forma integrada em Itaipu, de maneira em que nem os jovens que escolhem outras opções e eventualmente saem de Itaipu se descolam totalmente da vida da pesca, e nem os pescadores, que ainda que se assumam “tradicionais”, não deixam de renovar as técnicas e representações sem romper com o espírito da mudança. Esses aspectos, aponto nesse trabalho, fazem parte do próprio projeto de manutenção de identidades singulares e de modos de vida no bojo da modernidade, que apesar da expansão das hegemonias, como tentáculos se debruçando sobre os lugares com cada vez mais potência, permite brechas, disputas, mediações, ressignificações e reterritorializações cada vez mais complexas.

O objetivo desse trabalho é apresentar algumas reflexões, utilizando a ideia de modernidade como marco teórico que oriente algumas questões importantes sobre as desigualdades simbólicas no processo de ordenação do território, de maneira que possamos compreender melhor a agência dos pescadores na tentativa de construir um outro projeto para os territórios pesqueiros em contraponto a alguns dos interesses do poder econômico, bem como seus sucessos e perdas nesse processo. É evidente que do lado da pesca, no centro dessa disputa territorial, há um acúmulo de capital

simbólico na significação de elementos do espaço, na invocação de uma ancestralidade, na agência das tradições, entre outras operações narrativas da memória, na tentativa de criar condições de disputa pelo poder de transformação do território.

Considerações metodológicas

Luís de Castro Faria aponta na apresentação do livro que comporta a tese de Roberto Kant de Lima (1997) que a pesca no Brasil aparece através da bibliografia das pesquisas ao alcance do antropólogo em 3 fases, divididas em função de seus objetivos e problemáticas mais do que de fato uma classificação cronológica. A primeira, Faria aponta o caráter da presença do Estado em seu esforço de ordenamento oficial da pesca, “no sentido de nacionalizar, disciplinar e gerir a produção pesqueira”, sobretudo na primeira metade do século XX. Segundo ele, “nessa Fase I o estudo dos peixes, a ictiologia, restrito à descoberta e descrição de novas espécies, e portanto de raridades, recebe um novo apelo – voltar-se para a identificação das espécies comestíveis e de valor comercial”. (FARIA, 1997, p.22)

A Fase II, Faria aponta os trabalhos de “cunho científico, naturalístico ou etnográfico, de cunho técnico, de apoio, sustentação e promoção dos programas estatais de racionalização e incremento da produção pesqueira” (ibid, p.25). O autor cita o clássico *A pesca na Amazônia* (1895), de José Veríssimo como um marco histórico, e vai listar uma série de pesquisas e monografias até os anos 60.

Na Fase III, entretanto, se dão os trabalhos “da academia e para a academia”, marcados por etnografias focadas nos pescadores, sem objetivos aplicados.

A construção dessa dissertação recebe primeiramente como forte base teórica e descritiva dos fenômenos históricos-sociais os registros da década de 1970, no auge das disputas territoriais com os agentes da especulação imobiliária, dois desses trabalhos, publicados na série *Pescadores e Pescarias*: o de Elina Gonçalves da Fonte (2003) Pessanha e de Roberto Kant de Lima (1997), sendo portanto o livro inaugural da série.

A pesquisa *Pescadores de Itaipu – Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro* trata da dissertação de mestrado de Kant de Lima, publicada junto da monografia de meados da década de 1990 de Luciana Pereira², que refaz um relato etnográfico sobre o ritual do cerco da tainha como principal representação social dos pescadores artesanais de Itaipu. Esse fenômeno é marcado pela divisão “inverno” e “verão” que transcende a percepção moderna das estações do ano para adquirir significados e compreender uma cosmologia própria de maneira que o “inverno”, que é representado pela pesca da tainha, “organiza e aglutina” e o verão “desorganiza e dispersa” (LIMA, 1997, p.128).

O trabalho de Elina Pessanha, cuja dissertação foi publicada no título *Os Companheiros*, trata de questões relativas à produção e divisão do trabalho dos pescadores dispostos nas companhas³, analisando as relações de troca, os mecanismos econômicos que os pescadores têm para adaptar-se distintamente das operações com o mercado, tal qual os leilões à beira de praia e o sistema de partilha, bem como a complexidade das funções de cada companheiro na hierarquia da pesca artesanal disposta em função da experiência e do saber naturalístico dos pescadores.

Já Ronaldo Lobão, tendo como plataforma a leitura das fases da pesquisa da pesca de Luís de Castro Faria, reclama uma quarta Fase, que

Corresponde aos estudos interdisciplinares sobre políticas públicas do setor pesqueiro. Ela incorpora aspectos das três outras fases, como a presença do Estado como gestor de políticas públicas, a preocupação com a reprodução social dos pescadores e a metodologia e os rigores acadêmicos. Mas esta fase tem como características principais seu objeto – os conflitos, a gestão dos espaços e dos recursos pesqueiros, as ações políticas – e sua abordagem multidisciplinar, que busca incorporar o saber tradicional local em seu universo de interlocução. (LOBÃO, 2010, p.9)

² A pesquisa de Luciana Pereira é um relato sociológico sobre alguns aspectos que se modificaram do contexto dos anos 70 para os anos 90 na pesca artesanal, tanto nos aspectos técnicos/materiais quanto nas questões políticas e disputas, tendo como base o trabalho de Kant de Lima.

³ Relativo ao conjunto de pescadores e/ou embarcações em uma mesma operação de pesca, especificamente da técnica de “arrasto”, de maneira que há uma complexa hierarquia de funções dispostas nessas pescarias atribuídas em função de seu saber naturalístico. (PESSANHA, 2003)

Dessa quarta fase, a qual incluo meu trabalho, contribuíram para a construção dessa dissertação uma série de outras pesquisas de uma nova geração de acadêmicos multidisciplinares que foram escritas a partir dos anos 2000, trabalhando exaustivamente com as referências citadas, rediscutindo e recontextualizando questões. Destaco a monografia e dissertação etnográficas de Bruno Mibielli (2004; 2014b), as dissertações de Mirela Araujo (2015) e Victor Carvalhido (2012) e a tese de doutorado da socióloga Paula Chamy da Costa (2011), além do próprio trabalho de Lobão (2010). Claro que outras etnografias que tiveram como objeto privilegiado os pescadores artesanais em outros pontos do litoral fluminense contribuíram efetivamente a esta pesquisa, como o trabalho de Rosyan Britto (1999), com os pescadores de Arraial do Cabo, e de Marco Antonio Mello e Arno Vogel (2017), com os pescadores de Zacarias, em Maricá, como também outros trabalhos sobre Itaipu e suas diferentes relações com o grupo da pesca.

Notas sobre o campo

Em relação ao trabalho de campo, iniciei minhas incursões à Itaipu em 2015 na ocasião da minha pesquisa de conclusão de curso, como observador participante. Desse modo, através dos pesquisadores do Museu Socioambiental de Itaipu, fui apresentado às lideranças da ALPAPI, os pescadores Jairo e Seu Chico. Fui convidado às reuniões da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu e passei a aproveitar a oportunidade para observar alguns aspectos políticos que definiram o rumo das análises dessa dissertação.

A maior parte dos depoimentos de pescadores que constam nesse trabalho são proveniente do acervo material do museu. Alguns foram coletados a partir dos pesquisadores do próprio museu em virtude de uma série de interesses recentes com a salvaguarda da memória da comunidade pesqueira e a história oral dos mestres de saber locais. Outros foram doados por pesquisadores ao acervo bibliográfico do museu para futuras pesquisas. Outra parte das entrevistas foi coletada na ocasião da I Marejada Cultural para a minha monografia, de maneira que as informações contidas naqueles relatos ainda são ricos o suficiente para abastecer essa pesquisa. Nessa atual

dissertação, optei por não tratar dos informantes nominalmente, para não correr o risco de se inculir ao grupo social total uma única visão que eventualmente possa ser destoante do consenso, por descuido ou erro de interpretação que me possa ocorrer. O interessante, penso, é justamente a experiência coletiva e a visão do grupo sobre o assunto, e se corro o risco de representar um consenso com um depoimento individual, corro o risco também de expor o sujeito à suas consequências. Até mesmo os dissensos, os contra-discursos abertos, se foram colocados aqui com esse motivo, julgo desnecessário a exposição da fonte. Os dados e relatos que posteriormente coletei, portanto, são aqueles que qualifico em entrevista direta, principalmente com as novas gerações de Itaipu, os filhos dos pescadores, todos de forma anônima.

Também optei por não qualificar todos os dados de forma objetiva, respeitando a semântica da percepção de quem me fornece as informações. O fiz porque considero impossível auferir alguns dados com precisão, e porque admito que essas categorias aproximadas (como maioria, minoria, pouco, muito, metade, uma parte, etc), quando proferidos por um informante, pressupõem uma relevância interpretada que se revelou útil para análise. Por exemplo, quando questioneei o jovem filho de um mestre, morador do Canto de Itaipu, sobre a profissão de seus colegas de geração que acabam não optando pela vida na pesca, a resposta imediata foi de que “a maioria está metida com mergulho” e as mulheres se formaram na universidade. Essa parece ser de fato a realidade objetiva dos filhos dos pescadores que ainda moram em Itaipu, na beira da praia, que são considerados como mestres e em sua maior parte são donos de pescarias. Entretanto, não acredito que companheiros e puxadores flutuantes submetidos em outra escala na hierarquia interna, que moram afastados da orla e complementem seus ganhos na pesca, possam ser objetivamente medidos por esses relatos. Dessa forma, essa semântica colocada em depoimento pelo filho de um mestre abarca não só a percepção do quantitativo, como também a escala de relevância interna e a percepção do informante sobre quem são os pescadores, e dado que esse levantamento objetivo parece ser extremamente difícil de se obter em uma pesquisa desse porte, para mim parece ser mais razoável essa metodologia, seguindo estas ressalvas.

Quanto ao campo, não encontrei grandes dificuldades na interação com os envolvidos. Em função dos trabalhos de pesquisa destes autores aqui citados e de mais outros, percebi que há em geral uma relação de parceria com a academia, sobretudo daqueles que se apresentam com pesquisas etnográficas. Há um reconhecimento desses trabalhos na valorização dos modos de vida da pesca e na contribuição da visibilização de suas questões e reivindicações no plano político. Muitos de suas conquistas institucionais mais contemporâneas foram pleiteadas com a parceria de instituições ligadas à universidade.

Entretanto, não são todos os pesquisadores que gozam de tal prestígio. Presenciei em uma reunião da RESEX Mar de Itaipu – com setores do poder público, da universidade, de ONGs que mantêm trabalhos ambientais no local e dos próprios pescadores – uma situação da qual um dos representantes dos pescadores se insurgiu à fala de uma pesquisadora ligada a projetos de proteção ambiental que, entre dados de mortalidade de tartarugas marinhas, propusera a mudança do horário de trabalho dos pescadores, para que fosse possível reduzir essas estatísticas.

O pescador se levantou e animosamente questionou não os dados em si, mas complexos e pertinentes panoramas por trás deles. Apontou o incômodo patrocínio da Petrobrás naquelas pesquisas e a omissão de estatísticas que referiam-se à movimentação das embarcações da indústria petroleira e mortalidade de tartarugas, bem como a ausência de estudos que incluíam os motivos da baixa piscosidade observada por eles em Itaipu, que repercutia na pesca artesanal, enquanto pesquisas – financiadas pela Petrobrás – sobre tartarugas marinhas eram pautas constantes ali.

Evidentemente, a reunião procedeu, os ânimos foram mediados “republicanamente”, mas nenhum pescador se submeteu à qualquer mudança de horário que fora proposta por nenhum grupo ambiental financiado por nenhuma petroleira. Naquele momento eu percebi que o estágio de sofisticação das suas potencialidades políticas eram equivalentes aos movimentos sociais mais conscientes de seus processos, e jamais poderia ser percebida através de análises que não considerassem todo o capital político e discursivo que esses sujeitos construíram para si. Suas agências são poderosas e sua autonomia é, ilustrada ali naquele pequeno episódio, algo irrevogável. Não quero com isso, portanto, decretar que pesquisadores

do campo ambiental são rejeitados em Itaipu. Muitos dos pescadores artesanais se orgulham, quando menciono a universidade em minha aproximação, de ceder seu tempo e equipamento para levar pesquisadores para as ilhas e contribuir em pesquisas dessa natureza, enquanto outros relatam “guardar” espécies exóticas que eventualmente fixam nas redes, e há outros ainda que têm uma relação mais íntima com a pesquisa das tartarugas, do qual ouvi bastante na beira da praia.

Dessa forma, parti para meu trabalho de campo construindo uma interlocução, primeiramente com esses pescadores que se apresentavam como representantes, depois aqueles outros que eram apontados como mestres da pesca, dos quais fui convidado em seus lares e colhi informações com seus filhos, e nesse processo fui percebendo as heterogeneidades do mundo da pesca que abordo detalhadamente ao longo deste trabalho. No fim do meu período de campo, recebi um convite de Maurinho para me juntar à pescaria de arrasto dele, às 4 e meia da manhã de uma sexta-feira, em fevereiro de 2018. Naquele dia, Maurinho resolveu desencalhar sua canoa às 4 horas, o que me fez perder sua pescaria. Antes que eu desanimasse a caminho de casa, fui convidado por um companheiro de Lula ali mesmo, antes das 5 horas, para me juntar à pesca dele, já que naquele dia um “puxador” a mais viria a ser muito útil. Uma breve coleção de ressalvas, sobretudo em relação ao que eu podia ou não fotografar, foi colocada para mim a princípio, mas que foi sumariamente sendo deixada de lado à medida em que percebiam que o meu objeto era eles próprios e o que eles faziam. Desde então, passei a integrar a equipe de puxada do arrasto de Lula. Internamente, conforme eu participava, os pescadores foram me agregando ao grupo, o que me rendeu o apelido de Cabeludo.

Entretanto, quero deixar registrado o interessante fato de alguns pescadores se recusarem a me chamar de Cabeludo. Não por hostilidade, pelo contrário. Reconheciam-me na minha condição inicial de pesquisador, se esforçando para articular as palavras que costuravam as histórias, enfatizando as narrativas e a memória, fazendo questão que nada do que dissessem se perderia nas minhas anotações que se revezavam com a puxada. A esses, eu era o Guilherme, pesquisador, pronto para ouvir suas histórias.

Fotografia 1: Canoa no mar



Fonte: Guilherme Aglio da Silva, 2018

A dissertação

Dadas, então, as considerações metodológicas, no primeiro capítulo desta dissertação pretendo tratar das reflexões relativas à construção dessa Itaipu, primeiramente localizando-a, descrevendo suas características, e depois historicizando e refletindo sobre sua ocupação, o encantamento tardio das classes dominantes com a praia e as inevitáveis consequências disso para as seculares ocupações populares de pescadores nesse espaço. Falaremos também da espoliação dos pescadores da orla, cujo marco tomo pela construção da Ponte entre o Rio de Janeiro e Niterói, que escancara o interesse da especulação imobiliária na cidade, até as últimas disputas de ordenamento da praia, com as novas políticas e seus limites e desafios. Nesse capítulo também pretendo estender algumas reflexões sobre a política mais discutida por esses pescadores no momento em que estive em campo, a recém conquistada Reserva Extrativista Marinha de Itaipu.

No capítulo 2 está o resultado da minha pesquisa etnográfica, com o objetivo de tentar identificar heterogeneidades que são construídas em função de diferentes acionamentos internos, seja a respeito da técnica utilizada no mar, da função que executam na prática da pesca ou na sua relação externa. Pretendo tratar também dos problemas de definição da categoria “artesanal” e “tradicional”, tanto na sua origem enquanto categoria, quanto no seu estabelecimento na praia de Itaipu. Abordarei também oposições, considerando a construção da identidade como a marcação da diferença com outros grupos sociais e suas distintas cadeias de prestígio. Nesse capítulo, debatarei as questões envolvendo o espaço e o tempo, de maneira que essa Itaipu vai sendo construída como um território da pesca, bem como a praia, carregada de representações do espaço, se debruça sobre a construção desses pescadores, em uma iminente relação simbiótica.

No terceiro capítulo, dissertarei sobre o processo de construção da tradição, articulando a memória construída coletivamente com um projeto de sujeito, e essa memória é intencionalmente destacada para formar narrativas de tradicionalidade, e dessa forma esses atores encontram mecanismos de ordenar os tempos, os meios de vida e as velocidades, ao passo que encontram capital simbólico para territorializar-se e fabricar capital cultural, tão importante na arena política. Aqui também me disserto sobre algumas questões particulares que a modernidade traz em um escopo cada vez mais global, mas que em Itaipu haviam sido esquecidas por seu relativo isolamento e desconectividade com o mundo. Dessa forma, me debruçarei sobre o incerto futuro de Itaipu, dado que as gerações mais jovens carregam ressalvas à vida na pesca como opção para si.

O presente trabalho, de alguma forma, trata de uma constituição identitária profundamente construída em função do espaço, que por si só é encarado aqui em sua perspectiva relacional, de modo que ele não se constitui apenas de seu suporte físico, mas da narrativa que o constrói como um território, em relação a esses e outros grupos sociais. Desse modo, versar sobre os processos e dinâmicas sociais desses pescadores sem se debruçar sobre o espaço que eles constroem e onde eles estão inseridos é deixar passar parte fundamental do que os definem. Como trata-se de pescadores artesanais “de Itaipu”, é necessário desvendar esse espaço dos quais eles se sentem pertencentes, determinando aspectos chave em seu histórico de ocupação para compreendermos as dinâmicas das disputas territoriais que se dão lá e que constituem esse atributo de “ser de Itaipu”.

Nesse sentido, busco primeiramente construir um histórico dos processos de ocupação, enfatizando as disputas que começaram a modular as dinâmicas do presente e que constrói as múltiplas facetas do que chamamos de Itaipu. As formulações teóricas sobre as propriedades do espaço, do tempo e do território do ponto de vista de uma análise crítica dessas disputas, ancoradas, claro, a partir da articulação dos pescadores artesanais de Itaipu no seio destas, serão destrinchadas no capítulo seguinte dessa pesquisa.

1.1 Um Canto em Itaipu

O nome Itaipu remonta a ocupação indígena pré-colonial e pode ser traduzido do tupi-guarani como “água que canta” ou “barulho da água da pedra” (SEGALA, CALVÃO, 2003, p.57, apud ARAUJO, 2015, p.90)⁴, possivelmente relativo à abundância de recursos hídricos que compõe a paisagem do entorno. Em seu sentido mais amplo, Itaipu é o nome do segundo dos dois distritos que compõem Niterói, cidade litorânea da região metropolitana de aproximadamente 500 mil habitantes (IBGE, 2016), separada do Rio de Janeiro pela Baía de Guanabara, mas marcada pela

⁴ SEGALA, Lygia e CALVÃO, Lea. *Bandas d’Além: almanaque de educação patrimonial*. Niterói: PROEX – Fundação Euclides da Cunha, 2003.

proximidade que a Ponte Rio-Niterói trouxe às duas cidades. No distrito de Itaipu, encontra-se o bairro homônimo, que também se insere na Região Oceânica de Niterói, caracterizada pelos loteamentos de casas de classe média e alta e pelas paisagens exuberantes, seja da mata atlântica preservada em suas encostas e morros, seja das belas praias banhadas pelo oceano Atlântico. Mas a Itaipu no seu sentido mais restrito é a praia que se encontra dentro dos limites do bairro e que hospeda o Canto de Itaipu, distante cerca de 20 quilômetros do centro de Niterói, cujo acesso por terra se dá apenas percorrendo todo o bairro de Itaipu pela Estrada Francisco da Cruz Nunes, principal via terrestre da Região Oceânica.

Fotografia 2: Praia de Itaipu e Camboinhas – imagem de satélite



Fonte: Google Earth, 2017

Já no final da estrada, como um rio que encontra o mar, a pista deságua na Praia de Itaipu, a qual transforma-se numa rotatória terminal, a recém-reformada Praça Doutor Viçoso Jardim, como se fosse sua própria foz. Nessa praça há um canhão característico da ocupação colonial, que enxergava a orla como um lugar de proteção contra as invasões, como também um obelisco que simboliza a ocupação e resistência posterior dos pescadores de Itaipu. Ao redor, esperam as diversas linhas de ônibus que fazem seu ponto final na praça, cuja abundância é incomum nas praias da região oceânica.

Se prosseguirmos à esquerda da praça rotatória de quem, de um forma ou de outra, chega pela Estrada Francisco da Cruz Nunes, teremos acesso a uma área descampada de chão de areia e livre acesso que hoje serve de estacionamento em Itaipu. A área dá acesso a uma série de edifícios importantes dentro da estrutura institucional dos pescadores de Itaipu, com destaque para a sede da Colônia de Pescadores Z-7, reconhecida pela última legislação que regula o setor (2008) como órgão de classe dos pescadores artesanais, bem à borda da areia de Itaipu. Do outro lado do pátio de terra, protegido por um murado alto de pedras, ficam as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, que hoje hospeda o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Também conhecido como Museu Socioambiental de Itaipu (MUSAI)⁵, foi fundado em 1977 com a atribuição voltada ao acervo arqueológico encontrado junto aos sambaqui descobertos na região. Sua função, porém, tem sido cada vez mais incorporada à salvaguarda da memória da pesca artesanal como uma preocupação recente do museu em compreender-se para além dos limites do seu acervo, se voltando para a riqueza cultural e ambiental do seu entorno (FERRAZ, 2013; ARAUJO, 2015).

⁵ “No ano de 2010, pouco depois da transferência das unidades vinculadas ao IPHAN para o IBRAM, surgiu, a partir das ponderações entre as diretorias do MAI, do Departamento de Processos Museais – DEPMUS e da presidência do IBRAM o debate sobre a alteração de sua denominação para Museu Socioambiental de Itaipu - MUSAI. A iniciativa de alteração do nome baseava-se também nas ações indicadas no Plano Museológico da instituição, que contemplava programas e projetos cujo raio de ação não se restringiam à arqueologia. (...) Apesar dos debates promovidos nessa ocasião e da consulta pública, o processo legal para a mudança formal ainda está em tramitação na Procuradoria Jurídica Federal junto ao IBRAM.” (ARAUJO, 2015, p.77 e 80)

Parte principal do seu acervo, entretanto, tem a ver com os achados arqueológicos na região que remontam a uma ocupação humana de mais de 8 mil anos. O mais importante sítio arqueológico é a Duna Grande, cujo acesso fica à direita da praça Doutor Viçoso Jardim, de quem chega pela estrada. Ambas as instituições, MAI/MUSAI e Colônia Z-7, são relevantes dentro dos contextos de formação territorial de Itaipu, e na trajetória histórica de disputas políticas envolvendo a pesca artesanal já foram duplamente reconhecidas como parceiras ou algozes nas reivindicações dos pescadores artesanais em seus interesses, como veremos ao longo deste trabalho.

Ainda em frente à colônia, ao lado do museu, encontra-se a entrada da vila dos pescadores de Itaipu, frequentemente associada à comunidade dos pescadores artesanais em sua faceta física e arquitetônica. Trata-se de um pequeno aglomerado de casas e sobrados de arquitetura bastante característica com suas ruelas sinuosas bem próximas umas às outras que fazem seus limites dali à costa do morro das Andorinhas. Abrigam uma quantidade significativa de famílias da pesca, que resistem em morar próximo à praia apesar do longo processo de reordenamento da orla. Encontram-se também na vila alguns barracões, em sua grande parte desativados ou substituído por bares e mercadinhos, geralmente associadas à pesca, pertencentes a pescadores ou familiares que servem aos locais ou visitantes, muitas vezes complementando a renda dos pescadores e contribuindo para a heterogeneidade que a economia da pesca acaba por desdobrar. Dentro da vila, há um pequeno espaço de confraternização dos pescadores abençoado por uma estátua de São Pedro e pela presença de bares onde se come o pescado de Itaipu. Foi ali onde troquei em diversos momentos com os pescadores e registrei a maioria das entrevistas para esse trabalho. O antropólogo Bruno Mibielli descreve a paisagem da vila da seguinte forma:

As casas e o comércio estão arranjados de maneira bem próxima e a locomoção entre eles se dá a pé, pois as distâncias não são significativas. Redes podem ser vistas penduradas do lado de fora das casas - normalmente as de malha - e é muito comum ver os pescadores se ocupando dos afazeres da pesca, manutenção dos petrechos, conversando e bebendo. Este arranjo arquitetônico, em

“relação harmoniosa com a paisagem”⁶ foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). (MIBIELLI, 2014a, p.7)

Das ruelas estreitas da vila dos pescadores, todas elas acabam levando até a aos cerca de 700 metros de extensão das areias da praia de Itaipu. A parte da areia próxima à vila é disposta na parte oeste da praia, e conta com uma série de bares alocados nos antigos barracões de pesca, que distribuem mesas e cadeiras de plástico pela areia, protegidas por um guarda-sol com marcas de cerveja estampados. Mais ao centro, depois da linha de mesas dos bares, enfileiram-se as embarcações: caícos, baleeiras⁷ e as velhas canoas de madeira; todos os barcos que são ou foram usados na pesca artesanal em Itaipu. Por entre eles observa-se durante o dia uma série de pescadores reparando suas redes. Mais próximo ao mar, naquele mesmo pedaço, uma parte do pescado é limpo e vendido na própria areia para clientes que se aglomeram em volta das bancadas improvisadas próximas ao mar, enquanto as gaivotas, garças e alguns urubus e pombos intrometidos se deliciam com as peles, entranhas e restos que são lançados de volta. Nos fins de semana, essas áreas ficam lotadas de banhistas, sobretudo àqueles que utilizam-se do transporte público para ter acesso à praia.

Quem se coloca na areia, olhando para o mar, encontra o canal de Itaipu a leste, aberto artificialmente no final dos anos 70, que divide a praia de Camboinhas da praia de Itaipu e escoar para o mar as águas da lagoa de Itaipu. No fundo, ao nordeste, aparece a paisagem de montanhas da cidade do Rio de Janeiro, com o Pão de Açúcar e a praia de Copacabana destacados e o Corcovado ao fundo. Ao norte, três pequenas

⁶ “A área protegida denominada Canto Sul da Praia de Itaipu corresponde a um pequeno trecho do litoral do município de Niterói que resistiu ao processo de parcelamento inadequado do solo, cuja ocupação mantém ainda uma relação harmoniosa com a paisagem natural circundante, formada pelo Pontal do Morro das Andorinhas, as Ilhas da Menina, do Pai e da Mãe, o aldeamento de pescadores e o histórico Recolhimento de Santa Teresa” tal qual a transcrição do tombamento de 1987, processo Inepac E-18/300.459/85 (MIBIELLI, 2014a, p.8)

⁷ Caícos e baleeiras são barcos de alumínio que substituíram as velhas canoas de madeira por serem mais leves, principalmente usados na pescaria de emalhar. Também usam motores, mas pude avistar alguns pescadores usando remos.

ilhas, a do Pai, da Mãe e da Filha⁸, saltam do mar desenhando uma mesma composição geográfica em forma de enseada culminando no morro das Andorinhas à oeste. De encostas rochosas cobertas pela Mata Atlântica, as três ilhas e o morro são preservados pelo Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) oficialmente desde a inclusão do local ao perímetro do setor lagunar do parque, no final dos anos 2000.

O morro, que estende-se para dentro do oceano Atlântico como se dele brotasse as ilhas ao norte e esconde a praia de Itacoatiara do outro lado de sua costa, também traz em seu histórico recente uma série de disputas territoriais pelo direito à ocupação. Na costa de cá do morro das Andorinhas, reside uma pequena comunidade centenária de não mais que quarenta pessoas dispostas em pouco mais de uma dúzia de casas que vive em seu cotidiano a luta pelo direito à manutenção das suas moradias.

Toda a extensão da praia, do morro das Andorinhas até o canal, passando pela Duna Grande, a praça Doutor Viçoso Jardim, a Igreja de São Sebastião, incluindo a vila dos pescadores, o museu e a Colônia Z-7 formam o Canto de Itaipu, instituído pelo Plano Urbanístico da Região Oceânica de 2002 como Área de Interesse Pesqueiro. Seu nome é ainda um resíduo da época na qual a praia de Itaipu e Camboinhas eram uma só e a parte hoje relativa ao Canto de Itaipu se assemelha, no seu sentido cartográfico, a um pequeno canto desse todo. Hoje, com a divisão das praias através do Canal de Itaipu, a praia de Itaipu praticamente se reduziu à área relativa ao Canto de Itaipu. É nesse pequeno pedaço de Itaipu que a pesca artesanal se reproduz pra além do mundo do trabalho enquanto prática social e constantemente atua atribuindo significado ao espaço que, por sua vez, se desdobra como parte integrante das identidades relativas à pesca.

⁸ É comum em Itaipu a Ilha da Filha ser chamada de Ilha da Menina. As outras ilhas, como a da Filha, também são chamadas de outros nomes, mas os citados são os mais usualmente ouvidos em Itaipu.

1.2 Medo e encantamento: a ocupação da praia

As origens da ocupação humana da praia de Itaipu remontam ao período neolítico, cujas provas materiais se encontram em posse do MAI/MUSAI, na figura de seu vasto acervo arqueológico capturado de três sambaquis encontrados próximo da região do museu. O já citado sambaqui da Duna Grande em 1962 é o maior e mais importante deles. Com a ajuda da orientação dos pescadores, mais outros 2 sambaquis, Duna Pequena e Camboinhas, foram encontrados no processo de loteamento do bairro de Camboinhas pela construtora Veplan, responsável pelo projeto de loteamento local realizado na década de 1970, que, contraditoriamente à implementação do MAI, conseguiu a autorização junto ao IPHAN para a destruição deles, fazendo com que Duna Grande seja hoje ainda o único sambaqui presente, cuja importância foi reconhecida pelo IPHAN como símbolo da pré-história brasileira, apesar do seu processo de tombamento, iniciado há 40 anos, não tenha sido concluído (ARAÚJO, 2014, p.59). A essa relação ambígua da Veplan com os sambaqui, Paula Costa pontua:

Interessante é o fato dos arqueólogos responsáveis pela localização dos sambaquis terem sido patrocinados pela construtora Veplan em uma iniciativa de salvamento do que fosse possível antes do início das obras de loteamento. Assim, após a localização e retirada de parte desses sambaquis para estudo, a construtora realizou o desmembramento das terras em lotes e os sítios foram destruídos, um dano direto para os pescadores que utilizavam esses locais como pontos de referência terrestre, ancestralidade e identificação com o lugar. (COSTA, 2011, p. 50-51)

Já durante o século XVI, os colonizadores europeus encontraram na região do entorno da baía de Guanabara índios tupinambás ocupando suas costas. Na ocasião, Portugal vivenciava uma investida na região por parte dos franceses pretendendo ocupar a região da baía de Guanabara, que por sua vez tinham boas relações com os tupinambás. Insurgentes, as tribos tupinambás unificaram-se na Confederação dos Tamoios e se voltaram contra os portugueses. Com a ajuda da tribo temiminó, inimiga dos tupinambás, cujo cacique Araribóia se tornaria um importante símbolo da cidade

em função do mito do herói que se criaria sobre ele (BASTOS, 2016), os portugueses conseguiram defender a costa dos franceses e por sua vez os tamoios foram expulsos da margem oeste da baía de Guanabara. Mem de Sá, então governador-geral do Brasil, garante em 1568 a doação de sesmarias relativas às terras de Bandas d'Além para Martim Afonso de Sousa, nome cristão pelo qual Araribóia viria a ser batizado. Na região do morro de São Lourenço, Araribóia montou as choupanas de suas tribos, tal qual uma pequena capela cristã que viria a se tornar a Paróquia São Lourenço.

A ocupação subsequente entretanto é marcado pela doação de sesmarias e o avanço das atividades agrícolas características do período colonial brasileiro, que ocasionaram na elevação das freguesias de São Gonçalo, em 1647, a de São João Batista de Carahy, em 1696, e posteriormente a freguesia de São Sebastião de Itaipu em 1755. A partir daí via-se o progresso econômico, que junto das fazendas, desenvolviam-se engenhos de açúcar e aguardente, e em menor escala algumas lavouras de mandioca e outras leguminosas e cereais. Nas águas do litoral, o transporte de produtos e pessoas cresciam, consolidando movimentações portuárias e estabelecendo conexões entre a cidade do Rio de Janeiro e as freguesias, já habitadas por paroquianos-livres e escravos.

Em relação às atividades econômicas da Freguesia de São Sebastião de Itaipu, Eline Pessanha relata diversas fazendas de cana-de-açúcar e café, além de algumas fábricas de açúcar e aguardente e mais 45 propriedades de menor porte dedicadas à lavoura, que se estendiam ao que hoje corresponde à Região Oceânica de Niterói e Itaipuaçu, fazendo seus limites com as freguesias de São Gonçalo a norte e a de Nossa Senhora do Amparo de Maricá, a leste. Nesse levantamento, Pessanha cita os primeiros registros da pesca na região nos escritos do monsenhor José Pizarro, que descreve uma pescaria farta, no fim do século XVIII. A autora também recolhe registros oficiais de meados do século XIX com referências de uma captura feita em larga escala de camarão e pescado nas lagoas de Itaipu e Piratininga, e detalhes da atividade da pesca na região do Arraial de Itaipu, com menção aos seus arrendatários e às técnicas de arrasto e rede alta, onde mais tarde se instalaria a sede da Colônia Z-7.

A pesca era, portanto, uma atividade econômica de relativa importância na freguesia, como atestam a presença de vários proprietários e arrendatários entre o mar e a lagoa e a ação de dois agentes da Capitania do Porto no local, e, embora fosse praticada anteriormente, pode ter-se constituído numa alternativa de ocupação da mão-de-obra, quando da decadência das atividades agrícolas na freguesia, observada por monsenhor Pizarro já na segunda metade do século XVIII. A organização fundiária existente, por outro lado, baseava-se na divisão da terra em grandes propriedades, fazendas que compreendiam áreas correspondentes a bairros inteiros atualmente, e a atividade da pesca certamente atraiu indivíduos desejosos de se estabelecerem como produtores independentes, e que viam no mar e nas lagoas fontes disponíveis e não apropriadas de recursos abundantes. (PESSANHA, 2003, p.22)

Na constituição social da ocupação do litoral fluminense, não havia por parte da elite o fascínio com a praia como há na lógica urbana atual. Analisando os aspectos simbólicos que construíram a ideia da praia como território na sociedade ocidental, é importante destacar a obra de Alain Corbin, que vai associar que o mar “era um elemento hostil, obscuro, insalubre, caótico e violento”, assim como era “também produtor de medo e elemento impeditivo do estabelecimento das camadas da sociedade dominante em suas margens” (COSTA, 2011, p. 45). Até o século XVIII, o repertório simbólico ocidental era fortemente marcado pela extensa coleção literária que associa o mar ao perigo e a incerteza, desde a intervenção do divino e do monstruoso da literatura grega, passando pelo dilúvio na composição do imaginário cristão, assim como foi também marcado pela memória das catástrofes naturais, invasões, guerras e pestilências associadas ao mar, e que tem fortes relações sobretudo à experiência posterior das navegações e seus iminentes perigos (CORBIN, 1989). Essas representações negativas do mar pautaram uma sensibilidade de medo e determinaram certo distanciamento das elites europeias, portanto, que só começam a ser rompidas gradualmente a partir do século XVII.

Entre 1660 e 1675, os mistérios do oceano dissipam-se graças aos progressos realizados, na Inglaterra, pela oceanografia. No mesmo período, opera-se a retirada de Satã da história mental do Ocidente. Sobretudo três fenômenos, após a efêmera atenção dada por um grupo de poetas barrocos às maravilhas marinhas, preparam a partir daí a mutação do sistema de apreciação: os contos idílicos dos

profetas da teologia natural, a exaltação das praias fecundas da Holanda, abençoada por Deus, e a moda da viagem clássica às margens da baía de Nápoles. (CORBIN, 1989, p.28-29)

Não é difícil associar esse imaginário perdurando no litoral fluminense à medida em que as principais construções do início da ocupação colonial portuguesa relativas ao litoral tenham sido fortificações voltadas para a proteção militar, sobretudo contra os invasores estrangeiros que eventualmente apareceram nas encostas, ilustrada em Itaipu pelo canhão que decora a praça. Parte da visão do Estado para a gestão da faixa litorânea, até o início do século XX, era profundamente associada à proteção e consolidação das fronteiras nacionais, de maneira que a Marinha do Brasil participou ativamente da gestão tanto do litoral quanto do ordenamento da pesca até o panorama ideológico do Estado modificar-se e com ela as políticas de gestão da pesca e do território litorâneo no século XX.

Entretanto, parte desse medo e repulsa ao mar vai dar lugar, no imaginário ocidental, à contemplação da natureza quando intocada, virgem, onde as belezas do lugar estariam disponíveis em seu aspecto pleno. Julia O'Donnell relembra, em sua tese relativa à construção simbólica e material de Copacabana, as inúmeras imagens descritas sobre a praia no século XIX, tal qual as famosas pinturas e descrições de Debret, que muitas vezes minimizavam a ocupação humana existente e exaltavam as características naturais, reforçando a ideia de natureza intocada (2011, p. 36). Diegues ressaltará essa importância da construção simbólica da praia no imaginário do romantismo, partindo da obra de Corbin, colocando em jogo a ideia de “paraíso perdido”:

Finalmente, nessa valorização do mundo natural e selvagem é preciso ressaltar, como faz Corbin (1989), o papel dos escritores românticos. Estes fizeram da procura do que restava de "natureza selvagem", na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime. Nessa procura, as ilhas marítimas e oceânicas desempenharam papel essencial nessa representação do mundo selvagem. Não é por acaso que a ilha de Robinson Crusoe, descrita por Daniel Defoe, no século XVIII representa a síntese da simbologia do paraíso perdido após a expulsão do homem. (DIEGUES, 2000, p.24)

Dessa forma, a ocupação humana no litoral brasileiro adentrou o século XX preservando núcleos de população nas cidades litorâneas conectados ao mar pelos portos que escoavam a produção, anteriormente para a metrópole, posteriormente distribuindo matéria-prima e alimentos para os países centrais, como designado ao Brasil no capitalismo pós-colonial. Nesse sentido, até então a praia era vista como um lugar inóspito, e na medida em que era negligenciada como um lugar de moradia pelas classes dirigentes, seu território era ocupado por segmentos pobres, sem prestígio na hierarquia social, principalmente descendentes de indígenas e escravos libertos ou fugidos, miscigenados ou não com o colonizador europeu. A ocupação da praia acompanha o estabelecimento do Brasil colônia e a prática da pesca sempre esteve associada a essa ocupação, entretanto a fascinação das elites com a praia e a valorização consequente da orla é recente, na medida em que o seu estranhamento com o mar era rompido pelo avanço do cientificismo, que compõe novas versões racionalizadas do oceano em detrimento do monstruoso e do perigo do desconhecido, ao passo que a literatura romântica começa a descrever as praias como paraísos naturais.

1.3 Século XX: assentando o terreno.

Em Itaipu não é diferente. O século XX começa com relativo isolamento das massas urbanas, mas marcado pela anexação da freguesia ao então recém criado município de São Gonçalo, em 1890. Em 1923 é construída a Estrada Velha de Itaipu, que ligava Itaipu à cidade de Niterói. Dessa maneira, o isolamento de Itaipu em relação ao centro urbano niteroiense, que naquele momento se constituía como a capital fluminense, seria gradualmente diminuído. O transporte de pescado até o Mercado de São Pedro, principal entreposto comercial da região, já era efetivamente feito por terra. Até a construção do mercado no século XIX, o pescado era levado até Jurujuba por vias terrestres, para depois ser transportado por “barcos especiais” para o entreposto da Praça XV, marcando o período, na perspectiva da pesca de Itaipu, pelo abandono do transporte marítimo da produção. Elina Pessanha (2003, p.26) considera,

portanto, a construção da estrada como marco inicial para o processo de urbanização de Itaipu, que teria seu ápice na década de 1960.

No entanto, Paula Chamy da Costa considera de fato como marco originário do processo de reordenamento territorial e expropriação dos pescadores o desmembramento, na década de 1940, das fazendas de cana-de-açúcar e café para a criação de loteamentos (COSTA, 2011, p. 46). Nesse período, o distrito de Itaipu passou a fazer parte do município de Niterói, ao passo que ganhou as primeiras políticas de expansão imobiliária, tal qual o desenvolvimento do Plano Estrutural de Itaipu do Urbanista Sabóia Ribeiro, a pedido da Companhia Territorial de Itaipu, introduzindo a exploração do setor imobiliário em 1944 (GONÇALVES, 2010, s/p). Logo depois é aprovado o projeto *Cidade Balneária de Itaipu*, da mesma empreiteira, em 1945, a qual adquire uma série de fazendas na região, parcela o solo, estabelece o tamanho padrão de 360 a 450 metros quadrados por lote e dá origem ao formato de loteamento que se vê hoje em Itaipu (SILVA, 2009, p.36). O caráter residual do tipo de ocupação que remetia à época da lavoura foi rapidamente se transformando em um modelo de urbanização residencial que especulava a orla marítima e redefinía socialmente Itaipu, de maneira que os projetos urbanos subsequentes foram pensados para os setores médios e privilegiados e os pescadores atravessaram esse momento de transição defendendo o direito à sua ocupação prévia.

A agressiva do setor imobiliário no período entre as décadas de 1940 e 1960, decidido a remodelar Itaipu orientado pelos novos significados que a praia passa a ter para os setores dominantes no século XX, inaugura a disputa territorial pela posse da orla contra a ocupação secular da comunidade dos pescadores. Até então, os terrenos de orla eram originalmente territórios da Marinha⁹, com o respaldo do aforamento dos terrenos relativos à colônia dos pescadores e de uma série de decretos-lei¹⁰ do período

⁹“Os terrenos da Marinha são identificados como a média das marés altas no ano de 1831. A partir dessa média, todo terreno que estiver a 33 metros da linha do preamar é considerado da União e de posse desdobrada, ou seja, a União é proprietária da área e pode reivindicar o seu uso.” (ARAUJO, 2015, p.49)

¹⁰“Nessa década as normas para aforamento e ocupação dos terrenos de marinha estavam previstas em diversos decretos-lei. Sob a presidência de Getúlio Vargas o decreto-lei 2.940 de 16/8/1940 foi ampliado pelo decreto-lei 3.438 de 17/7/1941 e sob a presidência de Eurico

Vargas/Dutra que “incluíram os pescadores como outorgados preferenciais do aforamento dessas áreas” (COSTA, 2011, p.46). Ainda assim a Companhia Territorial de Itaipu conseguiu a posse dos terrenos de marinha junto à Secretaria de Patrimônio da União, permitindo a expropriação dos pescadores e suas famílias dessas áreas. O contraventor da colônia, com a ajuda da imprensa, na época, fez a denúncia das irregularidades da construtora, incluindo as áreas costeiras das lagoas de Itaipu e Piratininga, e ao menos a região aforada para a colônia foi protegida, dando origem à resistência do Canto de Itaipu como um lugar da ocupação secular ligada à pesca (COSTA, 2011, p.47-48).

Em Itaipu, esse período foi marcado pela intensidade das ações governamentais para urbanização: o IPHAN autorizou a venda e destruição do sítio arqueológico da Duna Pequena, com o objetivo de construir novas vias de acesso e loteamentos, a Secretaria de Patrimônio da União - SPU permitiu que Companhia Territorial de Itaipu adquirisse e registrasse os terrenos ocupados pelos pescadores e suas famílias e, por fim, a Marinha do Brasil permitiu a construção do Hotel Balneário de Itaipu. (ARAUJO, 2015, p.93)

Até a década de 1960, a disputa territorial entre a especulação imobiliária e os Pescadores de Itaipu seguiu essa narrativa, porém a efetivação dos lotes em empreendimentos imobiliários esbarra em questões legais e condições de investimento, já que a Companhia Territorial de Itaipu era uma empresa familiar, e as terras pertenciam a uma só pessoa jurídica, cujo dono era o Sr. Francisco Pizarro, que tinha a intenção de parcelar o solo e vendê-lo (GONÇALVES, 2010, s.p.; SILVA, 2009, p.36). Entretanto, essa condição muda nos anos 70, e a investida imobiliária alcança um outro patamar.

Gaspar Dutra ambos foram compilados pelo decreto-lei de 5/9/1946. Todos esses decretos-lei incluíram os pescadores como outorgados preferenciais do aforamento dessas áreas.” (COSTA, 2011, p.46)

1.4 “Começou em 70”: expropriação e luta

A década de 1970 em Itaipu é fortemente marcada por dois acontecimentos que definiram o ápice das disputas territoriais: a construção da Ponte Rio-Niterói e a investida da construtora Veplan nos projetos de urbanização e loteamento da Região Oceânica.

A construção da Ponte¹¹ ilustra a ideologia desenvolvimentista do governo ditatorial do período militar no Brasil, marcado pela expansão da indústria automobilística e da ampliação do sistema rodoviário (ARAUJO, 2015, p.94) e representa um marco importante para o processo de ocupação da região, tanto na aquisição de moradias quanto no uso turístico das praias. A possibilidade de atravessar a Baía de Guanabara em poucos minutos via automóvel aproximou Niterói do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, potencializou os investimentos imobiliários em Itaipu. A Ponte, portanto, traz à Niterói um fluxo muito maior, marca a efetivação dos empreendimentos imobiliários na Região Oceânica e simboliza a sede de desenvolvimento que inspira os projetos de infraestrutura característicos do regime militar.

Da década de 70 até os anos 2000, a população da Região Oceânica quintuplicou, tendo taxas de crescimento demográfico anual que beiraram a 10% durante a década de 80, enquanto a cidade teve uma média de 1% de crescimento anual (SALANDIA, 2004)¹². Aumentaram as áreas de média e alta densidade urbana de 2,4% para 38,8% nesse período (WERMINGHOFF et al, 2012)¹³, com crescimento de 112% das áreas urbanizadas e 600% do número de

¹¹ A *Ponte Presidente Costa e Silva*, popularmente conhecida como *Ponte Rio-Niterói*, ou apenas *Ponte*.

¹² SALANDIA, Luis Fernando Valverde. *Condicionantes na configuração espacial de áreas de expansão urbana nas regiões metropolitanas brasileiras. O caso da Região Oceânica de Niterói, RJ*. IN: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 8, n. 5. Niterói, 2004.

¹³ WERMINGHOFF, F.; GIRÃO, R. S.; FERNANDES, P. J. F.. *Análise espacial da expansão urbana na Região Lagunar de Itaipu, Niterói - RJ*. IN: XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012.

domicílios no local nos últimos 40 anos (FONTENELLE, 2013)¹⁴, números que trazem a dimensão dessa movimentação imobiliária. (SILVA, 2015, p.24-25)

Em 1973, a Companhia Territorial de Itaipu é adquirida pela Veplan junto dos terrenos que detinha, “reiterando uma tendência da época de formação de grandes conglomerados no setor imobiliário, em oposição à situação do início do século” (GONÇALVES, 2010, s/p), de maneira que a capacidade de investimento e as condições jurídicas fossem favoráveis para o prosseguimento dos empreendimentos imobiliários. Além da Ponte, o Estado patrocinou (ou respaldou) seguidas políticas relativas à diretrizes de planejamento urbano que tinham como principal interessado e parceiro o mercado imobiliário.

Mas é em 1976 que o Plano Estrutural de Itaipu é apresentado pela Veplan à prefeitura de Niterói. O plano, que substitui parte do projeto de 1945 de Sabóia Ribeiro, foi feito pelo escritório Harry J. Cole e pretende estruturar e ordenar os loteamentos em torno de uma “comunidade planejada”, inspirada nas cidades balneárias americanas e europeias (ibid.).

Segundo depoimento de um pescador local, a narrativa de espoliação tem como marco inicial a entrada da construtora no cenário:

Começou na época de 70. Na época de 70, quando a *Veplan* entrou em Camboinhas, Camboinhas era só a restinga, e era mato puro. A *Veplan* para fazer empreendimento em Camboinhas, agora tá um modelo ali né, Camboinhas é um dos grandes modelos em Niterói. E ali na beira da Lagoa de Itaipu, em volta de Camboinhas ali morava aldeia de pescador, essa colônia de pescadores aqui tinha na lagoa lá, entendeu? E em 70 pra fazer o loteamento ali da *Veplan* em Camboinhas, eles abriram o canal e ali foram obrigados os moradores a se vender pra trocar de residência. Eles compraram as casas dos pescadores e eles saíram da beira da praia. Muitos pararam em Maravista, Engenho do Mato, outros foram pra Cantagalo, outros pro Largo da Batalha, e ali começou o enfraquecimento da pesca de Itaipu. Ali foi indo e foi indo, né, a tainha, ela tinha que o pescador ficar na beira da praia que a tainha,

¹⁴ FONTENELLE, T. H.; CORRÊA, W. B.. *Urbanização efetiva e densidade de domicílios na Região Oceânica de Niterói (RJ) entre 1976 e 2010*. In: Caminhos da Geografia, v. 14, n. 45. Niterói, 2013.

vinha com cardume, pescador morando na beira da praia, pescador cercava. (Informante em SILVA, 2015, p.24)

Foi nesse processo que as dunas que hospedavam os sambaquis recém encontrados foram definitivamente aplainadas, assim como parte da vegetação ciliar da lagoa de Itaipu foi destruída. Dentre as diversas alterações ambientais e urbanas que o Plano Estrutural de Itaipu de 76 instaurou, iniciou-se em 1979 a abertura permanente do canal que liga a Lagoa de Itaipu ao mar com o objetivo de se construir uma marina e um apart-hotel nas cercanias da lagoa, dividindo a praia de Itaipu em duas: Itaipu, no lado relativo ao Canto de Itaipu, e Camboinhas, no lado cujo projeto da Veplan se estabelece. Antes da abertura do canal, a lagoa era sazonal e naturalmente ligada ao mar quando as águas acumuladas pelas chuvas excediam seu fluxo ao limite do banco de areia que separava o mar da lagoa.

Segundo os próprios pescadores, eventualmente eles mesmos abriam a lagoa escavando a praia para regulá-la (PEREIRA, 1997, p.281). Com a abertura do canal, evidentemente o espelho d'água reduziu-se e parte dos terrenos ao redor da lagoa transformaram-se em loteamentos, na medida em que os territórios da lagoa também foram loteados. Nesse processo, além da divisão da paisagem e do isolamento dos portos de pescaria – importantes referências no espaço para o grupo da pesca, onde o arrasto era praticado – os pescadores relatam a pauperização biológica das espécies de pescado e camarão, principalmente devido ao despejo indiscriminado de esgoto na lagoa e à radical diminuição de seu volume hídrico, de maneira que hoje, inclusive, é possível caminhar em grande parte do espelho d'água com ela batendo aos joelhos. Relata saudosista uma integrante da comunidade de pescadores de Itaipu:

Eu sempre comento sobre a praia, esteticamente falando, mas também, não é só estética, tem que ver isso, né: depois que abriram o canal, a pesca ficou péssima, porque tinha aquele período certinho de abertura da lagoa, e eu acredito que isso tenha influenciado nessa falta de peixe, e também nesse processo aí do esgoto. Talvez, se não tivesse essa abertura... Abrindo a lagoa, os grandes empreendimentos têm como escoar todo o esgoto, então “vamos aproveitar. Já que tá aberto ali, vamos fazer a festa”. Acho que foi muito prejudicial aquele canal. (Informante em SILVA, 2015, p.26)

Com a separação das praias de Camboinhas e Itaipu através da abertura do canal, marcou-se o escancarado processo de segregação social no território da praia. O Canto de Itaipu que se constituía área aforada à colônia dos pescadores e, portanto, relativamente protegida da investida do mercado imobiliário, foi permanentemente separado de Camboinhas, onde se instalou o projeto elitista de “cidade planejada”. Todos os pescadores que moravam na orla que não correspondia a área da colônia foram retirados e indenizados por decisão judicial, alocaram-se em regiões mais afastadas, confirmando a expropriação da área iniciada anos antes e modificando de forma profunda a constituição social desses pescadores que existiam em função de um processo muito arrolado com o território como espaço de moradia, do trabalho e da reprodução de sua sociabilidade.

Intrigante observar, portanto, o peso do poder público nas disputas territoriais em Itaipu, o qual parece não hesitar em se colocar como parceiro do mercado imobiliário nesse processo. Atenta-se, afirmando isso, a todos os projetos e diretrizes sobre o ordenamento urbano propostos pelas construtoras e aprovados pelo poder público já citados; às licenças do IPHAN em relação à destruição dos sítios arqueológicos encontrados; às decisões judiciais favoráveis às construtoras em relação à disputa pelos territórios de Marinha que ocasionou do desalojamento dos pescadores, mesmo apesar dos decretos-lei instituindo a outorga de aforamentos aos pescadores preferencialmente; aos pareceres favoráveis da Secretaria de Patrimônio da União, do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, de órgãos estaduais e municipais relativos à preservação ambiental, à gestão das lagoas (SILVA, 2009, p.37), enfim, uma trajetória ilustrada pela simbiótica relação do poder econômico com o poder público.

A Veplan entretanto tratou de anunciar o empreendimento nas mais variadas mídias, e Roberto Kant de Lima, que construiu sua etnografia no auge desse processo no final da década de 70, descreve a maneira como, apesar de toda a espoliação, os pescadores ainda estavam sendo invocados nas peças publicitárias, como parte de uma visão romantizada de paraíso natural onde homens como os pescadores de Itaipu são alocados na “natureza”:

A *Veplan* encarrega-se hoje de “vender” pela televisão, rádio, jornais, revistas e cinemas a imagem dos pescadores como “primitivos” e do local como “paradisiaco”, além de outros adjetivos bem conhecidos do discurso etnocêntrico que sistematicamente joga na natureza aquilo de que culturalmente não se quer apropriar. Pois nada diz de seu trabalho árduo, de seus conhecimentos acumulados por gerações, de sua tarefa estrêua de “dar o sustento a essa gente toda” segundo eles mesmos, utilizando-os apenas como engodo para atrair compradores ávidos de “natureza”, que sua própria visão distorcida transforma e deteriora. (LIMA, 1997, p.53)

Ou seja, não se negligencia completamente a existência dos pescadores em todo esse processo; eles estão presentes nas construções imagéticas da praia de Itaipu instituindo o “imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime”, retomando Diegues. Porém é, como diz Kant de Lima, um imaginário que desumaniza e distorce suas representações; que os constrói como flora e fauna desse conceito de “paraíso perdido”, cunhado sob uma forma específica de ver o mundo, e não como uma parte de um todo integrado social que compreende outras formas de se viver e interpretar o mundo. Enfim, sob a perspectiva do poder dos fluxos culturais, uma construção que “sistematicamente joga na natureza aquilo que culturalmente não se quer apropriar”.

1.5 Itaipu hoje: a modernização conservadora

A expansão do projeto que o Grupo Veplan Residência tocava em Cambinhas foi gradualmente perdendo fôlego na década de 80, culminando na falência da construtora, que sofreu as consequências dos desequilíbrios da economia brasileira dos anos 80 (SILVA, 2009). As praias de Cambinhas e Piratininga acabaram portanto separadas permanentemente sem nenhum tipo de ligação por terra.

Ainda houve a tentativa por parte de pescadores e moradores organizados de embargar a obra do canal, mas o empreendimento só ficou paralisado por um ano, com a abertura de um processo judicial que foi decidido desfavoravelmente a eles, retomando em 80. O Canal de Itaipu foi aberto, mas a marina e o apart-hotel que eram previstos no projeto original nunca foram executados, pois o poder público

reconheceu que a área relativa à lagoa estava inserida em contextos de proteção ambiental.

Entretanto, as transformações da Região Oceânica até esse ponto teriam colocado em jogo um processo irreversível de reconfiguração urbana. Em 1991, houve o alargamento da Estrada Francisco da Cruz Nunes, a principal via da Região Oceânica, que a conecta com a região central da cidade de Niterói. Ao longo da sua extensão concentram-se diversos estabelecimentos comerciais:

São bares, restaurantes, padarias, pequenos mercados, postos de gasolina e pequenos centros comerciais, concentrados, na maioria, ao longo da Estrada de Itaipú. Algumas dessas atividades comerciais, à beira da Estrada, deixam transparecer o caráter recente da ocupação intensificada nos últimos anos. Como por exemplo, lojas de comercialização de materiais de construção civil (tijolos, areia, telhas, entre outros); pequenas empresas imobiliárias e algumas construtoras e escritórios de arquitetura, instalados, muitas vezes, de maneira provisória ou em pequenos prédios com tipologias de construção padronizada. (BIASOTTO, 1995 p.10)

Na interpretação de Paula Chamy da Costa sobre as modificações da estrada, o aumento significativo de estabelecimentos comerciais é “reflexo das transformações no uso do espaço de Itaipu que também se revelaram alternativas profissionais para pescadores e filhos de pescadores e auxiliaram na mudança da dinâmica de reprodução social e cultural existentes” (2010, p.51).

É importante destacar a ampliação das associações de moradores após a década de 80, que até então vêm sendo bem sucedidas em manter a lógica constituída de privatização do espaço, com serviços de segurança, pavimentação, saneamento e limpeza por vezes inteiramente privados, constituindo um poder político importantíssimo. Tal modelo colocado pelas associações já culminou inclusive em disputas judiciais entre moradores quando estas exigiram pagamentos de mensalidade, apesar da ampla maioria defender a atuação delas para a garantia da qualidade de vida do bairro. Ao longo da Região Oceânica, há inúmeras cancelas com porteiros particulares controlando a entrada e saída de pessoas em áreas teoricamente públicas, inclusive as de acesso à praia.

Apesar da praia de Itaipu contar com uma relativa abundância em linhas de

ônibus, para todas as outras, geralmente o que se vê são poucas linhas de transporte público de percursos afastados da orla, selecionando os frequentadores das praias oceânicas com uma política consciente, higienista e elitista de acesso defendida pelas associações de moradores locais e respaldada pela maior parte das políticas de ordenamento do poder público. Praias como Camboinhas sequer dispõem de linhas de ônibus e mantêm em vários aspectos um caráter restritivo de acesso. Sobre essa condição específica de transporte público de Itaipu em relação às outras praias da Região Oceânica (Piratininga, Itacoatiara e Camboinhas), Sônia Barbosa pontua:

Com exceção da praia de Itaipu, que não se submeteu à lógica de exclusão dos frequentadores que não possuem meios de transportes individuais, tanto Piratininga quanto Itacoatiara e Camboinhas passaram por uma ordenação paisagística que excluiu o frequentador que chega à praia por carro ou ônibus. O transporte coletivo urbano só chega até a praia de Itaipu (com considerável distância das outras praias) e os carros não podem ficar estacionados em frente às mesmas. É interessante observar que esse movimento é muito recente. Até 1980, a praia de Camboinhas, por exemplo, poderia ser considerada uma *praia selvagem*, no sentido de ser de difícil acesso e praticamente deserta, mas de intensa exuberância para seus usuários. Em meados dos anos 80, foi *invadida* por moradores de alto poder aquisitivo, que *re-urbanizaram* a praia, construindo casas de alto padrão, calçadões e jardim com projetos arquitetônicos e paisagísticos de considerável custo, e formando uma Associação de Moradores extremamente articulada, que está sempre atenta a qualquer alteração ou *movimento público* que *possa perturbar* a lógica constituída, da transformação de um bem público num bem *privado*. Para se ter uma ideia, para se chegar ao bairro, existe uma única entrada com guarita policial (da Polícia Militar do Rio de Janeiro) 24 horas, ou seja, tem-se sempre a impressão de que seria a entrada de um Condomínio particular e não de uma praia pública. É importante destacar o contraste com Itaipu, pois se acredita que todas essas significativas mudanças têm comprometido a qualidade de vida dos moradores e, especialmente dos pescadores da Colônia. (BARBOSA, 2004, p. 116. Grifo do autor.)

Fica, portanto, evidente a correlação da disposição de ônibus nas praias da Região Oceânica e a condição social dos banhistas e moradores tradicionais do Canto de Itaipu, fazendo com que a praia, facilmente acessível via transporte público, seja majoritariamente frequentada pelas classes sociais que utilizam desse meio de

transporte em seu cotidiano. Essa característica também traz à Itaipu um estigma relativo ao mau uso da praia pelos seus frequentadores, repercutido pelos moradores dos loteamentos de classe média e alta da região oceânica, cujas já citadas associações de moradores patrocinadoras das políticas de privatização do espaço servem.

Tal estigma suspeito ter origens na relação classista e conflituosa que se constituiu o processo de ocupação do litoral nos centros urbanos do Brasil, que para além da segregação física do espaço quando as orlas das cidades passaram a ser valorizadas pelas classes dominantes, também trouxeram consigo um pacote de rejeição simbólica às formas de usufruto da praia pelas classes trabalhadoras, como reflexo do próprio conflito de classes enraizados na essência desse processo.

Dessa forma, o imaginário classista cunhou adjetivos como “farofeiro” para se referir ao indivíduo que desafia o código de conduta da ocupação “civilizada” da praia e vem de ônibus com sua família carregando o que se consome para a areia: a clássica estética de um dia de praia da família pobre com o compartimento de isopor, a cerveja e a marmita, prática muito comum em Itaipu associada pelos usuários do termo à produção de lixo nas praias. Uma leitura um pouco mais sensível da carga depreciativa dessa expressão não pode ignorar o desejo pela exclusividade – o sonho da praia para os seus iguais – que eventualmente figura nas entrelinhas dos mecanismos de controle do uso das praias na cidade de maneira que aqueles que reproduzem esse discurso detêm acesso privilegiado da praia ou dispõem de condições financeiras para arcar com os elevados custos dos bares e quiosques e acessá-la por meios privados.

Dentro desse mesmo pacote de transformações que a Região Oceânica vem sofrendo nesse momento, destaca-se a construção da Transoceânica, como os túneis jornalista Luis Antônio Pimentel e João Sampaio, que oferecem à região uma saída direta para a Zona Sul de Niterói, além é claro de mais investimentos na Estrada Francisco da Cruz Nunes, que contará com ampliação da estrada e a construção de um corredor exclusivo de ônibus, cujo destino final será Charitas. A expectativa é que a Região Oceânica como um todo passe por uma nova ampliação demográfica e a ofensiva do poder imobiliário se expanda, ilustrada pelo próprio projeto, rejeitado em audiência pública, dos investimentos imobiliários na orla da Lagoa de Itaipu.

A essa expansão demográfica, destaca-se evidentemente a explosão do fluxo de pessoas procurando a praia de Itaipu para seu uso recreacional, muito possibilitado pelas transformações urbanas, sobretudo a diminuição da distância geográfica com os investimentos estruturais e as opções de transporte público.

Fotografia 3: Olho-de-cão na beira da praia



Fonte: Guilherme Aglio da Silva, 2018

Paula Chamy da Costa analisa o avanço do turismo em Itaipu como um fenômeno que modifica profundamente as relações territoriais dos pescadores artesanais, mas que atua de forma ambígua. A estrutura urbana do local foi alavancada com o turismo, sobretudo instalações elétricas e linhas telefônicas. Novos postos de trabalho foram abertos ao redor da praia. Segundo a autora, a venda do pescado que se faz diretamente na praia foi ampliada, de modo que a figura que atua como intermediador, o *leiloeiro* ou *atravessador*, que compra os peixes dos pescadores e distribui nos bares e restaurantes por preços mais altos, fosse muitas vezes dispensada, ampliando a margem de lucro dos pescadores. Entretanto, em

campo percebi que esse pescado que é vendido na praia não se faz diretamente pelos pescadores, e supõe uma atualização dessa figura mediadora em função das circunstância do turismo, ou seja, junto dos *atravessadores* aparece esse vendedor de beira de praia como opção de compra do pescado.

Costa também cita sua importância nas demandas políticas, tal qual a parceria bem sucedida firmada entre os pescadores, banhistas e donos de bares contra a construção de um cais e uma marina em Itaipu, no ano de 1994.

O protesto foi direcionado também para a falta de saneamento básico, representada pela presença de 13 “línguas negras” (faixas de água poluída) de esgoto ao longo da praia e para a inobservância por parte das embarcações a motor, do limite de 220 metros da areia, o que além da fuga dos cardumes, colocaria em risco a segurança dos banhistas. (COSTA, 2011, p. 53)

Todavia, Costa pontua que a falta de planejamento do setor em Itaipu contribui para o cenário de perda de direitos de moradia e acesso aos recursos naturais pela comunidade de pescadores. A autora observa que a ampliação do turismo na região contribui para o esvaziamento simbólico das festas locais, tal qual as comemorações de São Pedro, tradicionalmente ligada à comunidade de pescadores. Organizada pela Colônia Z-7, a festa é pejorativamente chamada de “micareta” por parte dos pescadores, que respondem com a efetivação da Marejada Cultural dos Pescadores Artesanais de Itaipu, na tentativa de retomar o valores e significados que a festa de São Pedro dilui em uma Itaipu reconfigurada.

A Marejada Cultural é um grande evento organizado pelos pescadores artesanais de Itaipu desde 2015, no qual, junto de seus familiares, preparam pratos tradicionais com pescados de Itaipu dispostos em uma grande feira com atrações musicais de artistas locais, comícios e debates com os pescadores, pesquisadores, familiares e parceiros sobre os desafios da pesca artesanal como categoria do trabalho e como representação social que conforma modos de vida.

Dessa forma, é evidente que o campo da pesca artesanal, junto dos agentes do lazer e do turismo, consolida uma arena de disputa em Itaipu, “ainda que silenciosa” (COSTA, 2011, p.53). Entretanto, na minha experiência de campo pude observar a

iniciativa de alguns pescadores junto à prefeitura de Niterói, sobretudo nas reuniões da recém conquistada Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, em se estabelecer diálogos para a consolidação de um turismo de base comunitária, no qual os pescadores poderiam contribuir e se beneficiar para a organização do setor em Itaipu. Ao que parece, no entanto, os projetos nesse sentido ainda estão na fase dos diálogos entre o poder público e as entidades representativas desses pescadores e não há, até agora, nenhuma concretização de um projeto que estimule o turismo de base comunitária no Canto de Itaipu.

1.6 Morro das Andorinhas: um ambientalismo equivocado

O tema da espoliação não se encerra na praia de Itaipu. Já nos anos 2000 acontece uma tentativa de expulsão dos moradores do Sítio da Jaqueira, no morro das Andorinhas, na qual o procurador do Estado do Rio de Janeiro entrou com uma ação civil pública contra a prefeitura de Niterói “por não cumprir seu papel de proteção do meio ambiente e permitir a “favelização” do Morro das Andorinhas” (MIBIELLI, 2014b, p.66). No cerne desse debate, destaco duas situações na disputa territorial dos moradores do morro das Andorinhas: a usurpação de espaços da praia ocupados por comunidades tradicionais por falsificadores e o controverso discurso ambientalista que sustenta a expulsão dessas comunidades.

A prática da grilagem, o ato de se falsificar um documento de posse para se apropriar do território alheio, sobretudo de famílias pobres assentadas secularmente em territórios valorizados, também faz parte do repertório de problemas oriundos do processo especulativo sobre o território das praias; o problema original que desdobra-se em suas faces mais obscuras. Esse tipo de crime é comum em toda a região pesqueira de Itaipu, em especial do morro das Andorinhas, e aponta para a histórica ausência da regulamentação fundiária das ocupações populares herdadas, tais quais as favelas, que até hoje, mesmo com o nível de racionalização dos mecanismos de gestão pública do território, ainda não têm garantidos os direitos de propriedade para seus habitantes (COMPANS, 2003). Quando há portanto fragilidade documental e desamparo jurídico, processos de valorização de territórios de ocupações populares

como a da região pesqueira de Itaipu quase sempre trazem junto relatos de conflitos ligados à grilagem. Um dos pescadores cita os sucessivos casos dentro do território pesqueiro, incluindo o nome de Seu Bichinho, morador mais antigo do morro das Andorinhas e símbolo da tradicionalidade local:

(...) famílias que estão em alguns lugares a 100, a 80, e até 200 anos eles vêm com documentos falsos dizendo que é dono como a gente viu, nossa família passou, a família do Bichinho passou, que tem lá uma história de 200 anos, eu, Carlinho, Erica, a gente tá lá a cerca de 80 anos, a casa construída no século XIX, e a gente tá passando por esse conflito, que tá acontecendo em todo território (Informante em SILVA, 2015, p.40)

Um importante debate que se deu ao longo dos últimos anos, insuflado a partir dos anos 90 com a Lei Orgânica do Município de Niterói e a atribuição de Área de Preservação Permanente ao território que compreende o Morro das Andorinhas, se dá em relação as ofensivas de setores da sociedade com a anuência de agentes do poder público que utilizam o discurso ambiental para a desocupação do morro, argumentando que a existência da comunidade na encosta é prejudicial ao meio ambiente (MENDES, 2004). Segundo Diegues, historicamente a política ambiental brasileira dá margem a essa leitura, de maneira que uma parte da literatura que orienta a legislação ambiental é pautada sobre uma ideologia conservacionista da natureza intocada, oriunda da ideia de “paraíso perdido” (DIEGUES, 2000), a qual a ocupação humana é por vezes vista como oposta à preservação ambiental.

Entretanto, os moradores do morro das Andorinhas, articulando o conceito de “tradicional” como categoria política de legitimação territorial, acabaram por conseguir o direito de se manterem no local, mesmo com a alocação do morro à área de preservação estadual da PESET, em 2008, desde que não construam, não plantem ou mantenham roçado no solo protegido.

Quanto aos moradores do Morro das Andorinhas, se existiu uma tentativa de total expropriação resultante da lógica contemporânea de incorporação de lugares historicamente ocupados para a implantação de áreas naturais protegidas, claro está que a resistência à expulsão contou com a incorporação de um elemento político

externo (SILVEIRA, 2001)¹⁵, construído pela sociedade dominante e que é amparado legalmente, no caso, o conceito de tradicional. Havia gente no morro das Andorinhas, “gente assentada, ativa, ganhando a vida com recursos a sua volta” (SCHAMA, 1996)¹⁶, um grupo coeso de pescadores que habita o morro há gerações e atualmente, ainda que não possam realizar construções e haja restrições ao uso do solo (o que cerceia o acesso aos recursos naturais e reprodução do modo de vida), têm garantido direito de permanecerem em seus territórios. (COSTA, 2011, p.57)

Em 2012, portanto, houve uma nova expansão da PESET, “englobando o Parque Municipal Darcy Ribeiro, as Ilhas da Menina, Mãe e Pai, Morro da Peça e também Parte do Bananal” (MIBIELLI, 2014b, p.67). Nessa ocasião, foi pensado o conceito de gradiente de proteção, ao contrário do conceito de mosaico, que estabelece nas áreas incorporadas pela PESET graduações diferentes de proteção, com o objetivo de contemplar a ocupação dessas comunidades tradicionalmente assentadas nesses espaços e garantir a relação que essas pessoas construíram nele, e dele como território e local de moradia.

Mesmo com os esforços de se conciliar proteção ambiental e ocupação tradicional, mais recentemente, em 2015, contrariando ambos os princípios, uma decisão do STF retirou parte do terreno relativo às margens da lagoa de Itaipu da área de proteção, e a indústria imobiliária, com anuência da prefeitura, apresentou um projeto de construção de mais de 200 prédios residenciais para a área. Diversos moradores e organizações civis, incluindo as instituições representativas dos pescadores artesanais de Itaipu e Piratininga, se colocaram contra o projeto, reivindicando que a área seja uma APP (Área de Proteção Permanente) junto à prefeitura.

¹⁵ SILVEIRA, P. C. B. *Povo da terra, terra do parque: presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, SP*. Dissertação de Mestrado do Departamento de Antropologia do IFCH/UNICAMO, 2001.

¹⁶ SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Cia das Letras: São Paulo, 1996.

1.7 Associação livre e colônia de pescadores

Muitos dos projetos dos pescadores, tal qual a própria Marejada Cultural, são tocadas pela ALPAPI (Associação Livre dos Pescadores e Amigos de Itaipu), que é uma das associações independentes das colônias de pesca que representam os pescadores nos inúmeros conflitos que se dão em seus territórios.

No Brasil, tendo em conta a defasagem da produção da pesca em relação as demandas de consumo, que nos obrigava a importar pescado mesmo com nosso vasto litoral, somada ao contexto da primeira guerra mundial, foram fundadas as primeiras colônias de pesca em 1919 pela Marinha de Guerra, na dupla intenção do Estado de organizar o setor e garantir a soberania do território. Logo, em 1923, surge o primeiro estatuto das colônias de pescadores, definindo-as como “agrupamento de pescadores ou agregados associativos”, que estabeleceu a filiação compulsória dos pescadores às colônias (MORAES, 2001, p.1). A colônia de pescadores de Itaipu, hoje Colônia Z-7, mas anteriormente Z-10, foi fundada em 1921 dentro dessa mesma lógica de gestão das atividades de pesca no Brasil, sempre gerida por interventores.

A gente começou a história em Itaipu, antes de 1920, eram os pescadores sem organização nenhuma, foi criada a colônia de pesca que foi pleiteada pelos nossos avós, avô de Lula, avô de Carlinho. O pai de Eraldo e avô de Mauro, Seu Caboclo, foi um dos criadores junto com nossos avós que pediram a intervenção da colônia porque a Lagoa de Itaipu tinha um dono que era o Jânio Mendes. (...) Então, juntou as grandes lideranças passadas e pediram a intervenção: a Colônia de Pesca de Itaipu que foi criada em 1920. Os pescadores de Itaipu nem eram documentados naquela época, então pediram uma colônia de Itaipu, Z-10, e daí começou a história da colônia. (informante em SILVA, 2015, p.32)

Entretanto, as diferentes concepções do Estado brasileiro para o setor promoveram variações na maneira como as políticas públicas e formas de gestão da pesca no país se deram, sobretudo no papel das colônias. A constituição de 1988 marca alguns importantes avanços para o setor:

As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos de trabalhadores rurais. Abriam-se possibilidades das colônias elaborarem seus próprios estatutos, adequando-os à realidade de seus municípios. O artigo 8º da referida Constituição trata exclusivamente de questões comuns às colônias e aos sindicatos de trabalhadores rurais. (MORAES, 2001, p.3)

Como resultado da militância pelo direito à livre associação dos pescadores e sobretudo do CPP (Conselho da Pastoral da Pesca no Brasil), na figura de Frei Alfredo Schnüettgen, a constituição de 1988 desobrigou os pescadores a serem filiados às colônias de pesca, que conseqüentemente detinham o monopólio da representação. O resultado disso foi uma interlocução entre os pescadores e Frei Alfredo, mediado por Roberto Kant de Lima, que além de ter trabalhado no PESCART (Plano de Assistência à Pesca Artesanal) da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) na década de 70, criou relações com os pescadores de Itaipu após a elaboração de sua dissertação, transcendendo a relação da aproximação acadêmica, na qual aderiu “voluntariamente aos movimentos de emancipação de construção de cidadania da classe de pescadores ‘artesanais’” (LIMA, 1997, p.17). Frei Alfredo já trabalhava junto a CPP, sobretudo na região nordeste, para “libertar os pescadores do jugo das colônias, defendendo que estes teriam direito a livre organização, além de trazer a discussão sobre a comercialização do pescado, previdência e aposentadoria” (MIBIELLI, 2014b, p53), e contribuiu para a criação de associações livres em Itaipu e Arraial do Cabo pouco antes de seu assassinato em 1988, vítima de uma emboscada na região nordeste (COSTA, 2011, p.68), como muitos outros líderes populares ligados às disputas sobre a posse da terra e recursos naturais na história recente do Brasil.

De acordo com Bruno Mibielli, a construção de uma associação livre poderia causar problemas junto aos pescadores associados à colônia, então por questões políticas, incluiu-se os amigos, ampliando o escopo de associados e agregando força. Em Itaipu, surgiu então em 1988 a Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (ALPAPI), que desvincula-se do aparelho institucional da Colônia Z-7 e ganha uma dimensão política de movimento social independente, articulada com outros movimentos de pescadores de outros pontos distantes no litoral e com outras

instâncias nacionais de organização, com demandas políticas locais e nacionais, conscientes dos processos e contextos globais que deflagraram os problemas pelos quais passam, cuja solução encontram não apenas localmente, mas no acúmulo das lutas desses movimentos e instituições parceiras compartilhadas através de redes solidárias de interlocução.

Entretanto, as colônias de pesca não foram completamente esvaziadas em seu sentido político. Em Itaipu, elas estiveram alinhadas com as demandas da FEPERJ (Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), muitas vezes colocadas em Itaipu como antagonistas às demandas da ALPAPI, e certamente ainda mantêm parte de seu poder político, sobretudo depois da política do defeso¹⁷, instituída nos moldes atuais no início do mandato do presidente Lula, em 2003. Para receber o benefício do seguro defeso, o pescador artesanal precisa ter seu cadastro regularizado na colônia de pesca relativa ao seu local de trabalho e apresentar a documentação respectiva ao Ministério do Trabalho. Nesse sentido, muitos pescadores artesanais em Itaipu, sobretudo àqueles ligados à ALPAPI, consideram a política do defeso uma manobra “assistencialista” pois com isso, muitos beneficiários se cadastram nas colônias apenas pelo benefício em si, sem serem de fato pescadores, ao passo que as decisões deliberadas pelos seus associados, tais quais as eleições de sucessão, seriam sumariamente aparelhadas pelas lideranças da colônia, nem sempre representando os interesses dos pescadores, sobretudo dos pescadores artesanais.

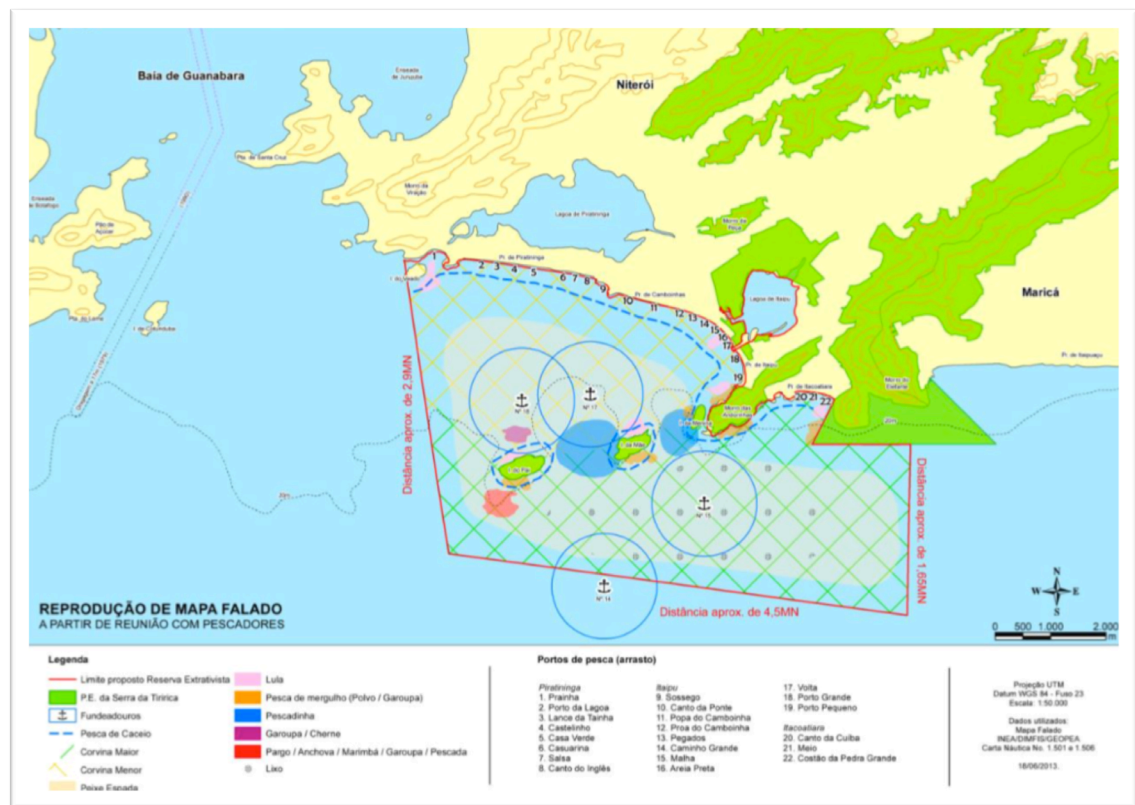
1.8 Retomando o território: Reserva Extrativista Marinha de Itaipu

Um dos principais conflitos que acabam por surgir entre a ALPAPI e a Colônia Z-7 aparece principalmente na atuação dessas duas entidades na trajetória de implementação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, que começa a ser discutida na década de 90. Na interlocução da universidade, sobretudo através da presença de Kant de Lima e o NUFEP (Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas), com os

¹⁷ O defeso é o período de paralização da pesca em determinada região devido às condições de reprodução de espécies marinhas, no intuito de preservá-las. Dessa forma, o governo garante aos pescadores a remuneração nesse período através do benefício do seguro defeso.

pescadores de Itaipu, é levado a cabo a possibilidade de uma Resex-Mar (Reserva Extrativista Marinha) em Itaipu, na medida em que a política estava sendo implementada em Arraial do Cabo com apoio técnico do próprio NUFEP e observada pelos pescadores de Itaipu.

Mapa 3: RESEX Mar Itaipu e portos de pesca – mapa falado



Fonte: SEA-RJ, 2013

As Reservas Extrativistas entraram nos debates das políticas públicas no país no contexto das disputas dos seringueiros pelo acesso aos recursos naturais e pela posse da terra. De uma forma geral, as RESEX

definem um território, uma forma de regularizar o acesso a ele, condicionando a exploração do recurso ao manejo sustentável

(Allegretti, 1994)¹⁸. Assim, destinadas a serem áreas de exploração sustentável e conservação dos recursos naturais por população extrativista, as reservas extrativistas receberam atenção por tratar-se de uma categoria que une preocupações ambientalistas com as prerrogativas das comunidades tradicionais locais. (COSTA, 2004, p.3)

Sobretudo através dos movimentos dos seringueiros livres, no Vale do Acre na década de 80, o movimento seringalista conquista o que viria a ser a primeira reserva extrativista do Brasil, a RESEX do Alto do Juruá, após o violento contexto de disputa que culminou na morte de Chico Mendes, mais um líder popular assassinado em processo de reivindicação pelo direito à terra e aos recursos naturais.

Ronaldo Lobão destaca na sua obra *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo* que o “primeiro compromisso dos extrativistas com a conservação da natureza não é, nem foi, o mesmo dos ambientalistas” (LOBÃO, 2010, p.23). Na verdade, o autor defende que os movimentos seringalistas que geraram as RESEX visavam estabelecer o controle sobre os territórios fundamentais às suas identidades.

Nesse sentido, ele tece uma crítica à maneira com que as políticas ambientalistas caminharam, na esteira das políticas de unidades de conservação, contribuindo com a expulsão dos povos tradicionais que eventualmente vivem dentro de áreas protegidas. Especificamente, Lobão se refere sobretudo à promulgação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), de 2000, que viria a ser um desdobramento negativo de uma tática política dos movimentos seringalistas na ocasião das eleições de Fernando Collor, em 1989. Naquele contexto, tendo em vista a visão liberal que Collor tinha, naturalmente criou-se a expectativa de que possivelmente haveria pouca prioridade para as políticas de reforma agrária, portanto também para o órgão onde as RESEX estavam submetidas, o Incra (Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária). Nesse sentido, foi pleiteado a sua incorporação ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e por decreto do presidente José Sarney, as RESEX passaram a fazer

¹⁸ ALLEGRETTI, Mary Helena. *Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia*. In. O destino da floresta. Rio de Janeiro: Redume-Dumará, 1994.

parte das políticas ambientais e os espaços pretendidos foram tratados como áreas de conservação da natureza em 1990, tal qual as RESEX foram acopladas ao IBAMA (LOBÃO, 2010, p.39).

Entretanto, com a criação da lei do SNUC, as RESEX tiveram uma série de mudanças, entre elas, a substituição de um Plano de Utilização considerando o “saber local” e “sensibilidades jurídicas” particulares por um Plano de Manejo, fundado em um documento técnico que define as normas para o manejo dos recursos naturais (ibid., p.24). Nesse sentido, a nova Lei do SNUC substitui o saber naturalístico local como componente fundamental na gestão do território, conformado e gerido dentro da rede de relações e significações dos povos às quais essas políticas estão sendo submetidas, por um plano de manejo “técnico”, orientado por uma percepção colonizadora que legitima o saber “científico” sobre o saber “tradicional” de um território que é verticalmente zoneado e definido.

Segundo Lobão, “o processo se deu, basicamente, a partir da desvalorização do passado e do presente ante as necessidades do futuro e da transformação de espaços singulares em macroespaços” (id.), assumindo que as práticas seculares dos povos seriam incompatíveis nessa ideia de preservação da natureza, desconsiderando suas concepções internas, ao passo que universaliza os espaços em questão. Inevitavelmente, a política das Unidades de Conservação sugere a reconstrução de suas relações com a terra, ou muitas vezes, quando inviabilizados de plantar, de caçar ou de representarem seus modos de vida, a saírem de lá, como ilustrado no caso aqui descrito do Morro das Andorinhas, no conflito despertado pela inclusão da área à PESET, em 2008.

Através de moralidades científicas, operadas por um saber técnico, instituídas de cima pra baixo sobre o uso do espaço e dos recursos do território, conforma-se uma construção autoritária da temporalidade e da espacialidade nesses espaços onde as comunidades acabam por tuteladas pelo Estado, no qual anteriormente produziam a si próprias com uma temporalidade e uma espacialidade específica e particular, de maneira que as políticas construídas nessa forma se consolidariam em uma *cosmologia política neocolonialista*.

Nesse caso, consideramos os mecanismos de regulação do território por parte dos grupos tradicionais que vivem nele e da exploração dos recursos naturais de uso comum como fator primordial na perspectiva de sua continuidade, sem precisarmos apelar a um protecionismo que desconsidere a ocupação humana nesses espaços.

Apesar dos debates sobre os rumos das RESEX, o processo em Itaipu seguiu. Depois do processo em Arraial do Cabo para a efetivação de uma RESEX Mar, o processo foi iniciado em 1999 em Itaipu, em uma parceria do NUFEP, do CNTP do IBAMA e a comunidade de pescadores artesanais. Entretanto, naquela ocasião houveram resistências à ideia da implementação de uma RESEX, sobretudo contra o impedimento de pescadores de outras áreas não pudessem pescar ali. Aliados a isso, em 1999 a Colônia Z-7 tem uma nova direção, alinhada com os interesses da FEPERJ, que faz com que o debate sobre a RESEX Mar de Itaipu recue e os conflitos entre ALPAPI e a Colônia Z-7 evidenciem-se. Em 2004, as discussões acerca da RESEX retomam com a participação de mais lideranças locais e no contexto da ampliação da PESET, o INEA assume as discussões e é efetivado então a RESEX Mar no âmbito estadual, finalmente em 2013.

Dado a recente efetivação da política e os esforços dos pescadores para que ela seja aplicada em sua totalidade, o diagnóstico da política que se recolhe em Itaipu ainda parece carecer de uma temporalidade que de fato nos permita enxergar seus limites e desafios, mas ainda sim há questões a serem tratadas, como relata um pescador local integrante da ALPAPI:

A gente criou a RESEX justamente pra coibir e ordenar essas ações que venham prejudicar os recursos naturais e a vida da sustentabilidade do pescador. Como o Lula colocou, infelizmente, o governo passa por algumas mudanças, por questão política, o gestor tá fora, primeiro a Reserva começa com um regimento interno, um acordo de gestão e um plano de manejo. Essas questões elas só vão ser finalizadas com um acordo de gestão. A gente vai falar na reserva o que pode e o que não pode. Mas só tem duas coisas que estão proibidas hoje: a pesca industrial – ela pode trafegar na reserva, não pode cercar – e água de lastro. Tá no decreto. O que pode e o que não pode, o uso, a gente vai discutir isso no acordo de gestão, depois vai oficializar isso, que vai mudar de 5 em 5 anos, 2 em 2 anos, depende. Ela não tá 100%. Acho que a gente teve um avanço muito grande, no meu ponto de vista, porque a gente tem

bastante conflito com a criação da reserva, por se tratar de uma área que tem um interesse muito grande de outros setores, conflitou muito com esses setores que tem a especulação imobiliária, a pesca industrial, todos esses grandes empreendimentos com certeza. Ela ainda não tá funcionando porque só vai falar “a reserva tá funcionando”, na hora que a fiscalização estiver toda ordenada. Igual a todo projeto ambiental, a gente vai esperar uma faixa de uns dois anos pra ver um resultado positivo, mas já existe. Mas com certeza, a natureza tem um poder de regeneração que a gente não pode imaginar, né? Eu conheci, já vi alguns documentários sobre a recuperação ambiental, que a natureza dá uma resposta antes dos técnicos esperarem. Então a nossa esperança é que isso aconteça, com certeza. Então se a fiscalização e o ordenamento forem efetivados com certeza a gente vai ter essa resposta. (Informante em SILVA, 2015, p.36 e 37)

1.9 O território de uso comum e o direito à vez

A princípio, as RESEX foram pensadas para trabalhar a noção dos espaços e recursos naturais de uso comum, como as florestas, os lagos, lagunas, campos, rios e praias e a garantia dos grupos sociais associados à exploração de seus recursos de continuarem o fazendo tendo em vista os conflitos eclodidos pela disputa desses territórios.

Esses espaços territoriais subsistem geralmente, em regiões marginais, em geral de difícil acesso e próximas às comunidades rurais e litorâneas. Sob o ponto de vista jurídico-formal são frequentemente terras devolutas, sobre as quais as comunidades não têm documentos de propriedade. Em muitos casos, vários desses espaços foram transformadas em terras públicas, com o estabelecimento de áreas naturais protegidas e vegetação de proteção ambiental como manguezais, dunas, restingas. Esses espaços comunitários encontram-se, na maioria das vezes sob pressão da expansão urbana, da grande propriedade rural e também pela expansão das áreas protegidas de uso restrito, onde, por lei, estão excluídas as atividades econômicas de moradores tradicionais. (DIEGUES; MOREIRA, 2001, p.9)

Ao longo dos anos, uma série de comunidades tradicionais exploram os recursos de seus territórios orientados sob mecanismos de regulação e normas internas aos grupos, em uma espécie de direito consuetudinário que ordena seus usos, cunhado coletivamente sob a perspectiva desses grupos do seu usufruto contínuo. Nesse

sentido, o acesso aos recursos naturais é garantido através de uma coleção de normas partilhadas por todos aqueles que estão inseridos ao grupo, reconhecendo os princípios vigentes que o regulamentam, construídos através da experiência desses grupos no próprio uso do território e reproduzidos de forma oral, comunitariamente.

A estima e a tradição entram em jogo aqui. Os significados que foram produzidos pela experiência contínua de exploração desses recursos, quando estamos tratando de comunidades que viveram e constroem suas narrativas identitárias nesse território, não se resolvem no ato da exploração do recurso: os elementos do território têm significados, participam na constituição dos modos de vida, de maneira em que não só o passado e o presente estão contidos ali, mas como também o futuro, na perspectiva da continuidade desses modos de vida associados à exploração desses recursos.

No caso dos pescadores artesanais de Itaipu, o território de uso comum é o mar, onde dele provém os recursos a serem explorados pelos pescadores e para onde as RESEX marinhas estão sendo pensadas.

Submetidas ao fato da pesca ser considerada de livre acesso, ao agravamento dos riscos sofridos pelos oceanos, à especificidade dos recursos explorados (como mobilidade e sazonalidade), à ausência de institutos jurídicos que garantam seus direitos históricos e à dificuldade em entender-se terra e mar como uma unidade na qual comunidades que desenvolvem a pesca artesanal dependem não só economicamente, mas sócio-culturalmente, essa parcela da população nacional permanece marginalizada em um contínuo processo de empobrecimento econômico. (COSTA, 2004, p.1)

No mar, portanto, os recursos que nele se encontram são considerados como *domínio público* (LIMA, 1997, p.200). Rosyan Britto (1999, p.226) discute essa característica do espaço, dizendo que muito embora a concepção dominante vá atribuir a espaços como o da praia o sentido de “coisa comum” em oposição ao de “coisa sem dono” na esteira de uma visão mais universalizante dos espaços, esses territórios jamais se constituem sob vazios culturais, independente das condições legais que definam seu uso. Para os pescadores de Itaipu existe também um contrato social verbal que determina a exploração desses recursos; um conjunto de regras

produzidas pelas suas percepções do território que constitui-se de um direito da pesca, que é tido localmente como *direito à vez*.

Esse contrato visa disciplinar, na pescaria “de lanço”, a utilização dos “pontos de pesca”, estabelecendo normas que assegurem sua exploração concomitante e isolada ou ordens de sucessão para sua exploração conjunta. (LIMA, 1997, p.205)

Essa normatização e ordenamento do uso do espaço é descrito pelos pescadores como um “acordo de cavalheiros”, porque não se trata de uma norma escrita, mas de um contrato verbal e consensual respeitado pelos pescadores de Itaipu com o objetivo de distribuir as oportunidades da pesca e evitar prejuízos para as pescarias. Trata-se de um recurso extraído da natureza, cujo ordenamento – o *direito à vez* – é necessário para sua extração harmônica e o equilíbrio dos ciclos das espécies de peixes.

É também um mecanismo que identifica os pescadores que são “de dentro” e os que são “de fora”, no qual o conhecimento das normas consuetudinárias é importante para legitimação daqueles que participam da dinâmica da praia de Itaipu e da apropriação de recursos (CARVALHIDO, 2012), assim como em outros lugares existem outros contratos consensuais que normatizam a exploração e que são compreendidos localmente.

A gente tinha vários *acordos de cavalheiro*. Agente tinha tomada de lanço, a gente tinha o lugar onde se podia pescar, onde você não podia pescar, quem podia pescar, né. Não é que você não pode pescar... eu não podia pescar com a minha pescaria de rede de malha do meio da praia, lá da praia é de 3 horas até 4, 5 horas da tarde, assim, 17 horas, 19 horas, por aí. Podia começar a pescar depois disso aí ou bem antes, porque aí eu ia tá atrapalhando a pescaria de arrastão. Mas isso não tava escrito em lugar nenhum. (...) Tinha um ponto de pesca lá do outro lado do canal né, que as pessoas chamam de Camboinhas hoje. Ele tinha que sair de tarde com a embarcação pronta pra ir pescar, ir lá jogar a âncora dentro d'água, molhar a âncora toda, jogar a âncora pra cima, e ir embora. E isso não tinha, não tá escrito em lugar nenhum, era o *acordo de cavalheiro*. É um desperdício eu arriar uma embarcação gigante, 12 homens pra botar pra baixo, botar pra cima, botar dentro d'água de tarde, tipo, 9 hora da manhã, bota o equipamento todo à bordo, ir lá

com 6 homens, 5 homens no mínimo, ir lá botar âncora, dentro d'água, botar pra cima, no lugar onde queria pescar. Então eu fiz assim hoje, a vez amanhã é minha. (JORGE NUNES DE SOUZA (Seu Chico). Entrevista concedida Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 18 nov, 2012. Grifo do autor.)

Para os pescadores, esse *acordo de cavalheiros* se dá sobre a legislação institucionalizada, pois o *direito à vez* estabelece uma sensibilidade jurídica local que é percebida dentro dos parâmetros morais desenvolvidos no contexto da pesca e operada nesses termos. Já a legislação instituída pelo Estado é vista com desconfiança, em função de todo o histórico de perdas jurídicas e negação de direitos descritos nos tópicos anteriores respaldado pelo poder público e da complexidade da operacionalização da lei, instituída desencaixadamente¹⁹ com os processos sociais locais e tendendo para o lado daqueles que a dominam.

(...) um dia, eu falando numa reunião de pescadores, né, eu era garoto, né, não deveria ter falado também, não era permitido, né, era muito jovem, que é... a relação do *acordo de cavalheiro*. Falei que a gente tinha uns *acordos de cavalheiros*, né, que hoje já não existe mais, e eu perguntei por que é que eles não faziam aquilo virar lei? O pescador virou pra mim e falou o seguinte: Chico, vou te explicar porque você tá muito novo: lei ela é feita pra ser quebrada, é a lei, você cria uma lei e você faz alguma coisa contra a lei, contrata um advogado, se defende, e não acontece nada, e um *acordo de cavalheiro*, se você quebrar, você destrói tudo em volta, você fica desmoralizado. É por isso que não pode fazer lei, porque lei você quebra a lei com um advogado. (id.)

Nesse sentido, o *direito à vez* não constitui de uma legislação institucionalizada, nem se pretende como uma, mas também serve, como aponta a discussão que Lobão traz à promulgação da lei do SNUC, para uma articulação com a lei instituída pelo Estado, pensando as RESEX em sua totalidade.

Essa articulação, porém, não se dá através de uma relação mecânica, onde a lei simplesmente garante ou impede o acesso ao espaço regulado por aquele, mas se realiza através de uma convivência

¹⁹ “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço.” (GIDDENS, 1991, p.29)

complexa de códigos distintos, onde, de acordo com a dinâmica das forças sociais que nele atuam, aquilo que um nega o outro pode facultar (BRITTO, 1999, p.227)

Dessa forma, é importante pensar em uma Reserva Extrativista Marinha como um direito instituído pelo Estado na forma de uma política pública que precisa passar pelo direito consuetudinário exercido pelos grupos tradicionais que regularam os usos em seus territórios, se não corremos um risco de estarmos sequestrando a possibilidade de alguma autonomia que esses grupos têm sobre seus modos de vida para passarmos a tutela-los sobre nossas (da concepção dominante) perspectivas colonizadoras e universalizantes.

CAPÍTULO 2 – O PESCADOR ARTESANAL DE ITAIPU

Em primeiro lugar, tendo em conta que o objeto privilegiado dessa pesquisa são os *pescadores artesanais tradicionais de Itaipu*, é importante dizer que considero aqui essa categoria como uma identidade social de um grupo que se organiza e conforma toda uma existência singular em função da vida na pesca.

Parto portanto considerando a “identidade” uma categoria passível de ressignificação e transformação e rejeitando a ideia essencializada e fixadora associada ao conceito, pois não a considero como

um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com estruturas de poder. (SILVA, 2014, p.96)

Nesse sentido, quero destacar algumas das representações sociais – o sistema de significação associado à múltiplas interpretações da realidade e as intrínsecas relações de poder contidas – que moldam essas identidades tal qual se apresentam no tempo e no espaço. Essas relações de poder, tendo em conta meus limites epistemológicos, precisam ser desnudadas para que a análise dessas representações possa superar um mero processo descritivo das possíveis formas dos pescadores estarem no mundo. É necessário complexificar em que grau a maneira que compreendemos suas representações são processos que privilegiam a autodeterminação e hermenêutica local sobre suas próprias vivências, ou se na verdade, são distorções construídas verticalmente, mediados por relações de poder radicalmente desiguais – onde elas se tornam mais úteis para analisarmos a natureza dessas relações do que a realidade em si – como no exemplo da publicidade da Veplan, descrita por Kant de Lima e discutida no capítulo anterior. Dessa forma, adoto a noção de que

As nomações e classificações, como de resto qualquer forma de representação da realidade, são categorias que expressam tanto mais a diversidade do real quanto mais se encontram impregnadas das práticas concretas e dos significados que estas assumem para os seus próprias agentes. (BRITTO, p.36, 1999)

2.1 Problemas de uma definição geral: oposições e representações

Os pescadores portanto, como defende Rosyan Britto, partem de uma categorização da qual a ação dominante a descreve como um segmento marginal ao processo de transformação da sociedade sob a perspectiva “técnica, econômica ou política” (ibid., p.37). Essa hierarquização está atrelada à uma tendência moderna à totalização dos processos sociais, que muitas vezes ignora as possibilidades de respostas, por parte dos grupos sociais diversos, aos problemas que à eles são colocados.

Tal categorização é uma ação deliberada de um processo dominante hermenêutico das representações da pesca que tem como símbolos as próprias categorias de “artesanal” e “tradicional” em função de uma concepção universalizante do mundo que hierarquiza respectivamente a técnica produtiva e a racionalidade dos modos de vida, tendo como referência os padrões dominantes de classificação, inculcando aos pescadores uma oposição clara ao industrial e ao moderno e que se dão alheias às definições internas.

A categoria “artesanal”, por exemplo, é cunhada sob uma episteme dominante e evolucionista que são conformadas nas categorias produtivas, referindo-se de forma estigmatizada àquelas que não participam do bojo da produção industrial.

Tal perspectiva, por um lado, ao tomar o termo “artesanal” como referência às históricas relações igualitárias das antigas corporações de ofício, pressupõe a existência de uma formação social original submetida a um contínuo e unívoco processo degenerativo ao longo do tempo, do qual, supostamente, os próprios pescadores não teriam consciência. (...) ao definir esse sistema de trabalho na pesca como “atrasado”, por oposição ao “moderno”, pressupõe uma organização homogênea da sociedade, em cujo topo se situaria o sistema de valores do setor social no qual nos inserimos e que, arbitrariamente,

denominamos de “moderno”, o qual passa a ser tomado como referência para classificar as demais formas de organização que, por via de consequência, são tidas como “atrasadas”. (BRITTO, 1999, p.44)

Tendo em consideração a epistemologia dominante no processo de categorização de uma identidade social recortada a partir da noção de inventiva técnica, não me parece ser presente essa distinção em seus aspectos internos, de maneira que em meus relatos de campo os termos “artesanal” ou “tradicional” são mais profundamente utilizadas por aqueles pescadores que são tidos como representantes e, portanto, detêm a gramática dos direitos e dos diálogos com as instituições, muito em função da legitimação da categoria como passível de direitos pela literatura oficial das políticas públicas e da legislação. Internamente, alinhado com outros autores (LIMA, 1997; MIBIELLI, 2014b; CARVALHIDO, 2012; LOBÃO, 2010), percebo que a categorização mais acionada que diferencia subcategorias dentro da grande categoria “pescador” seria o pertencimento territorial: o pescador “de dentro” ou “de Itaipu”, e o “de fora”, que é fortemente marcado pelo desenvolvimento de um “saber naturalístico” fundado na significação de elementos da natureza através do trabalho contínuo naquele lugar, dependente de uma relação íntima, afetiva e contínua desses sujeitos com o espaço.

Dessa forma, insisto que o modelo dominante que se articula para cunhar categorias como “artesanal” e “tradicional” tende a uma totalização da concepção do espaço que é centrada em uma diretriz que supõem-se como universal que tem a modernização, a industrialização, a urbanização, por exemplo, como eixos de desenvolvimento e sumariamente encaixam as distintas formas de concepção do espaço, da técnica e das organizações sociais como “meros estágios de desenvolvimento” e que funda “uma hierarquização do espaço, que supõe a superioridade do urbano sobre o rural” (BRITTO, 1999, p.45).

O processo dialógico recente desses pescadores com o Estado, pelo menos nas políticas que detêm conceitos como “comunidade tradicional”, vêm gerando ressignificações nessas categorias internamente ao grupo, de maneira que é preciso dominar a gramática dos direitos, que se debruça sobre os grupos mas quase nunca é

apreendida pela sua totalidade social, muito menos produzida por eles. Para Ronaldo Lobão, as instâncias oficiais do Estado, as ONGs, as universidades, entre outras, mantêm um determinado poder de classificar esses grupos e elencar quem é elegível para a aquisição dos direitos, que para que se inicie o debate acerca deles, essas instâncias precisam oficializar o grupo como tal aos olhos do Estado. Nesse sentido, tornam-se responsáveis por um processo de “tradução e purificação” (2010, p.135) de suas representações, que gera um sujeito híbrido entre as categorias hiper-reais²⁰ formuladas por essas instâncias autorizadas e às identidades de fato praticadas e representadas na ação pela luta por direitos sociais e territoriais. Os representantes dos pescadores em seu processo de articulação política, portanto, não abrem mão de serem chamados de “pescadores artesanais tradicionais de Itaipu”, de maneira em que suas próprias narrativas reforçam aspectos da memória e da técnica particularmente sugeridos pela semantização dessas categorias e ensejados pela conquista de direitos e cidadania. Dessa forma, se consolida o conceito de “população tradicional” aos olhos das políticas públicas.

“Como um híbrido, uma população tradicional deve corresponder a um grupo social concreto, o que corresponde a sua vinculação ao polo natureza. No polo da cultura, ela será reconhecida coletivamente a partir de características que não fazem parte das representações que o grupo tinha de si mesmo. O enquadramento se dá em conformidade com a interpretação do conteúdo das leis, regulamentos e pareceres científicos. Para iniciar a discussão acerca dos direitos desses grupos, eles devem objetivar ser oficializados pelo Estado e suas instituições, e conceder a estes mediadores a legitimidade e o poder de purificação da nova identidade coletiva do grupo. O resultado desta articulação será uma tradução de sentidos que criará o híbrido, não como portador de direitos, apenas habilitado à proteção legal”. (LOBÃO, 2010, p.137)

Esse sujeito híbrido talvez seja uma das consequências das tentativas de se

²⁰ Alcida Rita Ramos (1995) tece uma crítica em seu texto *O Índio Hiper-real* na maneira como esses índios são idealizados pelos aparelhos indigenistas, no sentido em que pensa-se num modelo irreal, uma coleção fictícia de representações que substitui o sujeito complexo que se apresenta como índio; um ideal inalcançável pelos “índios de carne e osso”, imperfeito como qualquer ser humano, que conserva algumas representações do que é tido como modelo, mas outras simplesmente abandona, porque é contraditório, porque é híbrido.

resolver nos nossos debates sobre políticas públicas, democracia e diversidade, de maneira em que se coloca, sobretudo nos últimos anos, o desafio de aliarmos as noções modernas de igualdade e liberdade em realidades de profunda diversidade de formas de existir. Evidente que representa a contradição dos processos de tradução de sentidos, em grande parte conformados pelas posições epistemológicas das quais são cunhados esses conceitos, sobretudo da onde esses agentes autorizados a legitimarem grupos sociais aos olhos das políticas públicas e dos direitos estão definindo o outro. Dentro dos limites do Estado moderno, ainda que esses conceitos não deem conta da real diversidade e das concepções particulares e localizadas dessas comunidades, não creio que podemos deslegitimar os esforços em se ampliar a dignidade humana dos povos e incluí-los no campo dos direitos, mas sim se debruçar criticamente sobre esses esforços para que possamos cada vez mais efetivar sua autonomia.

A interação entre o Estado e estes grupos sofrem uma tensão uma vez que o primeiro deve promover a igualdade entre os cidadãos e estes ao ver um ambiente ampliado de debate acionam política públicas que levem em conta a particularidade de seus modos de vida, relações com o território e um saber tradicional localmente constituído. (...) alguns atores conseguem, através de um vocabulário específico das políticas públicas, consequentemente, ocupar posições representativas que os privilegiam no quadro de interação com os órgãos públicos. Assim, ao destacar estas multivocalidades, creio ser possível perceber como algumas dessas vozes conseguem mimetizar o vocabulário do governo e conseguem produzir tanto um diálogo quanto um espaço público. E aqueles que não conseguem mimetizar essas vozes sempre ficam com um espaço vazio, sem um lugar. (CARVALHIDO, 2012, p.15 e 16)

Uma das leituras que me propus a fazer é que para os pescadores artesanais de Itaipu, existe essa dimensão política importante na construção da identidade “pescador artesanal tradicional de Itaipu”. Para além da prática laboral e dos ganhos que ela confere a quem a pratica, desde que foi radicalizado esse processo de modernização, uma dinâmica de disputa territorial foi acionada entre eles e – percebendo o potencial simbólico que tinham através da ativação de suas identidades junto à sociedade, passaram a representá-la mais efetivamente.

João Pacheco de Oliveira (1997) tem uma contribuição ilustrativa dessa

ativação tática das identidades sobre o caso dos índios do nordeste. Ele aponta que há uma incorporação performática de suas identidades como uma retórica de legitimação territorial e, portanto, como tática política de reivindicar perante o aparelho estatal determinadas políticas públicas, bem como sua efetiva legitimação simbólica e cultural sobre determinados territórios. “O órgão indigenista (...) sempre manifestou seu incômodo e hesitação em atuar junto aos “índios do nordeste”, justamente por seu alto grau de incorporação na economia e na sociedade regionais” (OLIVEIRA, 1997). Portanto, muitas vezes o diálogo entre grupos sociais com características singulares e o Estado ou a sociedade civil, tal qual os pescadores artesanais o fazem em Itaipu, depende que essas singularidades sejam destacadas no campo discursivo, em função das semânticas de legitimação que o Estado constrói para esses grupos.

Como as dinâmicas de poder que tencionam os espaços da pesca foram radicalmente transformadas, os pescadores de Itaipu passaram a resignificar-se taticamente para existir enquanto tal, ensejando os direitos associados à categorias como “comunidades tradicionais”, e aí aciono a célebre analogia bélica de Michel de Certeau (2012, p.94), da “tática” enquanto “arte dos fracos”, o movimento “dentro do campo do inimigo”; suas identidades, ou melhor, a maneira como as representam, passaram a ser sua principal arma como forma de afirmação da existência de um outro tempo, um outro entendimento de mundo, uma outra forma de produção e, por fim, de afirmar uma legitimidade territorial a partir da singularidade de seus modos de vida.

2.2 “Pescador de verdade” e a heterogeneidade da pesca artesanal

Outras distinções observadas internamente se referem ao “pescador de verdade”, que é mais particularmente usado pelos pescadores mais antigos, e se referem principalmente àqueles que não detêm o repertório de “saber naturalístico”, muito presente na memória social dos mestres e que já está em desuso em Itaipu. Essa categoria também é usada eventualmente para alguns trabalhadores do mar que se juntam as pescarias esporadicamente e portanto, mantém um lugar na hierarquia interna mais ou menos definida aos olhos da reprodução social.

Tendo em conta o caráter de imprevisibilidade da pesca, esse “saber

naturalístico” constitui de uma “ciência da natureza” (BRITTO, 1999); uma forma de interpretação de elementos naturais que sejam significativos através de uma perspectiva particularmente local, que é passada de geração à geração e garante àqueles que a dominam uma maior condição de aumentar a previsibilidade da pesca. Esse conhecimento não se resume apenas à sua aplicabilidade produtiva; ele marca a significação de elementos no espaço que integrados garantem a produção do território e as reproduções identitárias conectadas com as narrativas territoriais. A dinâmica da pesca não favorece prognósticos precisos, mas a experiência adquirida faz com que o pescador que tiver o maior repertório desse conhecimento consiga ampliar o controle sobre o mar. Esse pescador costuma ter status e poder dentro do grupo social; suas decisões são respeitadas pelos outros pescadores, que reconhecem nele a possibilidade de prognósticos mais precisos em relação aos outros, que se mesmo frustrando a pescaria hora ou outra, detém a legitimidade da decisão e o poder de explicá-la (LIMA, 1997). Os “mestres” em Itaipu portanto são aqueles que aliam o reconhecimento interno da sua experiência, o domínio do “saber naturalístico” e a propriedade da pescaria.

Quando se trata dos pescadores *donos de canoa*, é preciso uma advertência. Ser dono de uma canoa e sair com ela para o mar “significa governar a pesca”, isso quer dizer que o governante é um *mestre*. Conhece profundamente os ofícios do pescador e dedicou sua vida para a compra dos equipamentos necessários. Esses *mestres* em Itaipú trabalham como todos os outros pescadores, companheiros no mar e são responsáveis pela organização da pesca no mar e na terra. Alguns, ainda trabalham na praia remendando as redes danificadas durante a pescaria. Além disso, os donos de canoas são responsáveis pelo pagamento dos *trabalhadores-do-mar*, que recebem por semana, de acordo com o volume e a qualidade da pesca. Mais um atributo do governante da pesca: comercializar o pescado, ele estipula o preço e vende o produto aos *atravessadores*. (BIASOTTO, 1995, p.75, 76, grifo do autor)

Também baseada na percepção interna e na auto determinação dos pescadores, Rosane Biasotto delimita algumas outras categorias observadas na época de sua pesquisa. Utilizando a semântica colocada por eles mesmos em sua etnografia, havia o “pescador-mesmo” (ibid., p.70), cujo conceito se dá analogamente a como eu e os

outros autores observaram a ativação do “pescador de verdade”. Entre eles, havia o “pescador-nato”, que era “nascido e criado na pesca em Itaipu, que continua trabalhando no mar, neste caso, sempre há um membro familiar (primo, filho, sobrinho, etc.) companheiro do mar” (id.) e “o-pescador-que-chegou-e-ficou”, que “hoje é *pescador-mesmo*, em geral tem um filho que começa a se integrar no trabalho da pesca e parece que *‘dá pra coisa, gosta da pesca’*”(id., grifo do autor).

Na minha experiência com a pescaria de arrasto de Lula, indaguei sobre os possíveis desafios para o futuro. Lula frisou que o principal problema não era a pescaria de emalhar, como era apontado por parte dos pescadores na década de 70, nem mesmo a baixa piscosidade, ou a crescente competição com os barcos industriais. Para Lula, o fato de não haver mais “pescadores de verdade” era o que mais minguava o arrasto na região. Em uma ocasião, a canoa de Maurinho, que pescava em sua pescaria de arrasto em um porto próximo, à cerca de 300 metros da pescaria de Lula, “atravessou”, ou seja, no momento em que as redes estavam sendo recolhidas e o pescado embarcado, a canoa que deveria estar posicionada perpendicular à praia girou e ficou paralela, correndo o risco de virar na areia. Depois de me instruir a correr para lá para ajudá-lo, Lula apontou o fato de que aquilo não aconteceria se existissem “pescadores de verdade” que pudessem manobrá-la corretamente sem os riscos que a falta de experiência traz. “Era disso que eu tava falando”, sentenciou.

Podemos assumir que qualquer esforço em se interpretar as suas representações para descrever uma identidade social jamais expressará a realidade em sua totalidade, muito menos a heterogeneidade que se faz presente. Não tenho essa intenção, mas claro, preciso lançar mão de uma definição que julgo a mais fidedigna possível daqueles a que lanço esta análise, considerando meus limites epistemológicos para empreender tal reflexão.

Dessa forma, começo por entender o pescador artesanal de Itaipu como uma identidade social assumindo a existência de uma singularidade nos modos de estar e de conceber o mundo, tendo como panorama a sociedade global envolvente, que conforma uma gama de representações sociais e consolida uma identidade fundada primeiramente na prática da pesca como lugar do trabalho e em uma vida comunitária particular associado a ela. Tendo como panorama a pesca como categoria do trabalho,

podemos afirmar que a identidade social dos pescadores é construída tanto pela materialização dessa vida na pesca, através dos seus instrumentos que conformam toda uma cadeia de representações, ancoram memórias e costuram histórias de vida²¹, quanto pela organização de seus sistemas produtivos e seus reflexos na morfologia social, configurando-os mais do que especificidades técnicas, como formas de “existência social” (BRITTO, 1999, p.41).

2.3 Do *inverno* da tainha ao *verão* da sorte

Nas etnografias da década de 1970 (LIMA, 1997; PESSANHA, 2003) a pesca artesanal de Itaipu contava²² com uma representação muito potente de afirmação de grupo centrada na pesca da tainha, que era associada, para os pescadores, em um momento de fartura e expectativa relacionada ao período da sua pesca, que mobilizava praticamente toda a comunidade de pescadores devido à sua importância. Nesse momento, Lima (1997) defende que há uma apropriação ritual do excedente da produção, que disparava uma série de relações e festividades intrinsecamente ricas de significados, e um elemento chave no processo de consolidação de representações e de construção da identidade social.

Ela também é responsável pela produção de uma percepção do ano dividido em duas estações que em Itaipu estão em polos opostos, fruto de um processo de significação cosmológica particular em função da vida na pesca: o *inverno* da tainha, que “organiza, aglutina” e o *verão* que “desorganiza e dispersa”.

A visão cíclica da pesca em Itaipu divide o ano em duas estações que se caracterizam por morfologias distintas do grupo. “Inverno” e “Verão” são assim mais que duas estações do ano. Constituem-se em verdadeiros pólos de atração de significados sociais. O inverno

²¹ “Falar de história de vida é pelo menos pressupor (...) que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, *Uma vida*, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história.” (BOURDIEU, 2006)

²² ou ainda conta, considerando que a memória e a tradição ainda posicionam o cerco da tainha de forma muito privilegiada na organização social atualmente.

organiza e aglutina; o verão desorganiza e dispersa. Em torno do inverno, a pesca da tainha vai-se constituir em verdadeiro “símbolo nodal” de Itaipu (ROCHA, 1972)²³ com potencialidade de aglutinar os significados fundamentais para a reprodução da sociedade. Sua existência cíclica, antes de ser uma imposição “da natureza”, é uma construção social que se revela através de uma ritualização constante das atividades rotineiras, numa “festa contínua” como a pensada por Mauss para a sociedade esquimó (1974)²⁴. E essa percepção cíclica, e essa “incontrolável” reprodução vão-se consubstanciar no “bem inesgotável” que se constitui no produto social. (LIMA, 1997, p.128)

Hoje, em função do desaparecimento dos cardumes de tainha da costa fluminense, o cerco da tainha já não acontece como uma manifestação característica do *inverno*, o que talvez represente uma onipresente sensação de perda na memória social dos pescadores de Itaipu.

E ali, né, eram 12 barcos, quando tinha o cardume de tainha, cercava 3 barcos, um atrás do outro, o primeiro puxava, sobrava um bocado de tainha pro segundo e sobrava pro terceiro. E ali, né, morria uns 7 mil quilos de tainha. Aí botava um monte na praia. Tinha tainha ovada de 5, 6, 7 quilos. Muitas vezes vinha caminhão buscar tainha aqui porque a quantidade era muito grande. Aí com o passar dos anos foi só diminuindo. Aí chegou um ponto que passou uns 5 anos caiu já pra 800 kg. E foi só caindo. Hoje não tem mais arrastão de tainha. Tem de lanço, mas tainha não tem mais. Eu pesco hoje de rede de espera, rede de malha. Tem dia que pega 2 ou 3 tainhas. A pesca da tainha foi uma das pescas que diminuíram 95% aqui na praia de Itaipu. (Informante em SILVA, 2015, p.19)

Mibielli (2004, 2014b) defende a ideia de que enquanto “antigamente” o *inverno* era descrito como uma época de fartura e de aglutinação quando a tainha aparecia e a praia ebulia de significados associados a todo o processo da pesca e do uso ritual de seu excedente, hoje o *inverno* é caracterizado como uma época de escassez e evocado com profunda nostalgia. Já o *verão* ainda continua sendo

²³ MAUS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária: Ed. Da USP, 1974.

²⁴ ROCHA, Wagner Neves. *O sábado e o tempo*. 1972. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1972.

construído pelos pescadores em oposição a um *inverno*, porém de expectativas trocadas; no passado, o *verão* era evocado como uma época de dispersão e incerteza porque existia um *inverno* da tainha, de aglutinação e certeza. Nesse *verão* era a época do lanço à sorte, de indefinição do pescado, marcado pela expectativa da chegada do *inverno*. Hoje é tido como esperança de obter algum lucro no pescado ensejado pelo maior fluxo de banhistas na praia, ainda que “fartura” não seja mais usado pra descrever essa estação por nenhum pescador de Itaipu que mantenha relação com seu passado, seja empiricamente, seja através da memória social. O *verão* passou a ser prestigiado com o otimismo, apesar da euforia entorno da pesca da tainha que marcava a diferença entre *verão* e *inverno* ter acabado em Itaipu.

2.4 O arrasto de praia e a rede de espera

O “arrasto de praia” é a técnica que é considerada como a mais tradicional e está muito associada à terminologia “pescador de verdade”, de maneira que sua prática é mais complexa, arregimenta mais companheiros, distribui uma maior quantidade de funções e atribui àqueles que dispõem dos conhecimentos necessários para executá-la uma posição importante na hierarquia do grupo, sobretudo os mestres, os donos da companhas encarregados de liderar a pescaria e distribuir as funções. O arrastão, como também é chamado, constituía a principal forma de pescaria em Itaipu quando Kant de Lima e Pessanha publicaram suas etnografias e era feita na modalidade de cerco ou de lanço à sorte. Em linhas gerais, a pescaria de arrasto é feita por canoa de madeira²⁵, geralmente contêm 4 remadores e mais o mestre que levam a canoa até o ponto na praia designado para a pescaria denominados “portos”. Quando a canoa chega nesse ponto específico, um dos companheiros ou puxadores segura um dos cabos anexados a rede. A canoa portanto rema em direção ao mar distribuindo a rede, contornando um espaço em forma de meia lua e fixando a outra ponta do cabo que segura a rede na praia, a uns 200 da outra ponta fixada. A canoa então é ancorada

²⁵ Lula apontou para o fato de que não dúvida de que daqui a alguns anos a pesca de arrasto será feita por baleeiras e caícos motorizados, em função da escassez de “pescadores de verdade” para assumir os remos.

no mar, próximo da praia, e os puxadores que vem da praia, com a ajuda e coordenação dos companheiros da canoa, começam a puxar os dois cabos, em uma quantidade total de no mínimo 8 pessoas, no máximo 20²⁶, de forma que a rede puxa tudo que há nesse perímetro entre a meia lua e a praia.

A modalidade de “cerco” era aquela na qual as companhas saíam ao mar com o objetivo de cercar os cardumes visíveis pela praia. Já a pesca de tainha era tão especializada, que era feita na modalidade de “cerco com vigia”, de maneira que um outro membro da companhia se posicionava em algum lugar na praia com visão ampla do mar para identificar cardumes. Com o desaparecimento da tainha e a desconfiguração da área que hoje se situa Camboinhas como território de pescaria, o cerco com vigia não se pratica mais em Itaipu, bem como o uso do vigia, que sistematizava o pescador-morador em uma contínua relação de estar e praticar a praia de Itaipu. Já a modalidade cerco, quase não existe mais. Seus relatos são espaçados, de maneira que não se consolidam como uma prática cotidiana.

Nós tínhamos uma pescaria de tainha, que a gente ficava de vigia lá em baixo na pedra, lá perto onde hoje é Camboinhas. Então, quando o peixe vinha, a gente sinalizava, ia pra cima e pra baixo batendo com pano, então a gente sabia, chamando a embarcação pra cercar a peixaria. E nós nessa época a gente já sabia a qualidade e calculava a quantidade do peixe. Aí era tonelada né, nessa época. Por exemplo: jogava uma rede na frente, outra atrás, e até três redes e vinha peixe e a gente aproveitava todos eles, agora quase que não dá. (Informante em SILVA, 2015, p.18)

O “lanço à sorte” é a terminologia que determina a pesca de arrasto que não é feita com a predisposição de cercar um cardume já identificado, mas sim, peixes variados “à sorte”, tal qual minha experiência na pescaria de Lula. Em campo, notei que quase nunca usavam essa terminologia, ao contrário dos depoimentos dispostos nas bibliografias da década de 1970, a não ser quando em oposição a relatos do cerco da tainha. Arrisco a dizer que com o fim da tainha e a decadência da pesca de cardume, o lanço á sorte passou a ser a estratégia padrão do arrasto, e a oposição que

²⁶ No período observado por mim no campo.

o construía em relação ao cerco foi se diluindo, não sendo tão marcada nos depoimentos.

Fotografia 4: Lanço em Camboinhas



Fonte: Guilherme Aglio da Silva, 2018

O termo “sorte” é constantemente invocado em Itaipu, para além da sua referência à aleatoriedade da versão de arrasto que se faz sem o cerco prévio de um determinado cardume, marcando simbolicamente o atributo de imprevisibilidade da pesca, diferente das expectativas de um futuro previsível das formas de produção industriais²⁷. É possível que pescarias qualificadas de grandes mestres tenham dias

²⁷ “A economia moderna, onde a distância que separa o começo e o fim do processo de produção é extremamente longa, supõe a posição de um fim abstrato e, ao mesmo tempo, a continuação de um futuro abstrato, o cálculo racional devendo suprir quaisquer defeitos de visão global. Com efeito, para que o cálculo seja possível, é necessário que se encontre a unidade orgânica que une o presente da produção a seu devir (*à venir*), unidade que não é outra senão aquela do próprio produto, como demonstra a comparação de uma técnica artesanal fabricando produtos inteiros e da técnica industrial, fundada na especialização e no parcelamento da obra. As tarefas do camponês não se deixam assim facilmente fragmentar.

“fracos” e uma outra pescaria volte com grande quantidade de pescado. Mibielli (2014b, p.6) nota de que relatos de “sorte” são associados à quebra da banca ou à loteria. Essa dinâmica da aleatoriedade é evidentemente potencializada na técnica do lanço à sorte, mas serve para todas as artes de pesca.

Fotografia 5: Rede em terra



Fonte: Guilherme Aglio da Silva, 2018

Entretanto, é importante fazer a ressalva de que o sucesso do prognóstico está intimamente associado ao repertório de conhecimento adquirido através da significação e interpretação dos elementos naturais que constituem o “saber naturalístico”. Dessa forma os “mestres” da pesca em Itaipu são reconhecidos para

São, com efeito, solidárias ao mundo natural, que traz em si mesmo seus próprios princípios de divisão e unificação e que, longe de se prestar a cortes arbitrários, impõe seus ritmos próprios.” (BOURDIEU, Pierre. *La société traditionnelle: attitude a l’égard du temps et conduite économique. Sociologie du Travail*, Paris, n. 1, 1963, p.30 *apud* LIMA, 1997, p.63)

além da propriedade da pescaria, atribuindo ao arrasto seu lugar privilegiado de reprodução simbólica e social.

A interpretação de que o *cerco* é (...) aquela que melhor conjuga o *saber* e a *arte* da pescaria à *sorte* equivale a dizer que cabe a esse sistema, sobretudo, fortalecer a criação social diante da imponderabilidade que caracteriza a atividade da pesca. Nele, também, estão condensados os mecanismos de reprodução dos sistemas simbólicos locais e o próprio significado social da pescaria *de rede*, patrocinando uma relação peculiar entre natureza e cultura. Estas propriedades lhe conferem, segundo as representações locais, o caráter de uma verdadeira *escola da pescaria*. (BRITTO, 1999, p.72, grifo do autor)

Concomitante ao desaparecimento da tainha, a pesca de cerco perdeu espaço; o arrasto foi gradualmente sendo substituído pela “rede de espera”, e hoje apenas dois pescadores mais tradicionais mantêm as redes de arrasto para uma eventual pescaria de cerco ou mais frequentemente na modalidade “lanço à sorte”, Lula e Maurinho²⁸. Observo que há, nesse sentido, muito mais um acionamento desta técnica no caráter de nostalgia, como uma ativação das representações tradicionais da pesca, no intuito de tentar revivê-las eventualmente, apesar de sua importância produtiva não ser totalmente desvalorizada em função do montante de pescado que um dia bom de pescaria de arrasto ainda pode trazer, muito superior à coletada na rede de espera. Bruno Leipner Mibielli desenvolve a tese de que esses pescadores mantêm as redes também “pela tradição local e por um processo de querência, em que um sentimento de nostalgia sempre presente remete a uma época de festa e fartura” (2004, p.35).

Muitos pescadores de arrastão foram largando o arrastão e foram trabalhar de rede de espera. Eu fui um deles. Aí ficou só dois de

²⁸ Cambuci ainda mantém os instrumentos da pescaria de arrasto, mas em todo o tempo que estive em Itaipu, não o vi executá-la. Ele alega que está reparando seu instrumental, mas em outras ocasiões deixa escapar a dificuldade de arregimentar companheiros, o esforço excessivo e o fato de “já estar aposentado” e com idade avançada. Apesar disso, ainda acorda todos os de manhã para passear com seu cachorro e cumprimentar às 4 horas da manhã todos os companheiros de arrasto. De acordo com ele, ainda pesca com a rede de espera.

arrastão hoje em dia, que é o do Lula e o do Cambuci²⁹, até o ano retrasado ainda cercava alguma tainha por aí, mas agora nem cerca mais tainha. A rede da tainha agora bota arrastão pra matar corvina, xerelete, lula. (informante em SILVA, 2015, p.21)

A “rede de malha”, ou “rede de espera”, consiste basicamente em uma técnica de pesca na qual uma rede é deixada no mar num dia para ser recolhida no outro. Roberto Kant de Lima (1997) diz que essa forma de pesca seria relativamente “nova” em Itaipu, pois é praticada desde 1963, com o advento de materiais sintéticos que permitem que a rede seja invisível aos peixes e, portanto, possam ser depositadas como armadilhas no mar, na qual os peixes ficam presos e são retirados no dia seguinte. Essa transição do arrasto para a espera é particularmente importante porque marca muito a dinâmica de Itaipu hoje. Na época de sua tese, originalmente publicada em 1978, Lima levantava o conflito entre pescadores que usavam a técnica de arrasto (“de canoa grande”) e os de rede de espera ou de emalhar (“de canoa pequena”³⁰). Naquela época segundo ele, a pescaria de “rede espera”

constituía-se no ponto central de discórdia entre donos de “canoas pequenas” e “canoas grandes”. Isso porque as redes de espera, que ficam a noite toda “pescando”, “espantam” outros peixes, que se afastam do lugar devido à “restalha”, “catinga”, que nele permanece. Essa circunstância agrava-se na época da tainha, quando a captura se volta principalmente para espécies que vêm em cardumes, e a pescaria de arrasto se faz na modalidade de “cerco com vigia”. (LIMA, 1997, p.87)

²⁹ Maurinho é sobrinho de Cambuci, e passou a ser um dos pescadores que pescam de arrasto, enquanto Cambuci começou seu processo de aposentadoria.

³⁰ na época as baleeiras e os caícos não eram populares, então as diferentes pescarias eram categorizadas pelo tamanho das canoas, portanto descrita como a pesca “de canoa grande” para o arrasto e “de canoa pequena” para as demais, sobretudo a pescaria de rede de espera.

Fotografia 6: Rede de emalhar na baleeira



Fonte: Guilherme Aglio da Silva, 2018

Observo que existe portanto um resíduo de prestígio relativa à hierarquia constantemente reafirmada pelos pescadores mais antigos e que tem uma relação muito presente com a época na qual a tainha era farta e o arrasto compensava o maior volume de investimento, ilustrada pela afirmação de “não existem mais pescadores de verdade”, observada também em campo por Mibielli.

Os pescadores envolvidos nas “companhas” são pescadores todos acima dos 50 anos e que vivenciaram a antiga pesca de “cerco”, a hierarquia que existia na “companha” não é mais rígida quanto antes e dois motivos são apontados para tanto. A falta de conhecimento dos “companheiros” e a escassez do mesmo, o discurso tanto de Lula quanto Cambuci se aproximam ao afirmar que: “*não existem mais pescadores de verdade*”. Essa dinâmica se espelha em algumas ressignificações na atividade da pesca. O declínio do “arrasto” em suas modalidades do “cerco” e do “lanço à sorte” não só se explica pelo “sumiço da tainha” e uma suposta diminuição do estoque pesqueiro, mas também pela quantidade disponível de força de trabalho e o arranjo social que demanda

manter uma “companha” de “arrasto”, tanto nos seus petrechos quanto no pessoal necessário. (MIBIELLI, 2014b, p.7)

Acredito que a compreensão de que o arrasto de praia seria a técnica “mais tradicional” não se dá necessariamente devido ao lastro de uma “anterioridade”; mas por ser uma técnica que exige um maior repertório de conhecimento sobre os elementos naturais, que mobiliza um maior número de pessoas, com funções e hierarquias bem definidas, com prognósticos mais complexos cujos mestres desafiavam através da sua capacidade de interpretar os elementos naturais, recolocando o “saber naturalístico” nas narrativas de afirmação de grupo e reprodução social. Entretanto, a tainha que outrora foi a principal espécie pescada em Itaipu desapareceu da praia, e a rede de espera tornou-se a técnica mais comum, já ressignificada e positivada em contraste com a maneira que era descrita quando o “arrasto” se consolidava em Itaipu.

O que foi observado com o último trabalho de campo é que a “espera”, que cresceu ainda mais, e a visão dos pescadores sobre ela também se tornou mais positiva, a ponto das antigas explicações para o “sumiço da tainha” estarem relacionados com o “fechamento” da enseada pela rede de “espera” não serem mais ouvidas como uma categoria acusatória aos praticantes desta arte de pesca. O alto índice de barcos a motor que fazem “*muito barulho e assustam os cardumes*”, tratores que executam a limpeza da areia da praia também fazem barulho e iluminam muito o local por volta das 4 horas da manhã e por fim a quantidade de rebocadores e ou plataformas fundeados passam a ser os maiores “vilões” do “sumiço da tainha” na narrativa dos pescadores atualmente. (MIBIELLI, 2014b, p.8)

O *direito à vez* que, anteriormente foi consolidado com a função de regular as pescarias de “arrasto” ainda é garantido para as duas companhas desse tipo que ainda existem, embora reformulado e simplificado. Em observação no campo, percebo que o *direito à vez* deixa também de ter a importância em Itaipu que outrora já tivera, de maneira que sua menção não se verifica cotidianamente, sobretudo com a decadência do arrasto de praia e a consolidação da rede de espera como principal técnica. Como são apenas duas pescarias de arrasto e que são de pescadores que se conhecem e

moram na região, elas podem combinar um ordenamento menos complexo e mais flexível. Em uma das ocasiões que acompanhei a pescaria de arrasto de Lula como puxador, era designado, na regra do *direito à vez*, que o Porto Grande estava destinado à Lula naquele dia. Entretanto, Maurinho, que saiu antes, por volta das 4 horas da manhã, acabou indo para lá com sua pescaria. Os companheiros de Lula que estavam a sua espera demonstravam-se insatisfeitos, apontando espontaneamente o “vacilo” de Maurinho para mim, que já estava registrando o arrasto por algumas ocasiões, na figura de pesquisador, para além da função de puxador que estava desempenhando. Considero essa manifestação espontânea e indignada como um resíduo da morfologia social que o *direito à vez* conforma ainda em Itaipu e o destaque feito diretamente a mim como algo relevante internamente.

O desaparecimento da tainha portanto não representa somente o fim da técnica mais produtiva e lucrativa em Itaipu, mas também o fim de uma forte representação da sua identidade de grupo e o símbolo da decadência do arrasto de praia, bem como do próprio *inverno* enquanto sinônimo de “fartura”, e esse significado é evidenciado nos relatos locais, quase sempre descrevendo o passado com a perspectiva da perda.

Eu olho as vezes no *Facebook* e vejo lá aquele pessoal de Santos, Florianópolis, tudo matando 2 mil, 3 mil tainhas, troço que a gente matava aqui. Hoje em dia eu vejo aquelas quantidades imensas de tainha que os caras pegam lá e dá a maior tristeza na gente porque hoje não tem uma sequer tainha. (Informante em SILVA, 2015, p.19)

Fotografia 7: Canoa, rede e petrechos do arrastão



Fonte: Guilherme Aglio da Silva, 2018

2.5 Companhas e companheiros

Duas outras categorias importante em Itaipu são as “companhas” e a “pescaria”. Segundo Lima (1997, p.90), “companha” é “a denominação dada, em Itaipu, para as equipes que pescam em uma determinada “pescaria”, categoria que significa tanto o ato de pescar como o conjunto de aparelhos pertencentes ao ‘dono de pescaria’”. Na etnografia de Elina Pessanha (2003), ilustrando a complexidade da constituição do arrasto e sua heterogeneidade de funções, ela observa que estas companhas, na década de 1970, eram compostas em sua maioria por um mestre, um contramestre, quatro remadores, um ponta-de-cabo e, na ocasião do cerco com vigia, também a figura do vigia. A pesca de emalhar, como também era chamado as pescarias de rede de espera, eram compostas pelo mestre e dois remadores. Mibielli (2014a) chama atenção para o desuso da categoria “companha” para a pesca de emalhar a partir dos anos 2000, que passou a ser executado em sua grande maioria por

apenas dois pescadores. Portanto, localmente refere-se a esta categoria mais como “pescaria” do que como “companha”.

Nesse sentido, observo que “companha” poderia ser um significante que remetia a uma coletividade mais ou menos fixadora, que gera um outro significante agregador: “companheiro”. Como a pesca de “cerco” não se faz mais, com a exceção do “lanço”, e a “pesca de emalhar” dissolveu a instituição da “companha”, o desuso do significante pode sugerir o abandono da ideia agregadora por trás das “companhas” e dos “companheiros” para dar lugar a uma sociabilidade do trabalho mais dispersa e, em uma relação de causalidade, indicar a dissolução dos laços que conectam os pescadores a uma coletividade mais comunitária, verificada na pescaria de arrasto e na maneira como essa técnica definia mais ativamente as morfologias sociais em Itaipu. Pude observar na minha experiência com o arrasto que “companheiro” é utilizado também como oposição ao “puxador” na divisão das funções durante a pesca, de maneira que “companheiro” se refere aos pescadores que estão dentro da canoa executando as funções mais complexas e dotados de conhecimentos mais especializados, e os puxadores chegam pela terra e raramente sobem na canoa.

Fotografia 8: Companheiros e puxadores recolhendo a rede



Fonte: Guilherme Aglio da Silva, 2018

Mesmo entre os puxadores, há hierarquias definidas. Existem os puxadores que compõem as pescarias, que tem seus ganhos fixados na partilha do grupo e que se reúnem junto com os companheiros no Canto de Itaipu, auxiliando os preparativos para o desencalhe. Esses puxadores caminham até o porto de pesca onde será executado o arrasto, atravessando o canal de Itaipu quando este esteja em Camboinhas, enquanto a companhia faz o percurso pelo mar com os companheiros a bordo. Existem outros puxadores de frequência flutuante que chegam só pela puxada, geralmente pela recompensa em peixe pela ajuda. Esses, Kant de Lima destaca desde os anos de 1970:

O ingresso na pescaria, especialmente de arrasto, que comporta algumas tarefas que não exigem muita especialização, é facultado também a um contingente flutuante de “pobres coitados”, segundo expressão de um mestre, que encontram ali maneira de sobreviver temporariamente.

É interessante observar a relação de tolerância que se tem com essas

pessoas em Itaipu. Ao invés de segregá-los e/ou temê-los, são assimilados ao contexto da pescaria, obtendo assim um “lugar” na estrutura social. (LIMA, 1997, p.66)

Encontrei nesse processo também um reduzido número de jovens, parentes de pescadores, participando eventualmente da puxada, trazido por seus familiares em função de férias escolares ou do desemprego estrutural que afeta o contingente jovem, mas em todos os casos como uma situação temporária, na expectativa de seguirem seus projetos pessoais longe da pesca. Dessa forma, a estrutura permanece próxima da descrita por Kant de Lima.

A população que pesca em sua maioria, pois, é composta desses “desviantes” e de jovens, esses “de Itaipu”. A principal atração que a pescaria parece exercer sobre esse contingente é a relativa “liberdade”, “ausência de horário rígido e de patrão”. Também, os eventuais ganhos obtidos com uma temporada boa, a pouca despesa efetuada com roupas de trabalho contam para as “vantagens” de ser pescador. (LIMA, 1997, p.66)

Essa configuração flutuante é sugerida pelo constante “vem e vai” de pescadores que complementam seus ganhos na pesca, mas que não se consolidam como “pescadores de verdade”, e portanto, não dominam parte do repertório simbólico que a continuidade da vida na pesca em Itaipu constrói, sugerindo uma heterogeneidade mais profundamente ligada às relações sazonais desses sujeitos com a pesca em oposição àqueles que o praticam todos os dias. Essa heterogeneidade inclusive repercute diretamente na maneira como os pescadores são reconhecidos (e se reconhecem) internamente, tornando-se um verdadeiro desafio definir quem e quantos pescadores são “de Itaipu” ou pescam “em Itaipu”.

Segundo levantamento realizado junto aos pescadores em 2010 feito por uma equipe de pesquisadores do Nupij e reatualizado em 2013 pela pesquisadora Luciana Loto havia aproximadamente cem pescadores reconhecidos como pescadores tradicionais de Itaipu. O número de pescadores considerados de Itaipu é um pouco maior. No entanto muito deles pescam sazonalmente, em determinadas vezes atraídos por bons períodos de pesca, por outro lado as vezes se afastam da praia em busca de oferta de trabalho em outras áreas. Outras situações, que não necessariamente envolvem uma relação

utilitarista, de maximização dos lucros, também tomam parte nessa constante aproximação e afastamento que diversos pescadores de Itaipu mantêm com a pesca. Desta forma é difícil obter um cadastro já que os muitos pescadores estão “*num vem e vai*” permanente. (MIBIELLI, 2014a, p.4)

Para alguns mestres, acostumados às dinâmicas mais complexas do arrasto de praia e, sobretudo, que têm a responsabilidade de grupo de repassar o repertório simbólico e as narrativas acerca da tradição, o “não existem mais pescadores de verdade” define um filtro mais rigoroso na maneira como esses pescadores sazonais são enxergados no grupo. Aqueles que são familiares de pescadores ou que moram no Canto de Itaipu e que mantêm uma relação comunitária, mas são arregimentados sazonalmente para a pesca, também são ou não pescadores para alguns. Se um indivíduo pesca também sazonalmente mas mora longe e não participa das dinâmicas da praia pra além da pesca, eventualmente com até menos períodos de afastamento do que esse pescador sazonal que mora na praia, pode colecionar ressalvas à seu pertencimento de grupo por parte desses mesmos mestres, apesar de serem reconhecidos por outros pescadores. Já para os pescadores que mantêm a dinâmica dos diálogos com as instituições públicas e reconhecem na sua gramática que o cadastramento e a quantidade é representativa, há um reconhecimento mais inclusivo, sobretudo quando esse reconhecimento se dá externamente ao grupo social. Nem todo pescador mora na vila, e nem todo mundo que mora na vila é pescador; apesar de haver uma heterogeneidade na maneira como essas pessoas são enxergadas em relação ao grupo da pesca, dependendo de quem está definindo internamente, familiar não tem o mesmo status social que o pescador diretamente ligado à pesca; pescador de arrasto não tem o mesmo status que o de espera; o dono da pescaria não tem o mesmo status que o pescador de *verão*. Definir portanto o que seria o pescador de Itaipu é se entregar a um *dégradé* de reconhecimento; a um jogo de representação e pertencimento que expressa diferentes posições internas no grupo. E esses jogos também se dão fora dele. Em um depoimento de pescador extraído por Rosane Biasotto em sua dissertação de 1995, fica definido uma série de singularidades definidoras, tal qual seu aspecto profundamente conectado ao espaço da praia, a partir da representação do pescador em relação ao grupo geral da sociedade envolvente e

suas instâncias simbólicas de poder.

Quando o pescador vai morar em outro espaço, em outro município, algumas pessoas não sabem que ele é pescador, mas se você passa por ele é uma pessoa comum, uma pessoa qualquer, um vagabundo, né. E ele pode ter qualquer profissão, você nunca vai imaginar que ele é um pescador. Mas aqui na praia não, qualquer pessoa que você vê de short sem camisa você tem certeza, em determinada hora, que ele é um pescador. Ele só pode ser um pescador. Mas também se não for pescador ele ganha a identidade de pescador. As pessoas chegam aqui e olham, dizem aquele ali é pescador, a identidade que ele tem tá aqui dentro. É um índio dentro da tribo dele. Ele é respeitado porque ele tá lá dentro. Na hora que ele sai ele deixa de ser índio. Passa a ser uma pessoa comum, como ele não sabe usar gravata ele não é respeitado. Ele não tá vestido como quem tem poder. Quando ele tá dentro da tribo não, ele, como no caso daqui de Itaipú, é uma tribo, o pescador ele tem o poder dele porque ele tá ali dentro, ele tá vestido a caráter, do poder de pescador. E quando ele tá na rua, ele tá na selva de pedra, ele tá de paletó e gravata, aí é respeitado. Aqui na praia não, aqui na praia ele tá dentro de uma canoa, ele é respeitado como trabalhador, não como capitalista. Tem que se preservar e se manter pra não acabar. (Informante, em BIASOTTO, 1995, p. 77)

2.6 A pesca industrial

A categoria “pescador artesanal” é acionada muitas vezes interna e externamente como oposição à categoria “pescador industrial”. Essa oposição é marcada pelas disputas políticas acerca dos limites geográficos da pesca industrial, consolidando em Itaipu um dos problemas mais recorrentes. A narrativa corrente em Itaipu afirma que as artes de pesca utilizadas por “traineiras” e “atunzeiros” são mais agressivas e costumam afastar os peixes da enseada de Itaipu. Entretanto, localmente encontrei dificuldades de definir exatamente do que se tratava a pesca industrial nos seus limites técnicos, de maneira que a definição se desenha muito mais em função da marcação da diferença do que da presença de uma categoria definida em função das artes de pesca ou da noção de inventiva técnica como sugere a semantização da categoria “industrial” e “artesanal”. Desse modo, faço a ressalva de que encontrar uma definição da categoria “pesca industrial” a partir da perspectiva do grupo da

“pesca artesanal” é principalmente se debruçar sobre aspectos de territorialização muito mais do que aspectos técnicos e produtivos.

Essa diferença é marcada por certas representações em função do espaço. A começar, a pesca artesanal se diferencia da pesca industrial pela utilização do repertório do saber associados aos elementos naturais muito específicos atribuídos ao território, tal qual o domínio das marés, dos ventos e da topografia da região da enseada de Itaipu³¹, que constituem um verdadeiro “saber naturalístico” por parte da pesca artesanal. Há também uma limitação dos instrumentos de pesca, que apesar de não serem necessariamente fixados ao longo do tempo, a pesca artesanal se dá absolutamente limitada ao perímetro espacial reduzido da enseada. Essas diferenças são peças fundamentais que fazem com que a prática da pesca artesanal em Itaipu tenha uma particular pertença ao território, limitados ao escopo espacial que suas técnicas e conhecimentos naturalísticos abarcam. Ou seja, a pesca articula-se dialeticamente ao determinante territorial, conferindo mutualidade de sentido temporal à prática e ao espaço apropriado. Em oposição à essa lógica territorializada, a pesca industrial utiliza instrumentos e técnicas que independem da relação dos pescadores com determinado espaço. Dessa forma, a máxima recorrente que define o pescador artesanal de beira de praia em oposição à pesca industrial seria “aquele que espera o peixe” e “não vai até o peixe” (MIBIELLI, 2014a, p.5).

Existe, portanto, uma relação íntima e singular dos pescadores artesanais com o território, pois estão circunscritos nele, devido à característica técnica da sua produção, pela relação de afeto que a prática comunitária, a vivência e o próprio uso daquele lugar como espaço laboral e, sobretudo, pela defesa dele para além da pesca, como um espaço construído relacionalmente, um lugar de representação social da sua identidade. Nesse sentido, o “direito à vez” e o “saber naturalístico” fundamentam parte da significação do espaço e compõem um território da pesca para além das demarcações administrativas. Assim, se tornam dois aspectos que ilustram essa interdependência da pesca artesanal com o espaço em que está inserido.

³¹ Para mais detalhes, ver os esquemas de prognósticos montados por Roberto Kant de Lima com base em todas as variáveis naturais (LIMA, 1997).

Agora a pesca industrial ela abrange muita coisa, ela não é fiscalizada, tá entendendo? Ela entra dentro de lugares que tem reserva³², como Arraial do Cabo, Cabo Frio, ele não entra... mas aqui uma reserva seria muito bom, tá entendendo? Eles varrem tudo e nada acontece com eles e a gente não, (...) a gente somos artesanal, nós somos aí...rema aqui hoje, pesca aqui, rema aqui amanhã, pesca ali. Você vê, eu tenho essa canoa ali, eu vou pra onde? Eu tenho condições de ir pra alto mar com essa canoa? Eu vou morrer, eu e quem for comigo. Eu pesco aqui na costeira, entendeu? Não pesco em outro lugar, sempre na costeira... e assim por diante, né? (SOUZA, Aureliano Matos de. *Cambuci*. Depoimento [Fevereiro 2011] entrevistadores: Pedro Colares da Silva Heringer e Daniel Martinez. Niterói, 2011)

Dessa forma, a pesca industrial desterritorializada por essência, quando exerce a pesca nos territórios da pesca artesanal, oferece, além do risco das artes de pesca mais predatórias prejudicarem a piscosidade daquele perímetro espacial, uma condição desigual de competição pelos recursos naturais. A descrição desse panorama está presente no estudo técnico que precede a RESEX Mar de Itaipu, realizada por pesquisadores do NUFEP com a coordenação de Roberto Kant de Lima, que sugere a observação de alguns elementos para a criação da reserva, entre eles:

i) Identificação de grupos sociais que tenham desenvolvido um saber local sobre os recursos explorados na região. Este saber deve constituir-se não só de referências à técnicas de manuseio dos petrechos tradicionalmente utilizados, mas um conjunto de referências que norteiam sua atividade, em termos de prognósticos relacionados com aspectos cíclicos naturais, como mudanças de ventos, lua, estações do ano, marés, etc. Tal “saber local” cumpre o papel de uma característica contrastiva do grupo em relação à sociedade envolvente, o que legitima o anseio por políticas de proteção especial. Estes grupos devem atuar em um espaço definido, com os quais tenham desenvolvido relações especiais, que passam não só por um profundo conhecimento do lugar e seus recursos, mas demonstrem uma dimensão afetiva clara: uma “querência” (Mello e Vogel, 2002) pelo seu lugar. (...)

³² Depoimento extraído em 2011, quando não existia a RESEX Mar de Itaipu. Nesse depoimento, ilustra-se a importante adesão de Cambuci na discussão acerca da RESEX, que viria a ser definidora posteriormente para a adesão de outros pescadores e para a consequente efetivação da reserva (MIBIELLI, 2014b).

ii) A existência de conflitos com outros grupos que os colocam em uma competição em condições técnicas desiguais pelos recursos naturais nas localidades onde são exercidas as atividades extrativistas deve ser considerada um indício para o estabelecimento de uma política pública diferenciada. Tal iniciativa é fundamental para se reduzir a ameaça que estes grupos sociais sofrem com vistas à sua reprodução social. (SEA-RJ, 2013, p.8 e 9)

2.7 O espaço

Mas, para afirmar uma “territorialização” ou “desterritorialização” desses agentes, o que preconizo como “território”? De certo há uma relação distinta que quero começar empreendendo aqui entre o conceito de “espaço” e de “território”, que podem ser construídos multiplamente. David Harvey (2013) descreve o espaço como uma categoria passível de três leituras. Existe portanto, a atribuição do espaço por si só, onde a condição espacial se dá aos seus limites físicos – o espaço *absoluto*. Para além do espaço *absoluto*, há também o espaço *relativo* que trabalha o espaço através das diferentes percepções dos atores que o constrói em posições distintas. Nesse sentido, Harvey aponta a construção do espaço *relativo* em dois sentidos: “de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem” (2013, p.129). Nessa perspectiva *relativa*, o espaço não pode mais ser compreendido sem a concepção de um processo de produção, e portanto, intrinsecamente ligado ao tempo. Importante entender que há uma *Itaipu* como um espaço construído dentro de perspectivas distintas, e não como um objeto definido a priori que se limita ao espaço físico, ou seja, através do espaço como é representado, valorado, preenchido pelos sujeitos que o percebem, entendendo que não se constitui um espaço em um vazio cultural, sem um repertório subjetivo. Nessa definição de *Itaipu*, os diferentes sujeitos e suas perspectivas e acionamentos distintos do espaço vão moldando os seus limites, não circunscritos em nenhum registro cartográfico oficial, mas tendo suas fronteiras consolidadas processualmente. Desse modo, diferentes performances e discursos permitem ainda que *Itaipu* consiga ser construída, quando em oposição à “Niterói”, fazendo suas fronteiras com o Largo da Batalha; ou com o Cantagalo, opondo-se à

Pendotiba; “na entrada do Engenho do Mato, opondo-se aos antigos “camponeses” da fazenda; no cemitério, opondo-se à Fonte” (LIMA, 1997, p.63).

Dessa perspectiva, Harvey compreende finalmente o espaço de forma *relacional*, da qual afirma que os “processos não ocorrem *no* espaço, mas definem seu próprio quadro espacial”, ou seja, que a produção do espaço está contida em objetos, e portanto, esse objeto só existe em função da relação deste com outros objetos. Dessa forma,

A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicos através do tempo (...). Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendida em referencia apenas ao que existe socialmente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele, do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro concentram e congelam em um certo ponto (...) para definir a natureza daquele ponto. (2013, p.130)

Esta concepção de espaço considera sua compreensão a partir de contextos definidores, que são tanto relativos, pois dependem da posição e do repertório interpretativo que determinado leitor tem dele, como dependentes de seu dispositivo físico. A importância dessa concepção reside justamente na propriedade *relacional* que esse espaço tem com esses contextos e com outros objetos, o que além de permitir uma múltipla percepção de Itaipu construída através da perspectiva relativa do sujeito e suas múltiplas geometrias, está contida no tempo e carrega as diferentes percepções da realidade possível em processos distintos de significações até o momento da concepção e compreensão desse espaço. Dessa forma, compreender o espaço da forma relacional é compreender que o espaço é não só uma criação social, de maneira que nenhum sujeito constrói sua interpretação da realidade de forma autônoma, mas como também está subjetivado nos sujeitos, assim como os sujeitos estão contidos no espaço.

Para Anthony Giddens (1991), diversos mecanismos são criados no desenvolvimento da modernidade para ordenar e produzir separadamente o tempo e o espaço, que segundo ele, são resultado direto da tendência da racionalização da sociedade moderna. O relógio e o calendário são instrumentos que ordenam e desencaixam a produção do tempo de seus aspectos locais, seguindo o exemplo do autor, como se dava em sociedades agrárias cuja noção de tempo era regida de maneira que o nascer e o por do sol definiam a noção do começo e fim do dia. Nesse exemplo, a medição do tempo era intrinsecamente conectada com a produção do campo e a fertilidade da terra, que regia toda uma forma de produção do tempo ligada à própria produção do espaço, onde não se podia apontar exatamente o momento do começo do dia e “quando” era mais intimamente ligada a “onde”. Ao invés disso, as sociedades modernas submetem seus processos a uma produção arbitrária do tempo, que é racionalizada e desconectada com a produção social do espaço, dando lugar a um ordenamento das ações sociais sobre o tempo globalmente organizado. Processos de desconexão do tempo e do espaço também se dão por parte da instrumentalização do próprio espaço, onde os mapas e as fronteiras (nacionais, de propriedade, reservas ambientais, zonas militares) produzem a dimensão totalizante de um espaço que muitas vezes é alheio à sua produção social.

Nesse momento, para pensar Itaipu, recupero a ressalva de Giddens quando diz que a separação entre o tempo e o espaço é uma tendência de desenvolvimento que não deve ser vista de forma unilinear ou irreversível; “como todas as tendências de desenvolvimento, ela tem traços dialéticos provocando características opostas” (GIDDENS, 1991, p.23). Ou seja, produções totalizadas do espaço e do tempo coexistem com produções singulares e locais, apesar de muitas vezes serem conflituosas na integralidade da sociedade moderna global.

2.8 O tempo

Claro que para Giddens, diferentemente da concepção do espaço de Harvey da qual o tempo é marcado pela característica processual que se torna fundamental para perceber o espaço, apesar de conservar a marcação desse caráter processual, acaba

tendo sua perspectiva mais definida em função de suas representações no espaço. Em Itaipu, existe o tempo flexionado à memória, o tempo histórico, representado nas estruturas da vila dos pescadores, nas canoas na beira da praia, nas redes de tainha, mas sobretudo nos relatos daqueles que detêm as narrativas que os consolidam ao espaço, bem como parte dele próprio, relacionalmente. Mas também existe a produção do tempo social, conformado a partir do tempo do trabalho, que também é flexionada na própria produção do espaço, de maneira que, além das representações do tempo cosmológico e suas variáveis ressignificadas expostas na ideia do *inverno* e *verão*, os horários da pesca escapam à produção homogeneizadora do tempo do trabalho capitalista.

Os ônibus em Itaipu, por exemplo, são uma inflexão direta da homogeneização do tempo impresso pela racionalização globalizada da vida social moderna, portanto, seus horários “de pico” obedecem o tempo do trabalho moderno, do qual aumentam a circulação a partir das 6 horas da manhã e das 17 horas da tarde. Entretanto, para os pescadores, o tempo do trabalho está associado a perspectiva espacial da pesca. O horário é impreciso, mas no arrasto de praia o trabalho se dá geralmente se dá a partir das 4 horas da manhã. As redes de espera têm seu horário mais flexibilizado, dependendo das condições cosmológicas, tendo em vista a discussão de ressignificação do *inverno* e do *verão* discutidas aqui, em função das condições em que os recursos extraídos do mar se encontram disponíveis e claro, em função da sua relação com o arrasto de praia, de maneira que não se atrapalhem. Todas as minhas entrevistas foram feitas na parte da tarde, da qual esses pescadores estavam em seu período “pós-trabalho”³³, muito mais cedo que o tempo do trabalho da sociedade envolvente. O deslocamento do tempo da pesca com o tempo da cidade racionalizado e homogeneizado, ilustrado pela demarcação dos horários de pico dos ônibus, passa a ser dilatado na medida que o processo de urbanização que recai sobre

³³ algumas vezes estavam trabalhando em suas redes, reparando-as, outras em reuniões da ALPAPI ou do conselho da RESEX Mar Itaipu, o que em um sentido mais amplo possa ser considerado parte do trabalho da pesca, mas sempre em uma dinâmica de que naquele momento, a pesca no mar em seu sentido mais restrito, já havia sido feita na parte da manhã.

Itaipu se radicaliza na década de 70 e Itaipu se dá cada vez mais interconectada a uma centralidade de cidade determinada por dimensões absolutas e relacionais do espaço.

Muitas outras formas desconectadas do tempo local são observadas em Itaipu, por exemplo, recuperando a observação de Mibielli (2014b, p.8) quando diz que os tratores que limpam as areias passam na praia às 4 da manhã, fazendo barulho e iluminando o local, atrapalhando a pesca que se inicia nesse horário em função de uma ordenação dos aparelhos da cidade orientadas pelo tempo global, de modo que a limpeza urbana se dá de madrugada para não congestionar os fluxos da cidade. Não por acaso a presença desses tratores é apontada pelos pescadores de Itaipu como um dos principais problemas da queda da piscosidade, de maneira que suas artes de pesca são praticadas bem próximo da areia, sobretudo o arrasto de praia.

A totalização do espaço-tempo conformando sua produção local também está expressa na ideologia do “meio ambiente”, intrinsecamente moderna, que transfere os espaços localmente concebidos por um outro, difuso e universal, e que perpassa muitas das políticas públicas sobre os territórios dessas comunidades, como discutido aqui também acerca das políticas de reservas extrativistas. Para Lobão (2010), conceitos como “desenvolvimento sustentável”, de predomínio do viés econômico, passam a orientar a moral a ser seguida em um universo normativo totalizador em muitas das políticas ambientais que perpassam os territórios de pesca subordinados aos aparelhos ambientalistas do Estado. Dessa forma, o saber local, que conforma os princípios técnicos da pesca, passa a ser substituído por conceitos como “técnicas de manejo”, que resulta em políticas de ordenamento dos espaços, como as Unidades de Conservação. Há, assim, o deslocamento do saber local e suas sensibilidades jurídicas particulares, como o “direito à vez”, que orientam o uso de recursos naturais a um “manejo técnico” referenciado por um saber científico racionalizado e pretensamente universal. Dessa forma, promove-se um controle do tempo e sua ressignificação, do qual o passado que conforma o uso do espaço à moralidades construídas através da memória de grupo e da tradição cede lugar a perspectiva moderna de futuro.

2.9 Território e disputa

A partir desse ponto, creio que as discussões sobre o espaço passam a ser formuladas a partir da ação humana sobre ele em suas dinâmicas de disputa, contidas na noção de *território*. O espaço essencialmente precede o território, que por sua vez, para Milton Santos, é formulado como um *território usado* e portanto, da ressignificação dos elementos contidos no espaço em função de seu uso social e comunitário. Assim, a noção de território está intrinsecamente relacionada com a ação humana em determinado espaço. É importante frisar que dessas formas também se dão os elementos simbólicos que não necessariamente mantêm uma relação direta com a produção econômica, mas sim nos aspectos culturais dos processos de significação desses elementos, bem como dos próprios limites desse território.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (1999, p.8)

Entretanto, Marcelo Lopes de Souza admite que a questão prioritária na formação do território é, sobretudo, as relações de poder contidas. Não significa portanto que as questões econômicas, o trabalho e as relações de distribuições de bens e recursos, bem como sua dimensão cultural, através de seus processos de significação espacial, atribuição de identidades, signos de ancestralidade, entre outros, sejam irrelevantes ou se produzam distintamente a qualquer definição de território que se faça a partir da demarcação das escalas de poder. Souza pontua, e concordo com o autor, que grande parte das relações simbólicas não se dão desassociadas das relações de produção, tal qual as relações econômicas não são descoladas das trocas simbólicas embutidas, sobretudo no contexto de Itaipu, onde a identidade social e os signos territoriais são intimamente produzidas no trabalho da pesca, assim como as condições de produção da pesca são construídas em função da significação de

elementos do espaço. Mas todas as relações que marcam a territorialidade, independente se relações simbólicas ou materiais, pressupõem disputas, conflitos, que por sua vez tratam inerentemente da questão do poder.

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (1995, p. 78, 79)

A questão passa a ser territorial, portanto, quando a partir da produção humana sobre o espaço, têm-se o jogo de significação de seus elementos que carrega em si a dinâmica da disputa, seja pelo poder da significação ou pelos recursos produtivos. E a existência de um território de pesca, bem como suas representações, é evidentemente carregada pela dinâmica que essas disputas se apresentam e pela sua defesa como um território da pesca.

Na minha monografia (SILVA, 2015), discuti parte da fala de um dos pescadores à luz das relações de poder e da dinâmica da espacialidade proposta por Milton Santos. Ela se dava assim, aqui em uma versão estendida do depoimento:

Na semana passada um rebocador da Dinamarca levou a minha rede. Eu fui reclamar com ele, não consegui. Fui pro Rio, me mandaram pra Macaé. De Macaé, me mandaram entrar na justiça porque o dono era da Dinamarca. (...) eu to vendo, eu não vou conseguir nem receber esse dinheiro da rede, que vão mandar pra Dinamarca e tal, eu fico até desanimado. Eu acho uma vergonha. Eu pesco há 48 anos, e a gente pescava abertamente tudo isso aí, agora a gente não pode pescar. Esses caras põe umas boias flutuantes de 500 metros em volta. Aqui tem dois, Itacoatiara tem dois. (Informante. Depoimento [2015] entrevistador: Guilherme Aglio da

No texto, a intenção era descrever a natureza dos conflitos no espaço marítimo, ilustrando a ameaça sobre a pesca artesanal do tráfego dos grandes rebocadores, das plataformas e de grandes embarcações da indústria petrolífera. O conflito dessa natureza é descrito pelos pescadores quase sempre enfatizando a distância e a dificuldade de se dialogar com esses atores. O poder de reivindicação dos pescadores, quando contrastado ao poder econômico e político por trás dessas grandes empresas multinacionais, se dilui, dando lugar à sensação de insignificância e de impotência. Nessa mesma pesquisa, para analisar as diferentes dinâmicas de poder que recaem sobre o território, recuperei os conceitos de Milton Santos (1994) de *espaço banal* em oposição ao recorrente conceito de *rede*. Dessa forma,

Compreende o *espaço banal* o “espaço de todos, todo o espaço”; aquele lugar onde as relações se atualizam horizontalmente; o “espaço contíguo”. Partindo desse entendimento, junto com o *espaço banal*, num “acontecer simultâneo”, existem também as redes, e um “lugar em rede” aqui constrói-se como um lugar onde as operações se dão verticalmente; onde aqueles que atuam no território tem seu comando hospedado em um outro lugar, de um outro ponto, permitindo a existência de um “acontecer hierárquico”. (SILVA, 2015, p.30)

A racionalização da sociedade moderna gera outras dinâmicas de produção de espaço que acontecem apesar das relações contíguas nele. Milton Santos chama a atenção para esse processo, que se debruça sobre a dinâmica de poder contida na própria produção do espaço em tempos de globalização, não substituindo, claro, as dinâmicas horizontais do espaço *banal*, mas permitindo este “acontecimento hierárquico”.

Um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço. (SANTOS, 1994, p.17)

Temos aqui, portanto, um pescador que perdeu sua rede para um rebocador e se viu impedido de conseguir travar um diálogo para tentar resolver o problema devido ao *sujeito* – uma empresa dinamarquesa – e o comando essencialmente vertical por trás da presença e ação daquele rebocador estejam relacionados a outro ponto fora do território, e em outra escala de poder. Nesta pesquisa, tratei da reconfiguração urbana levada a cabo pela especulação imobiliária, resultando na espoliação de áreas da praia onde antes existiam pescadores; tratei da desigual competição da pesca industrial e suas incursões em áreas da pesca artesanal; tratei agora de rebocadores de multinacionais poderosas arrastando redes, sem que sequer estejam efetivados canais de comunicação pra se discutir o problema. De todas essas questões, como então equiparar-se em condições de disputa com tamanha diferença de escala de capital político e econômico? A verdadeira luta do “tostão contra o milhão”, como os pescadores de Zacarias, em Maricá, se referiam à sua posição de defesa de seu território (MELLO; VOGEL, 2017). Dessa forma, as narrativas de perda dão conta da dinâmica das forças em Itaipu.

Nesse sentido, a dimensão espacial só faz sentido em Itaipu a partir do momento em que ela traduz-se em um universo altamente significado ligado à prática da pesca. Quando a dinâmica urbana começa a se desenvolver orientada pela lógica da modernização e do progresso sobre esse espaço, esses significados começam a ser esvaziados para dar lugar a uma outra lógica sobre o espaço e sobre o tempo, orientados por uma visão que se pretende universal cada vez mais desencaixada, nos termos de Giddens. Tendo em conta que a defesa de seus modos de vida passa pela afirmação desses processos de significação atrelados ao espaço e pela luta do poder de transformação orientado por suas lógicas distintas de produção do espaço-tempo, territorializar-se, por fim, torna-se preciso.

Dessa forma, a dimensão territorial é elevada à categoria discursiva atrelada às representações desses pescadores, que se juntam à dimensão tática da qual esses atributos são acionados politicamente. Legitimar o território como “seu” é construir capital simbólico e equiparar-se às condições de disputa com esses outros atores descritos.

CAPÍTULO 3 – TRADIÇÃO E MODERNIDADE

3.1 Ancestralidade e os portos de pesca

Quero, contudo, tentar recuperar algumas representações da pesca atreladas à memória social, a começar pelo acionamento da categoria *ancestralidade*, que conecta a memória ao seu suporte espacial. A reivindicação de um passado originário, de uma herança espacial é a primeira dinâmica que enseja a condição da construção do espaço pela atribuição do afeto; são pescadores artesanais, filhos de outros pescadores artesanais, que acionam na representação da ancestralidade o direito de continuarem sendo o que são, e portanto, elevam a categoria da pesca como um patrimônio associado aos modos de vida a partir de representações no espaço.

Apesar de ser uma reivindicação coletiva, a *ancestralidade* é também uma categoria hierarquizante internamente, de maneira que nem todos os praticantes da pesca compartilham dessas características, e os que partilham a acionam como uma categoria de grupo, homogênea, confirmando a categoria tática política que é usada como capital simbólico. Não pretendo com isso afirmar que esse atributo se trata de uma ficção, cujo acionamento se dá apenas em função de sua utilidade política, mas sim, destacar heterogeneidades internas. São, de fato, em grande parte nascidos, criados e socializados em função de uma vida na pesca que atribuiu ao espaço, ao longo dos anos, um complexo repertório significativo. Mais que isso, a narrativa corrente é construída em função de uma consubstanciação com o espaço, de maneira que estão lá “há mais de 4 séculos”³⁴, e portanto, são os legítimos sitiantes da praia de Itaipu, consequência de uma forma de vida gerada a partir da confluência entre lugar de moradia e lugar do trabalho. Destaco, a partir disso, que a violência dos processos espoliativos executados sobretudo pelas construtoras a partir da década de 1970 ganha contornos dramáticos na medida em que ameaça essa riqueza cultural em função do afastamento desses sujeitos da orla. Se a construção dessa espacialidade não escapa ao

³⁴ Na entrada da vila dos pescadores, no Canto de Itaipu, está fixada uma placa pela prefeitura de Niterói, que se refere à pesca como uma atividade de 400 anos. Dessa forma, evidencia-se que a narrativa local alcançou o reconhecimento institucional do poder público.

processo de significação, de outro lado esse processo enseja uma relação de afeto, uma *querência*, “*topofilia – lugar praticado, lugar estimado*” (VOGEL; MELLO, 2017, p.299)

Uma outra forma de representação do espaço são os portos de pesca. Claro, esse espaço, dado à riqueza de significados, mantém zonas de relevância internamente identificados e diversamente narradas. Existe a lagoa, o canal, a praia, a vila, enfim, recortes variados, com importâncias distintas, nomeados. Existem, entre eles, os portos de pesca, que eram usados, sobretudo, antes da partição da praia pelo Canal de Itaipu, mas que ainda se mantêm como referências do contexto da pesca, bem como aciona a complexidade da percepção da praia, que foi construída em função sobretudo do arrasto de praia. O próprio *direto à vez* constituía-se em sua versão plena quando tratava de ordenar as companhas incluindo as referências das distintas localizações na praia e seus respectivos portos, tanto na saída das companhas, quanto no momento do encalhe. Esses portos marcavam a representação do espaço em função do espaço, ilustrados por seus nomes.

“Porto Pequeno; Porto Grande; Coroa; Volta; Areia Preta; Malha; Caminho Grande; Pegador; Queimada; Caminho das Moças e Canto da Ponta. Cada lance daquele que agente pescava tinha um nome. Nos olhos tinham a marca. Se você chegasse de madrugada, era dono do Caminho Grande, podia deixar a Malha para outro e o Pegador para outro. Pegador porque desde muitos anos tinha um ferro no fundo. Então a pessoa que pesca ali tem prática, já sabe a altura que está. Bota a rede mais pra cá ou bota mais pra baixo”. (Informante, em BIASOTTO, 1995, p. 165)

Entretanto, com a divisão da praia e o declínio do arrasto, os portos foram caindo em desuso no cotidiano da pesca³⁵, porém ainda compondo importantíssima referência de localização interna nas narrativas da memória, sobretudo, na maneira como alguns pescadores ativam esses portos discursivamente nas entrevistas, apesar do seu desuso, para associarem-se às próprias memórias do grupo e se colocarem

³⁵ A exceção do arrasto, que ativa constantemente os portos, ilustrado pela situação que narrei quando um dos pescadores, certamente por descuido, pescou no Porto Grande, destinado à pescaria que eu estava participando, o que disparou um pequeno conflito.

como conhecedores das significações da pesca efetivadas no espaço. Para os pescadores, o que legitima aquele espaço em um território da pesca é a cultura, a vida naquele espaço, os amigos e familiares, enfim, a memória, muito mais do que o direito de propriedade, o papel, a escritura, e dessa forma, a memória se torna também uma dimensão fundamental que traz o tempo passado para o tempo presente e se coloca como mediadora da construção do futuro.

3.2 Museu Arqueológico de Itaipu

Sem dúvida, uma das principais instituições no contexto da pesca artesanal e da salvaguarda da memória social da pesca é o MAI/MUSAI. Segundo Mirella Araujo (2015), orientado pela visão da ditadura militar sobre uma política cultural conformada numa visão tradicionalista de patrimônio e museu, o MAI/MUSAI não teve em sua origem a função de colaborar com qualquer tipo de auto-organização de grupos sociais, muito menos de efetivar sua autonomia. Na verdade, ele tem uma história complexa mediada por disputas de poder, no qual originalmente foi concebido sob “uma política cultural voltada para proteção do patrimônio edificado, às necessidade de fortalecer a profissionalização da arqueologia no Brasil e também à preservação de vestígios e sítios arqueológicos” (ibid., p.195). Seu nascimento surge no auge da expansão imobiliária da década de 1970 em Itaipu, em um traumático processo que resultou na expulsão dos pescadores das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, além da desintegração das diferentes funções nas quais esse espaço era construído socialmente, tanto religiosas e celebrativas, quanto para as atividades ligadas à pesca, fundamental na sociabilidade local. Apesar do museu ser reconhecido como uma instituição parceira hoje, sem dúvidas esse passado interioriza ressentimentos na memória social desses pescadores, sobretudo daqueles cujas famílias foram expulsas.

Porém, nos últimos anos, inspirado sob uma nova ótica de percepção do papel do museu no território, o MAI/MUSAI se percebe inserido em um local rico de saberes acumulados e vem tentando estabelecer uma relação próxima com o seu entorno, além dos seus projetos de conscientização das relações humanas com o meio

ambiente (FERRAZ, 2003; ARAUJO, 2015). Essa recente relação museu/comunidade que está sendo construída também é reconhecida pelos pescadores locais, seja na ajuda institucional, seja na promoção de eventos de relevância coletiva, ou na salvaguarda da memória da comunidade de Pescadores, que tem um efeito importante na positivação de sua identidade e vocalização de suas subjetividades de grupo. Desde 2009 o museu mantém um conjunto de acervo musealizado de 16 peças sobre a pesca artesanal de Itaipu, que leva o nome de batismo de Cambuci, *Coleção Aureliano Mattos de Souza*, que foi o primeiro e principal doador de objetos referentes a pesca do museu, tais quais “rede e pesos para rede, agulhas, samburá, moldes e cambicho” (ARAUJO, 2015. p.127) outrora pertencentes a seu pai, Seu Caboclo.

Ô, rapaz, esses objeto que eu doeï, eu doeï, pra dizer a verdade pra você, eu doeï com muito carinho, com muita carismática, com muito amor, com muito carinho, tá entendendo? E me dedicando ao nosso círculo de amizade, tá entendendo? À boa amizade que vocês têm comigo, como eu falei pra vocês, eu agradeço a vocês por ter uma consideração assim, de...isso aí pra mim não é um...como se diz? Eu querer ser o bom, ser o tal. Eu tenho a satisfação e a alegria de ter saúde ainda pra transmitir essas coisas do meu alcance, não é? À vocês, coisas que meu pai memorizou da época dele, tá entendendo? (SOUZA, Aureliano Matos de. *Cambuci*. Depoimento [Fevereiro 2011] entrevistadores: Pedro Colares da Silva Heringer e Daniel Martinez. Niterói, 2011)

Segundo Araujo, o museu também vem incentivando que a comunidade traga documentos e fotografias de contextos da pesca e de Itaipu. Nesse interim, o museu já reuniu mais de 700 fotografias e 40 vídeos. Para além disso, o MAI/MUSAI também dispõe de mais de 400 imagens digitalizadas cedidas pelo fotógrafo Ruy Lopes sobre a pesca artesanal nos anos 1970 e 1980 em Itaipu. Essas fotos montam uma modesta exposição referenciando a pesca e alguns de seus nomes e rostos, em uma oca montada em seu pátio, que ficou como resíduo de uma ação do museu com a breve ocupação do grupo indígena Guarani *Mbya*³⁶ em Camboinhas. Parte das entrevistas

³⁶ Referente à aldeia *Tekoa Mboy-Ty*, oriunda de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, que em 2008 se instalou onde era o antigo sambaqui de Camboinhas, afim de preservar a memória de seus antepassados, segundo eles. A aldeia, depois de duas ações na Justiça Federal e um incêndio criminoso, foi retirada e relocada em Maricá, em 2010. (FERRAZ, 2013)

que usei nessa pesquisa e na anterior (SILVA, 2015), foram retiradas dos acervos de depoimentos disponibilizados para pesquisa. Araujo também descreve a importância do museu na contribuição, aos olhos da disputa territorial, para o reconhecimento da ocupação dos pescadores de Itaipu.

É de conhecimento de muitos dos moradores locais, em especial do grupo de pescadores, que o Museu reúne em seus arquivos plantas antigas, anteriores aos loteamentos da década de 1960, o que garante a identificação de alguns terrenos e moradias ligados aos pescadores artesanais. Se por um lado essa documentação não impediu a destruição das residências dos moradores que habitavam a restinga de Camboinhas na década de 1970, quando Itaipu era uma praia só, por outro, mais recentemente, o Museu pode contribuir para que os pescadores não fossem retirados de suas casas e que o caminho de passagem entre a Vila e a Praia não fosse fechado por construções irregulares. (ARAUJO, 2015, p.125)

Reconhecendo a importância institucional que o MAI/MUSAI tem no jogo de poder que incorre sobre Itaipu e que envolve a atividade da especulação imobiliária, Cambuci depõe:

Para dizer pra você, assim, o Museu de Arqueologia, pra mim ele representa uma coisa... deixa eu buscar uma palavra sensata... Pra gente, pescadores aqui, eu acredito que o Museu representa um “esteio” nosso, uma existência nossa. O Museu ajuda a nossa existência da pesca. Na minha opinião, tá entendendo? Porque, se não tivesse esse Museu aí, talvez a gente não estivesse mais aqui. Porque esse Museu, ele ainda impede um poder, tá entendendo? Financeiro de entrar aqui. Você entendeu? Essa é a minha opinião. O Museu, se não fosse o Museu, na minha opinião, já teria entrado um movimento financeiro aqui, imobiliário que talvez a gente não estivesse mais aqui. (...) Então pra gente ele é um bem tombado e pra gente ele é um bem que traz um bem estar pra gente por que ele é um esteio pra gente. Pra mim! Pros outros eu não sei, pra mim. Pra mim que sou uma raiz de Itaipu. Pra mim, eu tenho o Museu como se fosse uma mãe pra mim, porra, tá entendendo? Por que se alguém vier mexer comigo, ele vai ter que tirar o Museu. Eu tô colado ao Museu, só quem pode me tirar daqui é o Museu. Se o Museu me tirar, fudeu. Se disser “não, você tem que sair”, eu tô fudido. Não é verdade? Ou não é? Então, quer dizer, eu tô falando pra você a verdade, é ou não é? Se o Museu chegar aqui e falar

“você tem que sair daqui da minha frente”, eu tô quebrado, igual a arroz de terceira. Então pra mim ele representa, não é... tá entendendo? Ele representa pra mim um pai, uma mãe. Uma coisa minha, o Museu é uma coisa minha, não é? Uma coisa que se identifica comigo. Não é? O Museu pra mim é uma história, pra mim é uma vida, o Museu pra mim é uma realidade, o Museu é minha vida, o Museu é a minha segurança...Eu tô junto com ele, entendeu? Se alguém chegar...eu digo “ó, eu tô aqui junto com o Museu!”. Quer dizer, eu morei ali dentro, eu morei ali dentro dos 14 anos aos 19, dentro do Museu. Na época eu dormia ali dentro. Tinha um quartinho ali que meu tio fez. Tinham 2 quartos, um de pescaria, outro do coisa...e eu morei ali. Entendeu? (SOUZA, Aureliano Matos de. *Cambuci*. Depoimento [Fevereiro 2011] entrevistadores: Pedro Colares da Silva Heringer e Daniel Martinez. Niterói, 2011)

3.3 Mestres e memórias

Para entender a importância da memória no contexto da pesca artesanal de Itaipu, é preciso entender como as histórias se articulam em torno dessa memória, consolidando seus aspectos-chaves que consolidam representações singulares por lá. Para esses pescadores, o passado se transforma em uma narrativa que posiciona esses sujeitos naquele espaço, fortalecidos por discursos acerca da ancestralidade e, sobretudo, desdobrando-se sobre a própria construção desse espaço relacional, de onde são formadores e formados por ele. Como aponta Biasotto,

(...) as histórias passadas ocupam um lugar privilegiado, pois permitem o reconhecimento do grupo diante da expansão da cidade, garantem as imagens de continuidade para a construção e atualização das representações de identidade social do grupo e fornecem as bases do conhecimento acumulado, de geração em geração, que possibilitam a socialização dos indivíduos no mundo da pesca. (1995, p.152)

Para a autora, os mestres em Itaipu têm uma função de reproduzir, através da memória e das tradições em Itaipu, seus modos de vida. Foram ensinados por seus pais, e têm a importante “função de lembrar” e por isso, gozam do “domínio do grupo” sobre a praia. Biasotto classifica os mestres em duas categorias, a partir da sua percepção sobre a função desses sujeitos internamente: os *mestre-do-mar*, que se consolidam como os mestres aqui já citados, donos das companhias, mas que além da

propriedade da pescaria mantém uma relação de domínio das condições de prognóstico e do prestígio interno, além daqueles que outrora foram *mestres-do-mar* do passado, os *mestres-memória*. A autora diz que esses mestres assistiam os pescadores chegarem na praia e estavam sempre presentes no espaço da pesca. São eles que eram os responsáveis pelas histórias mais importantes de um passado que consolidava os mitos formadores e as representações de grupo.

Uma das referências desses mestres-memória, na ocasião da sua pesquisa, era o pai de Cambuci, Seu Caboclo, que além de ser um grande contador de histórias e amarrar a memória em torno de uma identidade de grupo, ainda era uma importante fonte de consulta em relação aos prognósticos da pesca. Na segunda parte do documentário *Itaipu era uma praia só*³⁷, de 1994, Seu Caboclo, tido pela memória social como o grande fundador da Colônia Z-7, dá um depoimento bastante ilustrativo do “saber naturalístico” compreendido localmente como uma importante ferramenta de interpretação dos elementos da natureza. Sobrepondo-se ao saber científico que está contido no projeto de transformação unilateral do espaço na própria projeção desses elementos na organização social através das incursões da Veplan, que desfiguraram a lagoa e a praia de Itaipu como espaço da pesca, Seu Caboclo discorre quase como um ato político sutil, ensejando o direito à transformação do território e a valorização desse saber como uma “ciência” capaz de também orientar essas transformações. No depoimento, Seu Caboclo fala sobre a piscosidade da região, descreve as espécies que entram em Itaipu, e critica a abertura do canal que liga a lagoa ao mar através de uma barra permanente, dizendo que ali, da maneira como foi feito, “escangalhou tudo”. E continua, dizendo que seria melhor que aquela abertura fosse feita por Piratininga, aproveitando que a “natureza já deixou pronta” todas as condições para a abertura de um canal por lá. Dessa forma, Seu Caboclo finaliza:

Precisava aqui também, essa comporta aqui agora. Uma comporta aqui, chega na lua nova, lua cheia... isso eu queria dar um

³⁷ LEITE, Eliana Conde Barroso. *Documentário Itaipu Era Uma Praia Só (Parte 2)*. Agosto de 2015. Postado por "Eliana Leite", 1 de agosto de 2015. <https://www.youtube.com/watch?v=9ynXvyayAHg>, último acesso em 28 de fev. de 2018.

conhecimento a eles, que eles não sabem, engenheiro não sabe disso. Engenheiro aprendeu mas não aprendeu isso. Ele não sabe a maré. (...) Mas não sabe como é que... o movimento das águas como nós sabemos aqui. Uma das coisas que eu me dediquei mais foi ao mar. Aqui é pelo tempo. Eu hoje tô em casa sei qual é o vento que venta. Eu hoje tô em casa sei qual é o quarto de lua quando vai pelo mar ou dá por terra. Conheço tudo. Porque antigamente não se tinha relógio nem nada, a gente tinha que ver as estrela, era guiado pela lua. (*Seu Caboclo*. Depoimento [1994]. Entrevistadora: Eliana Conde Barroso Leite. Niterói, 1994)

Na sua dissertação, quase duas décadas antes, Roberto Kant de Lima atribui a Natalino o mesmo papel de *mestre-memória*, o qual considera-o como “co-autor” de sua pesquisa, a quem homenageia em sua dedicatória. Naquele contexto, ele era o responsável pelas histórias, o porta-voz dos pescadores, e o grande organizador da festa de São Pedro, que atuava como um propagador das representações da pesca e da formação de uma cultura articulada ao espaço, encontrando na figura de São Pedro, padroeiro dos pescadores, uma âncora simbólica que reproduz Itaipu como um território pesqueiro aos olhos da sociedade envolvente.

Kant de Lima também observa a heterogeneidade da vida na pesca, atribuindo aos pescadores uma enorme variedade de especialidades.

Pude perceber, no decorrer desse processo, não somente uma hierarquização, mas também uma verdadeira especialização interna das fontes de informação. Há especialistas em tradições (pescadores mais antigos), em “relações públicas” em geral (o dono da pescaria em que eu participava), ha os que cuidam das relações institucionais com outros segmentos da sociedade, preservando inclusive a história “oficial” da comunidade (o ex-interventor da colônia) e finalmente há os que se dedicam a outros tipos de pescaria. (LIMA, p.37, 1997)

Já na etnografia de Mibielli (2004) a referência como mestre-memória e mestre-do-mar foi a de mestre Cambuci, filho de Seu Caboclo. De fato, Cambuci foi a grande referência se tratando de memórias e narrativas da pesca quando incursei a campo. Todos os pescadores e familiares acabavam sempre me orientando a entrevistar Cambuci, porque segundo eles, “ele sabe tudo aqui”, legitimando-o como um mestre-memória. Mibielli também cita que sua adesão à RESEX Mar de Itaipu foi

decisiva para o convencimento dos outros pescadores que ainda estavam reticentes ao projeto. No entanto, identifico que Cambuci, diferente de Natalino na época de Kant de Lima, e de Seu Caboclo na de Rosane Biasotto, ainda é um pescador em atividade, que levanta às 3 horas da manhã, arregimenta a pescaria, e cobra sua rede de emalhar.

Bruno Mibielli (2004) cita que Cambuci ainda guarda as redes de cerco da tainha, mesmo sem uso. Em parte, faz isso pra afirmar a hierarquia interna, como mestre, no processo de consolidação de uma memória coletiva, e em parte pelo próprio esforço de construção de uma narrativa cuja tradição vai sendo construída através do resquício material da memória, peça da representação dessa identidade ligada ao arrasto, marcada por uma tradicionalidade multiplamente narrada como critério de legitimação. Apesar de Cambuci ainda trabalhar com a pescaria de emalhar, acredito que hoje Itaipu esteja reconstruindo suas especialidades internas respeitando o fluxo de transmissão da memória, no qual mestre Cambuci, com 63 anos, está passando por essa transição de mestre-do-mar para mestre-memória.

Há aqueles pescadores que constroem as narrativas oficiais e funcionam como “relações públicas” de Itaipu, e portanto, contribuem por costurar as narrativas históricas e as representações com as instâncias oficiais, no caso das articulações políticas, e com outros sujeitos. Segundo Mibielli,

(...) há outros pescadores que não necessariamente cumprem o papel de patronos de Itaipu, mas no entanto, tem uma voz para fora de Itaipu, sendo ligados a entidades representativas dos pescadores. Como citado anteriormente, Jairo e Maurinho se encaixam nesta definição. Estes pescadores tem tido participação ativa em esferas de políticas governamentais focadas para Itaipu como foi o caso dos projetos Canto de Itaipu e Projeto Orla. Logo os especialistas descritos por Kant, não necessariamente, hoje em dia, precisam estar aptos a realizar ou ter relações de patronagem com outros pescadores na praia, mas sim entenderem das gramáticas dos direitos, e saber atuar politicamente em esferas “fora” e “dentro” da praia, se tornando de certa maneira especialistas de relações públicas e governamentais de forma aproximada ao que descreveu Kant de Lima. (MIBIELLI, 2014b, p.80)

Nesse sentido, enxergo a recente aquisição de Maurinho, pescador de emalhar que recentemente vêm pescando de arrasto, não só como uma aquisição cujo fim seja

econômico por si só, ensejando maiores ganhos possibilitados pelo arrasto de praia, mas também como um ato político de movimentação interna pleiteando as instâncias da memória e da tradição e, sem dúvida, agregando capital simbólico como sendo um dos pescadores que detém o arrasto como parte de seu repertório, dando continuidade ao legado de seu avô, Seu Caboclo, e de seu tio Cambuci, e permitindo que o arrasto, que dá vida à narrativa das identidades, se consolide não só como memória ou como parte do passado, mas como presente e futuro; como um projeto.

3.4 Tradição e narrativa

A tradição, portanto, não é um elemento meramente fixador de práticas; a simples reprodução do residual. Não se trata de cristalizações conservadoras aleatórias, de um passado compartilhado. Eric Hobsbawn (1984) afirma que existe um processo de fabricação de tradição, que se trata não só da repetição de formas do passado, mas de reações a situações novas que assumem a forma de referência à situações anteriores e a depender dessas situações novas, as narrativas que fixam ou referenciam as situações anteriores são invocadas. Stuart Hall fala sobre esse jogo de articulação da tradição:

A tradição é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de associação e articulação dos elementos. (...) Os elementos da “tradição” não só podem ser reorganizados para se articular a diferentes práticas e posições e adquirir um novo significado e relevância. (HALL, 2013, p.287)

E as formas culturais que são determinadas pelas tradições, quando na sua totalidade é composta de outras estruturas edificantes, recompõem-nas através dessas situações novas das quais elas tem de articular, fazendo com que tenhamos um jogo entre a cultura e a tradição de retroalimentação e de constante ressignificação. Leonardo Guelman explica isso:

Se, por um lado, as tradições modelam as formas culturais, estas, por sua vez, em seu próprio movimento, reincidentem sobre a autoridade das tradições, deslocando-as de sua estabilidade. Ou seja, sob o véu de imutabilidade da tradição, o ofício da vida e da cultura colocam em cena novas práticas, jogos e representações que se dobram continuamente sobre as práticas do viver. (GUELMAN, 2017, p.164)

Dessa forma, as tradições, ainda que discursivamente conservando aspectos fixadores de práticas culturais e técnicas de pesca, são reproduzidas num fluxo paradoxal de deslocamentos e de transformações no fazer cultural. Tradições também se atualizam, são móveis e se deslocam pelo exercício das práticas culturais que elas próprias orientam e são orientadas.

Uma outra forma de entender esses deslocamentos de sentido acerca da tradição é analisando-a como uma narrativa. Podemos usar Paul Ricoeur e sua teoria da tríplice mimese que ajuda a decifrar aspectos reprodutivos da narrativa. Segundo ele, é a tessitura da intriga no tempo que compõe a narrativa; “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p.85). Em sua obra, Ricoeur desenvolve uma teoria fundada em três momentos da narrativa, a tríplice mimese, onde “mimese” é entendida como a ação de concretizar a narrativa.

A mimese I é o mundo prático ainda não explorado pela atividade poética, portanto, ainda não narrado. Mas (...) esse mundo já está impregnado de uma pré-narratividade que servirá de referência para o ato de construção poética (configuração), a mimese II. Todavia, a mimese não se encerra no ato de configuração (o mundo do texto), mas sim na atividade de leitura, ou, como diz Ricoeur, no ato de refiguração, a mimese III. Dessa forma, há um percurso que parte do mundo da vida, ainda não narrado (ou pré-narrado), passa pela configuração da trama e encontra o mundo da vida do leitor. (BARBOSA, 2008, p.1105)

Portanto, podemos dizer que o que temos é a mediação pela tessitura da intriga, narrada a partir das referências que o mundo lhe serve, e a exposição dessa narrativa a outros sujeitos que terão o desafio não só de recebê-la, mas de interpretá-

la, articulando com as próprias referências que tira do mundo. O repertório cultural que compõe as narrativas acerca da tradição pode ser compreendido como a pré-figuração de um mundo, aquele no qual as tessituras vão se referenciar. Nesse aspecto, a memória é deliberadamente selecionada para prospectar essa narrativa. No entanto, o desafio de vivê-lo e de reproduzir técnicas tradicionais – seja na forma discursiva e na ação que ela articula, no momento do ensinar, ou no relato individual, seja na forma do fazer, no exercício laboral – faz com que no momento da configuração dessa narrativa já prevaleça deslocamentos em relação à sua pré-figuração, quando a tradição é narrada ou executada como prática social. E esse deslocamento continua cumprindo seu fluxo quando as novas gerações em Itaipu fazem a leitura dessas narrativas, mediadas por um repertório de mundo distinto, globalizado, e refiguram portanto essa narrativa sob seus contextos. Não há como se pensar tradição, sob essa perspectiva narrativa, como algo fixado, imutável, portanto.

A pesca artesanal está submetida nesse processo dialético de construção da narrativa sobre as suas tradicionalidades quando estas se tornam importante aspecto político; é a garantia da continuidade do processo de construção de significação territorial e de uma legitimidade sobre os recursos naturais frente às ameaças dos atores externos, tal qual a pesca industrial, ou a especulação imobiliária, em um momento onde a principal técnica-ritual e forma de representação dessa tradicionalidade – o arrasto – entra em decadência. E essa não é uma ativação ingênua, casual; é uma reação a um processo de ruptura e modernização que não encaixa esses pescadores.

A tradição ganha novas leituras conforme é refigurada em um mundo moderno-contemporâneo, com outras éticas, outras ideologias, outras produções de sentido, ou seja, novas situações são flexionadas sobre as tradições que forçam deslocamentos de sentido. Nesse sentido, quero destacar a agência política desses sujeitos, em especial os movimentos de pescadores organizados pleiteando o poder de transformar o território, por serem potencialmente criativos e modificadores daqueles lugares, conseguindo assim se repensar à medida que aquilo que é verticalmente apresentado como moderno surge em suas praias, através da ativação dessas narrativas tradicionais, invocando as suas representações no espaço. São movimentos

que articulam no campo político as práticas tradicionais e saberes locais à modernização tecnológica, pois adotam como tática política a valorização do modo como se vive, muito mais do que o fazer econômico e a potencialização de sua produtividade a qualquer custo: a tradição com um novo significado e relevância e, portanto, sendo invocada como mediadora de um futuro, um projeto próprio.

Da mesma forma que não é possível pensar nos pescadores artesanais de Itaipu como se preservassem alguma essência por trás de seus modos de produção e suas práticas sociais das quais seriam representações da “verdadeira” identidade daquela comunidade, não podemos também construí-los como sujeitos passivos, submetidos, aceitando as transformações impostas que deterioram sua vida como uma questão natural do desenvolvimento. Não podemos deixar de entender criticamente os processos de colonização das cosmologias locais por trás do esforço totalizador da modernidade, nem o domínio do poder econômico sobre todos os outros aspectos da vida, inclusive a cultura. É preciso que se traduza as inflexões desses modelos de desenvolvimento nos territórios com suficiente sensibilidade para entender como isso acontece sob a perspectiva dos povos tradicionais que se veem prejudicados nesses processos.

Com os pescadores de Itaipu, há uma predominância dos discursos que reivindicam não só a soberania de suas práticas tradicionais, celebrando sua singularidade cultural, mas que também garantam condições justas e dignas de sobrevivência da pesca artesanal. Tais discursos começam a tomar rumo em um momento no qual os pescadores se organizam e percebem que são capazes de estabelecer diálogos, se posicionar em redes e travar essa disputa, entendendo que a luta política possível para afirmar legitimidade e o direito sobre aquele território, construído através de séculos de ocupação e da vida cotidiana na pesca, se faz na agência das suas memórias, nas narrativas de ancestralidade, na força dos discursos acerca da tradição. A cultura aqui torna-se peça chave na luta política. O entendimento da cultura como espaço onde se dá essa disputa é central para entendermos que, não é apenas na condição econômica que se encontram as distorções e as dominações, mas no poder de produção simbólica também.

3.5 Modernidade, memória e projeto

Para analisar as transformações socioculturais dos pescadores artesanais de Itaipu nos últimos 50 anos, optei por partir, como pressuposto teórico, de que existe um processo em curso na sociedade global contemporânea chamada *modernidade* que conforma uma série de estruturas que orientam o ser e estar no mundo. Dessas estruturas, aponto sobretudo a ideologia do indivíduo-sujeito gerada pela racionalização da sociedade, que em Itaipu é radicalizada após as transformações urbanas da década de 1970 e que tem inflexões diretas na forma desses pescadores lidarem com seus territórios.

A modernidade é uma ideia intensamente discutida, rejeitada ou reelaborada, que a priori “refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991).

A ideia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões. (TOURAINÉ, 2002. p.9)

Ela portanto é marcada pela racionalização e secularização dos processos humanos, levada a cabo pelo desenvolvimento científico e tecnológico, que imprimirá uma outra dinâmica na vida social, e, claro, enfatizará o caráter pessoal da vida ilustrada na ideia de que “o homem é o que ele faz”. Em contraponto com um projeto de indivíduo pautado pelas expectativas comunitárias da qual ele está inserido nas sociedades tradicionais, a modernidade inaugura a ideologia do indivíduo-sujeito, que se expressa na consolidação do *eu* como produto da racionalização da vida, descolado dos sistemas holísticos que anteriormente determinavam as trajetórias, as identidades e as formas de conceber, de ser e estar no mundo.

Na esteira desse debate, Gilberto Velho (1994) fala sobre a consolidação de um *projeto* do sujeito, onde a *memória*, originalmente fragmentada, é organizada pra

adquirir a coesão de uma trajetória e assim, dar sentido e linearidade ao prospectar um futuro. Quando Velho trabalha *memória* pra pensar o *projeto*, ele constrói seu argumento articulando uma certa linearidade narrativa que constrói a identidade desse indivíduo, cada vez mais sujeito de sua trajetória.

De uma forma, podemos pensar a memória aqui quase como um resíduo das sociedades tradicionais, holísticas, quando a memória que se torna socialmente relevante é aquela compartilhada coletivamente, herdada de processos comunitários, advindos de núcleos encompassadores. Essa ideia da produção da memória se aproxima da qual Michel Pollak desenvolve baseado no pensamento de Maurice Halbwachs, quando afirma que “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (1992, p.200-212). Ele ainda acrescenta que essa “memória vivida por tabela” é tão potente quanto à vivida de fato; “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos chamar numa memória quase que herdada” (id.). Claro, não se trata de não reconhecer significativamente as trajetórias pessoais dos indivíduos, mas que a ênfase biográfica tal qual concebemos em seu sentido moderno não é socialmente significativa como as narrativas que fixam o indivíduo biológico em sua unidade encompassadora.

Porém, no bojo das sociedades modernas entretanto, é mais comum observarmos a memória, do ponto de vista biográfico, a partir da perspectiva da autoconstrução desse indivíduo-sujeito, como uma seleção de fragmentos do passado que visa adquirir uma intencionalidade e prospectar uma narrativa biográfica cada vez mais orientada pelo interesse pessoal, deslocada de seus contextos encompassadores. Ainda que a modernidade conforme unidades encompassadoras mais ou menos fixadoras do ponto de vista da memória coletiva e da prospecção identitária para seus indivíduos, há no projeto dos sujeitos na modernidade uma mudança de ênfase na construção identitária partindo dessa memória coletivamente fixada para uma maior flutuação entre outras narrativas de memória, ou seja, uma busca mais individualizada pelas narrativas identitárias partindo de uma seleção deliberada e mais livre da

invocação de uma memória, focada na trajetória desse sujeito e em seu desejo de construção de si, muitas vezes fragmentando esse sujeito em múltiplas identidades.

É importante salientar que estamos lidando com ênfases estruturais, pois toda construção identitária, toda narrativa socialmente compartilhada, é, em algum grau, uma construção social e uma escolha do indivíduo, ainda que haja um campo mais ou menos restrito por onde esse indivíduo consiga efetivamente fazer “escolhas”. Entretanto, é necessário assimilar uma ampliação do “campo dos possíveis” para os sujeitos inseridos em contextos modernos, que é resultado direto dos ganhos que a modernidade traz, ainda que de forma desigual para as diferentes posições de sujeito que esse indivíduo consegue ativar.

(...) é na modernidade ocidental que, dentro de uma ideologia individualista, os sujeitos disporão de maior autonomia para compor suas pessoas públicas. Por rupturas políticas, econômicas ou culturais, haverá claramente, em especial para as camadas médias, a ampliação dos “campos de possíveis” para a reinvenção de si. Só para citar alguns exemplos, a postura liberal acerca da liberdade individual, as possibilidades de aquisição dadas pela ampliação do consumo via cultura massificada, as exigências de novos sujeitos sociais para ocuparem posições de protagonismo histórico (como as mulheres e os jovens), dentre outros, paulatina e ao mesmo tempo vertiginosamente transformarão as concepções e limites dos processos de construção da pessoa moderna ocidental (...).” (ENNE, 2010, p.17)

3.6 O desencantamento

Atualmente, as estruturas que moldam as relações sociais em Itaipu são diferentes em vários aspectos fundamentais das que eram praticadas no auge da pesca artesanal anteriormente ao seu projeto de urbanização, o que contribui para o processo de afastamento das novas gerações, as quais acabam por perder o vínculo de pertencimento e interrompem a continuidade de práticas que dão sentido à produção identitária. Em outras palavras, podemos dizer que novos paradigmas sociais atribuídos aos valores da modernidade (nesse sentido, “modernidade” enquanto tempo histórico) transformam um território caracterizado por manter algumas relações sociais distintas das globalmente reproduzidas, colocando em risco a pesca artesanal,

por sua vez, a prática da pesca enquanto uma prática singular, tradicional e principal representação de uma identidade.

Novas narrativas são produzidas sobre o “ser pescador” em Itaipu, evidenciando o contraste que há entre a situação de falta de prestígio hoje, e a da pesca na década de 1960, quando os pescadores mais velhos experimentaram um período no qual a pesca apresentava maior relevância econômica na região e influenciava de forma mais contundente a sociabilidade regional. É comum o relato auto construtivo desses pescadores como “obsoletos” ou “ultrapassados”.

Você sabe que ninguém é burro, ninguém é babaca, né? (...) Você sabe que isso aí é coisa que já ultrapassou. As crianças daqui a pouco já tá com 5 anos e já tá mexendo em computador (...). Então, nós estamos no século 21, não é? (...) Vocês que são eleitores, são pessoas de outras, de outros meios, de outros nível, né, e sabem a expansão das coisas... (...) Eu não, tô aqui na pesca estacionado, vou jogar minha rede de pescar... vocês não, vocês acompanham a modernização, então você sabe que o ano que vem esse computador desse ano já não vai ser igual o do ano que vem. Já não é um botão vermelho, já não é um botão amarelo, já não é... e etc. e assim vai, não é? (SOUZA, Aureliano Mattos de. *Cambuci*. Depoimento [fevereiro de 2011]. Entrevista concedida ao Museu de Arqueologia de Itaipu. Niterói, 2011.)

As dinâmicas de prestígio podem ser entendidas em Itaipu traçando oposições e articulando os momentos distintos da década de 1970 com o atual. Em Itaipu, ainda existiam resíduos de memória de uma ruralidade que consolidava pelo menos duas oposições: *camponês/pescador* e *cidade/pescador*.

Assim, a oposição de “antigamente” fica definida: regionalmente, o pescador se identifica como superior ao “camponês”, em suma, porque o peixe é mais valorizado e tem mais fartura e porque está mais “próximo” da cidade. Ele tem, assim, uma outra oposição: Itaipu x cidade, antes só atingível por mar ou, com muito sacrifício, por terra. (LIMA, 1997, p. 55)

Evidentemente a modernização do território, a característica rural presente em Itaipu foi gradualmente deixando a região, e a situação que definia o pescador em oposição ao camponês foi por conseguinte passando a ser um discurso de memória e

constantemente evocado com certa nostalgia durante esse processo: o camponês que comumente coexistia nos bairros próximos acaba sendo lembrado na perspectiva do pescador em uma relação no qual se afirmavam superior, onde seu produto era mais valorizado e a sua figura era conseqüentemente prestigiada. Já em relação à cidade, expressa-se a noção do “civilizado” como atributo positivo, enxergando-se neles próprios uma maior aproximação a essa representação.

Camponês é o homem do campo. Mas sempre os pescadores representaram mais abastados, mais civilizados, com mais poder aquisitivo, pela própria aparência, roupa, chapéu, sandália, pode reparar... (Informante 1 em LIMA, 1997, p.55)

Pescador sempre dá impressão de ser mais rico, porque o peixe tem mais fartura. No modo de vestir, calçar, comer, o pescador é mais limpo, mais chegado à cidade. Em tudo isso é diferente do camponês, que anda com o chapéu mais roto, tem cheiro de corpo, sapato rasgado... (Informante 2. Id.)

As distâncias também ficaram mais curtas nessa nova configuração do território que se urbaniza, tal qual não há mais sentido opor esse pescador à um camponês ou mesmo a um lugar chamado *cidade*, outrora distante, de viagem relativamente longa e demorada no tempo e espaço daquele contexto.

Em outra passagem atual, essa visão a respeito de si mesmo evoca uma certa conformidade em relação à todas as questões espoliativas pelo qual passam, abraçando a visão de que o território de moradia é relativo à condição socioeconômica. Há portanto uma contradição entre a invocação do direito ao território pela legitimidade ancestral e a visão dominante conformada de que as condições socioeconômicas dos sujeitos é que definem a ocupação na cidade.

(...)Bota uma cortina, aqui é a porta de Itaipu. Bota uma cortina aqui e bota outra ali, tapa a paisagem de Itaipu e Piratininga. O que que você vai fazer com Niterói? Icaraí, água poluída; Charitas, água poluída; Saco de São Francisco; água poluída, não tem nada, aquela água preta ali. Então o que que é Niterói? Niterói é Itaipu e Piratininga. (...) Isso aqui é lugar pra pescador igual a Cambuci estar e outros mais? Não é. Pescadorzinho que não tem conta em banco, que não te carro do ano... é um cara que trabalha de dia pra comer de noite, trabalha de noite pra comer de dia. Não é o lugar dele. Tô falando verdade ou tô falando mentira? (SOUZA, Aureliano Mattos

de. *Cambuci*. Depoimento [fevereiro de 2011]. Entrevista concedida ao Museu de Arqueologia de Itaipu. Niterói, 2011.)

Sem incorrer no erro de se atribuir as transformações socioculturais puramente à base econômica, mas também sem desconsiderá-la, sem dúvida parte da ameaça que paira sobre a pesca artesanal tem origem na precarização material do campo do trabalho da pesca, em virtude do crescente empobrecimento biológico do meio marítimo e da transformação da economia da pesca, que transfere os núcleos de produção, anteriormente fragmentados na pescaria artesanal, em um centro unificado capitalista que proletariza a mão de obra e aliena o valor do trabalho na mão do empresariado da pesca industrial; em termos gerais, a maior parte da pesca mundial se industrializou durante o século XX e o mercado da pesca ganhou dimensões industriais.

O custo cada vez mais elevado dos equipamentos de pesca, sua perecibilidade, a competição por pescadores cada vez mais distantes dos portos de origem, levaram à concentração da atividade pesqueira nas mãos de empresas capitalistas, sobretudo nos países industrializados.

Tornou-se progressivamente mais evidente a separação do trabalhador direto – os pescadores tripulantes – dos meios de produção. Essa separação se evidencia no pagamento de salário mensal ou semanal aos tripulantes por parte das grandes empresas, em oposição à remuneração tradicional pelo sistema de partes, próprio da produção de armadores e empresas familiares. (DIEGUES, 1983, p.71)

Muitas dificuldades de se adaptar à estrutura desse mercado se verifica na própria reprodução da pesca artesanal, sob a perspectiva econômica, na convivência permanentemente adaptada de sistemas atípicos de lidar com a produção dentro do modelo capitalista vigente (PESSANHA, 2003), e na desigual competição pelo acesso ao meio marítimo frente aos barcos da pesca industrial que permanentemente inquietam os pescadores artesanais. Hoje, os pescadores recorrentemente apontam que os lucros da pescaria são insuficientes para a subsistência e que, na maior parte das vezes, têm a pesca como uma ocupação complementar, segundo eles, pela “falta de peixe”.

Então, é, a pescaria ela é hoje muito de pessoas que tem, que procura a pescaria pra refúgio pra, para o salário dele. Ele vem pra cá não é pra pescar, vem é pra melhorar o salário dele. E a gente tem muito pouco pescador de fato né, pescadores profissionais, (...) as famílias tão perdendo né, todo dia a gente perde um porque, um abandona a pesca, outro... na minha família mesmo eu tenho 10 irmão e tenho mais ou menos uns 30 sobrinhos e não tenho nenhum sobrinho que tá pescando, tá tudo voltado pra outras coisas: pra curso, faculdade... (...) Mas, estes, a gente pesca só quase lazer né. Então, a gente tá perdendo isso. A família de Ruben também que era uma família na área da pesca, ele não tem nenhum filho assim que tá pescando, nenhum neto que tá pescando, né? (...) E com isso, aí a gente tem essa dificuldade que, a família de Bichinho também tem poucos pescando, então as famílias (...) de pescadores tradicionais (...) e essa tradição (...) eu acho que tá acabando. Tá acabando, (...) nem de interesse em as pessoas serem pescadores, mas sim por falta de peixe, né? Porque a falta de peixe é a falta de salário, né? O pescador ganha aí em torno de um dia pelo outro né, um mês pelo outro eu posso colocar aí uns 12 mês, uns 10 mil reais por ano, 12 mil reais por ano. Quem fala que ganha mais do que isso tá brincando, só se tiver um equipamento muito bom. Eu tenho um cunhado que tem e um primo que tem uma pescaria muito grande e meu cunhado esse ano fez isso. E ele pode ganhar, com a pescaria e esses troço todo com equipamento aí uns 2 mil, 3 mil... e o pescador, o tripulante dele não chega nem a isso né, a média fica aí de 12 mil por ano, então é pouca coisa, é um salário que não dá pra se sustentar. (SOUZA, Jorge Nunes de. *Seu Chico*. Depoimento [novembro 2012]. Entrevistadora: Juliene do Valle Tardeli Cruz. Niterói, 2012)

Mas há questões relativas aos paradigmas socioculturais que os valores da modernidade transforma, para além de sua análise econômica, que nos permite enxergar a questão de Itaipu com uma ótica atualizada dos fenômenos culturais não só como meramente estruturados pelas transformações da ordem produtiva.

Antes do projeto urbano de Itaipu se configurar tal qual o é, havia uma morfologia social mais próxima de uma estrutura tradicional, que conservava aspectos importantes análogos à sociedades tradicionais e que definiam sociabilidades distintas, as quais foram inevitavelmente modificadas: entre eles, o isolamento local caracterizado por “maiores” distâncias, marcadas pela dificuldade técnica do deslocamento e de um menor fluxo de trocas que resultava na intensa relação familiar e limitava o intercâmbio de grupos sociais, que na memória social permitiu a

compreensão de que em Itaipu há “uma família só”. Roberto Kant de Lima, na tentativa aproximada de definir o contingente que vive total ou parcialmente da pesca no final da década de 1970 descreve essa característica:

Do ponto de vista da organização social estritamente considerada, os pescadores de Itaipu representam-se como “uma família só”. A tradição diz que há dois “troncos de família” mais importantes, um tradicionalmente ligado à pescaria de arrasto, o outro à de “canoas pequenas”. Os casamentos costumam ser feitos preferencialmente na região, mas nem sempre com pessoas da região, acontecendo também uniões com veranistas no local ou pessoas radicadas nos arredores. De qualquer forma, é constante o “descobrimento” de parentesco, de “primos distantes”, entre eles. (LIMA, 1997, p.67)

Em outra passagem, Kant de Lima descreve uma relação comunitária que inclui mulheres e crianças na divisão do trabalho em uma heterogeneidade de funções e hierarquias na pesca. Apesar de reconhecer que o trabalho já estava naquela ocasião migrando para as atividades urbanas, o autor sugere também que existia aí um circuito mais ou menos fechado de reprodução social e de um projeto de existência para esses sujeitos que é fundamentalmente ligado à pesca.

As funções masculinas se vinculam à participação nas atividades da pescaria. As mulheres têm fama de boas “fazendeiras de rede”, mas tal ocupação vem decaindo, em favor de outras atividades. O contingente mais jovem vem buscando trabalho assalariado fora de casa, o que acarreta maior ocupação dos mais velhos com atividades domésticas. As crianças obedecem também a essa divisão sexual do trabalho. Os meninos são socializados nas pescarias através de participação na “puxada”, do auxílio em pequenas tarefas. (ibid., p.68)

A reprodução desse modelo tradicional onde a família caracterizava uma unidade “encompassadora” fixava em maior ou menor grau os papéis sociais atribuídos às novas gerações na pesca, diferente da valorização da trajetória individual, a ênfase biográfica, possibilitada pelas ideologias individualizantes que a radicalização da modernidade trouxera. Segundo Gilberto Velho, nas sociedades tradicionais “a biografia do indivíduo biológico não era enfatizada, em proveito da ênfase na continuidade de uma categoria social abrangente”, e “a persistência da

unidade englobante é permanentemente fixada através de mitos, narrativas que reforçam o pertencimento dos indivíduos biológicos àquelas unidades” (VELHO, 1994, p. 99), que de maneira originária podemos associar às narrativas acerca da “tradição” que evocam em Itaipu e aproximam a reprodução social da pesca artesanal tal qual descrita por Kant de Lima às sociedades mais holísticas.

Em contraponto a este tipo de organização social tradicional, para além da inauguração do indivíduo-sujeito, a modernidade preserva outras duas características particularmente interessantes para pensar Itaipu, a juventude moderno-contemporânea integrada aos fluxos mundializados e as dificuldades de se estabelecer um elo entre a tradicionalidade reivindicada pelos pescadores e a perspectiva dessas novas gerações: descontinuidade e fragmentação.

3.7 O futuro

Sobre formas de descontinuidade na modernidade e seu caráter de permanente ruptura, Anthony Giddens enumera, à luz do debate que fizemos usando suas reflexões sobre o desencaixe do tempo e do espaço na modernidade:

Uma é o ritmo de mudança nítido que a era da modernidade põe em movimento. As civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema. Se isto é talvez mais óbvio no que toca à tecnologia, permeia também todas as outras esferas. Uma segunda descontinuidade é o escopo da mudança. Conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda a superfície da Terra. (GIDDENS, 1991, p.12)

Recupero Gilberto Velho quando diz que “se por um lado, as ideologias individualistas marcam o advento do indivíduo-sujeito, por outro lado, expressam a fragmentação de domínios que sucede a uma ordem tradicional hipoteticamente mais integrada” (1994, p.97). Essa fragmentação se dá na medida em que as identidades são articuladas conjuntamente, sem a necessidade de um único núcleo identitário fixado pelas “unidades englobantes “encompassadoras” – nação, linhagem, família,

partido, igreja” (1994, p.98), mas pela maior possibilidade dos indivíduos desenvolverem diferentes posições de sujeito, simultaneamente ou alternadamente acionadas como identidades.

Tendo esse panorama descrito, Néstor Garcia Canclini reflete sobre a fragmentação e a descontinuidade da juventude contemporânea: de um lado o jovem é exposto a uma “abundância inesgotável de informação e entretenimento e, ao mesmo tempo, o acesso a fragmentos numa ordem pouco sistemática ou francamente casual” (CANCLINI, 1996, p.216) que ativa outras ordens de sentido, globais, interconectadas, pra além das que estão sendo produzidas por seus antecessores em Itaipu – e aqui essa é uma categoria fundamental que mapeia o cenário no qual a prática da pesca artesanal enquanto mecanismo de reprodução social encontra seu maior entrave frente às perspectivas de continuidade. Do outro, diz que o jovem fragmentado, desencantado com as perspectivas do futuro e desconectado com as raízes do passado passa a viver o “hiperpresente”.

Dessa forma, a modernização de Itaipu não se resume apenas aos aspectos urbanos, mas também ao conjunto de valores socioculturais que se modifica e transformam as novas gerações que surgem neles, incluindo aí as características econômicas da produção que evidentemente condicionam a maneira como esses sujeitos se debruçam sobre a pesca, pois não podemos deixar de pesar, nessa equação de projeto dos sujeitos em Itaipu, a pauperização do campo da pesca enquanto possibilidade de trabalho.

Hoje, considerando a diminuição das distâncias ocasionada pelas transformações urbanas (infraestrutura, transporte público) que conectam Itaipu à “cidade”, a variedade de referências abertas pela midiatização da sociedade e à interconectividade possibilitada pela internet, é inegável que os jovens de Itaipu vêm recebendo inúmeros estímulos para construção de si, influenciados por uma ideologia moderna de ênfase biográfica, que o descolam de uma sociabilidade mais fixada com a pesca como a descrita. A relação tempo-espço passa ser profundamente modificada nesse processo, fazendo com que o escopo geográfico de um cotidiano local se amplie. As recentes políticas de democratização do ensino superior e técnico e a abertura iminente de postos de trabalho também contribuíram fortemente com a

ampliação do campo de possibilidades para a construção das trajetórias individuais, sobretudo no campo profissional.

Observa-se entre os filhos de pescadores uma quase que total preferência por outras carreiras que não a pesca. É comum colher relatos de pescadores que se orgulham de conseguirem colocar seus filhos em universidades com os ganhos da pesca para que não sejam pescadores, o que nos traz uma compreensão da situação da pesca no sistema de prestígio social relativo à profissão por parte dos próprios pescadores, além é claro da questão econômica; da vida na pesca não comportar mais o padrão de consumo desses sujeitos, que se eleva mediante às configurações sociais contemporâneas e a um território reconstituído como um balneário que inflaciona o custo de vida, ao passo que a piscosidade da região que garante os ganhos na pesca diminui.

Um grande número desses filhos de pescadores optam por se tornarem mergulhadores profissionais, alguns “da Petrobrás”, outros oferecendo seus serviços na modalidade turística. Não há relatos de mulheres mergulhadoras, de maneira que é maior o número de mulheres que tenham formação universitária, com ênfase na área da saúde, do direito e em carreiras administrativas. Segundo Rosane Biasotto, no atual momento da sua pesquisa havia uma única mulher pescadora desafiando a divisão sexual do trabalho pre-determinada na pesca artesanal, e das etnografias estudadas nessa pesquisa e nos relatos de campo, foi a única, de modo que a própria, quando interrogada sobre a possibilidade de haver outras mulheres pescadoras no futuro, encerrou: “acho difícil uma mulher fazer o que eu faço” (1995, p.72). Dessa forma, a estrutura de gênero que sempre regeu Itaipu se estende, apesar da pescadora entrevistada por Biasotto sugerir flexibilidades e renegociações a medida que os paradigmas dos novos tempos vão insurgindo nesses espaços. Dos pescadores tidos como “mestres” e que ainda moram em Itaipu, muitos dos seus filhos complementam a renda com atividades análogas à pesca, seja ajudando as pequenas atividades comerciais que alguns deles mantêm ao redor da praia, seja contribuindo³⁸ na própria

³⁸ O que observei foi um ou outro jovem ajudando nas puxadas do arrasto. Mais comum, entretanto, são os jovens que auxiliam seus pais embarcando em dupla nas pescarias de emalhar.

pesca na falta de algum tripulante, quando homem. Essa divisão sexual das preferências de carreira espelha uma relação herdada da memória social da comunidade, de maneira que a relação do trabalho com o mar ainda permanece masculino.

Entretanto, evidencia-se que essa geração representa uma ruptura com a transmissão geracional tão característica da comunidade pesqueira. Das pescarias que saem em Itaipu, o pescador mais novo foi identificado localmente com 34 anos, pescando na técnica de espera. Só há 3 pescadores³⁹ que ainda mantêm os instrumentos necessários para realizar o arrasto, todos com mais de 50 anos. Como já descrito, o capital necessário para se pescar através do arrasto é muito superior ao da técnica de espera, tanto materialmente quanto simbolicamente: além das redes serem diferenciadas e maiores, mobiliza-se uma quantidade maior de tripulantes e a divisão de trabalho é muito mais complexa. Ela também demanda um conhecimento das condições de previsibilidade muito mais aprimoradas baseadas no conhecimento territorial e na interpretação das condições naturais, como já descritas anteriormente.

Se a modernidade insere na sociedade uma tendência à racionalização técnica, as narrativas em torno da tradição são colocadas em um cálculo político que articula não só os ganhos produtivos, mas também as relações socioculturais que dela surgem. Muitas vezes, a substituição desse saber naturalístico pela inovação técnica se traduz numa ruptura desses valores culturais, o que nem sempre é desejado pela comunidade, já que o progresso técnico nunca é neutro, e sim diferentemente incorporado ou rejeitado pelos grupos sociais (BRITTO, 1999, p.226).

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues levantou casos no litoral do Brasil de mestres de traineiras provenientes da pesca artesanal que destruíam ou boicotavam equipamentos durante a introdução de tecnologias como a “ecossonda para identificação eletrônica dos cardumes e o piloto automático para facilitar a navegação”. Segundo Diegues,

³⁹ Cambuci, Lula e Maurinho, dos quais apenas Lula e Maurinho realizaram regularmente a pesca de arrasto no meu período de campo.

Não se tratava de uma selvageria de mestres ignorantes, mas uma forma de proteger o conjunto de conhecimentos adquiridos pela experiência e pela tradição e que se identificava com a própria possibilidade de sobrevivência enquanto pescador e que era tido como ameaçado pela nova técnica. (1983, p. 201)

Em Itaipu, a tradição é invocada como uma categoria política que faz frente há um processo de modernização que é parcial e excludente. É uma dimensão tática de preservação dos seus modos de vida, mas que prevê a sua atualização conformada em algum grau por tempos próprios, pelo ritmo autoproduzido, em contraponto à velocidade das transformações do globalismo que os alcança e ao chão onde constroem seu território. A modernidade impõe as dinâmicas sob a égide da velocidade. A tradição “marca a presença do tempo pretérito no tempo presente” (LOBÃO, 2010, p.133); é o instrumento deliberada e racionalmente utilizado para assimilar qual novidade é desejável, e assim, garantir a “possibilidade de reprodução social do grupo no tempo futuro” (id). Nas palavras de Milton Santos, “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (2014, p.338).

Dessa forma, a modernização de Itaipu não se resume apenas aos aspectos urbanos, mas também ao conjunto de valores socioculturais que se modifica e transforma as novas gerações que surgem neles, incluindo aí as características econômicas da produção que evidentemente condicionam a maneira como esses sujeitos se debruçam sobre a pesca. Ainda que consideramos o papel das narrativas acerca da tradição em Itaipu, não podemos deixar de pesar, nessa equação de projeto dos sujeitos, a força da ideologia do indivíduo-sujeito que recai sobre territórios em transição de lógicas locais para lógicas globais fundamentalmente modernas.

Podemos dizer que a ampliação dos “campos de possíveis” dos jovens em Itaipu e mais uma série de outros processos materiais e simbólicos que chegam às fronteiras dos espaços urbanos em expansão, adicionados à decadência econômica da pesca artesanal, modifica o projeto da juventude desses territórios. A ênfase da trajetória individual sobrepõe-se à construção de uma trajetória integrada e coletiva. O projeto de sujeito deles, anteriormente fixado pela rigidez de uma memória coletiva

tradicional, pelas estruturas encompassadoras que os posicionavam e pela estabilidade da reprodução social da pesca modifica-se: o peso da responsabilidade da continuidade das práticas sociais definidoras se dissipa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A praia de Itaipu, como território da pesca artesanal, foi construída em uma ocupação de alijados da estrutura social que moldou o caráter da formação social no Brasil e assim se manteve até o século XIX. São etnicamente diversos, descendentes dos trabalhadores do campo e escravos livres que acabaram ocupando o negligenciado litoral fluminense, em parte pelas estruturas econômicas e simbólicas estarem concentradas nas lavouras, até começarem a ser recompostas no período republicano. Posteriormente, esse grupo social passa a ter uma importância estratégica para a soberania nacional e começa a ensejar um papel na sociedade instituída, ilustrada na consolidação das colônias de pesca.

O panorama “pacífico”⁴⁰ começa a mudar quando, depois de uma série de transformações nos paradigmas éticos e estéticos acerca do espaço da praia no imaginário ocidental, o litoral passa a ser enxergado como um lugar virtuoso pelas elites, o que desencadeia uma série de projetos de ocupação nesses espaços previamente ocupados pelos pescadores.

Estes, fragilizados em sua condição de cidadania com a desigual e violenta formação de nação que tivemos, acabam passando por processos de espoliação, enquanto o poder instituído emerge projetos de cidades e balneários em uma ânsia de desenvolvimento civilizado e modernizador, que culmina nos projetos de urbanização do litoral voltados pra ocupação das elites na orla.

Em Itaipu, como vimos, isso se acentua na década de 1970, na figura da construtora Veplan, que desfigura toda a região para a construção de um bairro exclusivista, cercado, de lógica privada e condominizada, enquanto esses pescadores foram afastados da orla. Ali se iniciou um acentuado processo de pauperização da vida na pesca e o pescador passou a sofrer com a decadência de seus modos de vida.

As disputas passaram a ser a tônica em Itaipu. Organizados, não aceitaram de forma passiva o projeto que deteriora seus modos de vida e reivindicaram

⁴⁰ Uso o termo “pacífico” em oposição ao panorama de disputa que exponho em minha dissertação. Certamente as dimensões de conflito anteriores a essa existiram, porém não as considero nessa análise.

participação no processo de construção de Itaipu. E os anos que se desdobraram vão ser marcados por um processo de modernização muito mais intenso, que chega com a expansão da urbanização nos espaços de praia, porém disputados.

Todavia, como resultado direto da sua articulação política, os pescadores conquistam políticas públicas como a Reserva Extrativista de Itaipu que, apesar das discussões acerca de sua implementação apontar seus limites e desafios, garante que os recursos naturais dispostos nos mares da região sejam constitucionalmente garantidos para a exploração desses pescadores.

A existência desses pescadores não pode também ser totalizada sobre mecanismos de classificação que, como destrinchados aqui, são totalizadores e verticais. Este trabalho tratou de colocar em jogo algumas das heterogeneidades, hierarquias e hibridismos que a pesca artesanal invoca nos jogos de identidade e identificação e que parecem fazer mais sentido internamente do que externamente. Essa percepção de sentido é, evidentemente, difícil de se enxergar de fora, então não houve nesse trabalho o objetivo de compreendê-las em sua totalidade, mas de destrinchar aquelas que pareceram mais visíveis aos olhares desse pesquisador na experiência de campo que tive e na relevância do debate que fizemos.

Na praia de Itaipu, esses pescadores desdobram sua prática laboral centenária em uma série de conformações sobre o ser e estar o mundo, ou seja, sua morfologia social é intensamente moldada pela pesca artesanal. Essa morfologia é constantemente mediada através de costuras narrativas, onde os pontos dessa tessitura são fixados em memórias coletivas compartilhadas pelo grupo social, na medida em que o novo se apresenta em Itaipu. A analogia têxtil propõe uma linearidade narrativa e culmina, como propõe Gilberto Velho (1994), em uma prospecção de sua identidade, que recorre a essa memória e aponta para um projeto de existência social. Ser ou dizer ser, portanto, pescador artesanal tradicional de Itaipu, é participar desse jogo político que insiste em uma existência singular aos olhos da sociedade envolvente, mesmo se a intenção não for exatamente essa.

A articulação entre memória e identidade não é só uma “resistência” aos modos de existência homogeneizados que a modernidade conforma, sugerida através de uma narrativa que pretensamente fixa esses modos de vida em uma tradição

estática, preso a um passado idealizado. Ela é, mais que isso, uma mediadora de um futuro possível ou desejável, bem como um mecanismo de absorção ou repulsão do que é apresentado como moderno. Não podemos enxergar a tradição apenas como algo que se levanta em oposição ao moderno. Ela serve como uma força motriz, ativamente acionada, que orienta modificações em lógicas diversas, muito mais do que uma âncora que trava o avanço da modernização em um bloco rígido de representações do passado.

A modernidade, contudo, transforma paradigmas societários em todos os lugares onde ela expande seus braços. Aponte, neste trabalho, uma série de tendências, articuladas à racionalização dos aspectos da vida, sobretudo a produção de um tempo e de um espaço desencaixados de seus aspectos locais e a radicalização da ideologia do indivíduo-sujeito, que incentiva as novas gerações da pesca a construir suas trajetórias de vida orientados pelo desejo pessoal, recebendo uma variedade de referências de estilos de vida à medida que a informação se democratiza, as oportunidades se abrem e as possibilidades de construção de si se ampliam.

O desencaixe do tempo e do espaço moldam novas formas de construção de Itaipu, que se molda cada vez mais como uma praia de grande cidade global, espelhando a morfologia urbana característica das cidades modernas. Esse processo atua no esforço de elitizar a orla como local de moradia das classes dominantes e consolidar a cada vez maior transformação do espaço da praia em um balneário turístico.

Isso ocorre, como foi refletido aqui, por diversos mecanismos de homogeneização da produção do tempo e do espaço, ordenando-os através de lógicas cada vez mais globais, em detrimento da sua produção de lógicas locais e singulares, que compuseram esse espaço como um território pesqueiro. Podemos percebê-lo nos horários de ônibus ou dos tratores de limpeza da praia que seguem orientados pela produção do tempo capitalista, mas sobretudo pelo esforço de se tutelar as comunidades pesqueiras em políticas ambientais que tratam do espaço moralizado por estruturas de valores verticais, como a ideia de “meio ambiente” e as regras de manejo, que não considera os mecanismos ordenadores produzidos pelas próprias

comunidades, através das sensibilidades relacionadas ao uso comunitário desse espaço sob séculos de vida e ocupação.

Essas questões ensejam importantes entraves para o desenvolvimento das políticas que tratam da confluência entre o meio ambiente e as comunidades tradicionais, extensamente discutidas por pesquisadores do campo socioambiental e pelas próprias comunidades, bem como os pescadores na consolidação da RESEX Mar de Itaipu.

A respeito da ruptura dos paradigmas que fixam em maior ou menor grau esses pescadores, sob o ponto de vista geracional, a uma sociabilidade na pesca, destaquei que há uma ampliação do campo de possibilidades de construção do sujeitos, que encontra terreno fértil na medida em que se consolida com o avanço da ideologia do indivíduo-sujeito. Definitivamente, a urbanização não alcança esses territórios apenas nas modificações estruturais e físicas no território, bem como também expõe esses sujeitos aos paradigmas ideológicos modernos. Esses filhos de pescadores passam a se construir mais orientados por suas vocações e vontades pessoais estimulados com um leque muito maior de possibilidades de carreiras e pela ideia de que o sujeito é o que ele faz.

A hipótese dos apagamentos das relações sociais diversas em função de uma homogeneização globalizadora das dinâmicas sociais foi levantada perpassando pelo desinteresse factual das novas gerações dessas comunidades de pescadores no ofício pesqueiro, de maneira que enxergam outras possibilidades mais rentáveis – e com outras cadeias de prestígio – de construção das suas carreiras frente ao empobrecimento material e simbólico da vida na pesca. Esses jovens se encontram inseridos em uma Itaipu já profundamente conectada com as dinâmicas modernas que privilegiam a trajetória biográfica do indivíduo e que já lhes oferece um campo ampliado de escolhas de vida, com maiores possibilidades de construção de si. Dessa forma, acabam por confirmar a tendência da modernidade, marcada pela ideologia individualizante, em se produzir sujeitos cujas trajetórias são cada vez menos fixadas pela sua inserção em “unidades englobantes encompassadoras – nação, linhagem, família, partido, igreja” (VELHO 1994, p.98).

Do outro lado, a hipótese relativa à possibilidade de disputa dessas comunidades frente ao esforço homogeneizador da modernidade é defendida considerando a tradição como a narrativa articulada dessa memória de grupo, transformando-a portanto em um fator decisivo no cálculo político de assimilação ou repulsão das dinâmicas modernas. Assim, utilizando a tradição como tática política de legitimação territorial, os pescadores pretendem tomar de volta para si parte do poder da construção do projeto de Itaipu como um território pesqueiro, ao invés de sucumbir à transformação arbitrária de seu espaço de vida e de trabalho em condomínios de usufruto das classes médias e altas urbanas, ou como uma praia de veraneio, onde acabam por ser meros ornamentos associados a um bucolismo distorcido pelas peças publicitárias que intencionam vender loteamentos e casas.

Considerando a memória, originalmente fragmentada, como elemento fundamental de construção identitária intencionalmente ordenado em uma narrativa biográfica, ao prospectar um outro projeto de sujeito desconectado à identidade comunitária da pesca, rompe-se o elo desses filhos de pescadores com a memória social que estrutura a vida na pesca e que também é fundamental para cimentar toda coleção de significações que constroem aquele espaço físico como um território pesqueiro. Ou seja, se a memória coletiva ligada à pesca deixa de fazer parte da construção de projeto dos sujeitos, ela já é sintoma da crise de pertencimento.

Porém, acredito que a agência da memória pelos pescadores artesanais na construção de suas identidades não são desprezadas nesse processo, ainda que fora do campo de pesca. Nesse sentido, o fato dos filhos de pescadores estarem, por exemplo, executando o mergulho como atividade profissional, já sugere uma ligação à pesca através da sua ligação com o mar, que não pode ser facilmente rompida por esses processos. Resta saber, nesse sentido, se a pesca artesanal gozará de estruturas de manutenção para além do campo simbólico e suas instâncias narrativas no futuro, desenvolvendo-a como uma opção de carreira em condições competitivas com as que são ofertadas pela sociedade envolvente. Se conseguirmos construir condições materiais para que a pesca se desenvolva – e nesse sentido, acredito que a RESEX Mar de Itaipu é uma ação – talvez possamos enxergar a volta do prestígio da pesca e vislumbrar a sua continuidade, enquanto a tradição dá conta de mediar seus processos

de atualização. Se não, creio que a pesca artesanal possa passar da realidade concreta do trabalho e da vida definitivamente para as inúmeras narrativas de perda que semeiam os férteis campos de histórias em Itaipu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Mirela Leite de. *As narrativas, o território e os pescadores artesanais: políticas e processos comunicacionais no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação (Pós-Graduação em Interunidades em Museologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

BARBOSA, R. Monteiro. *A tríplice Concepção de Mimese de Paul Ricoeur e a narrativa Jurídica*. In: XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional – CONPEDI, 2008, Bahia. XVII Encontro Preparatório do CONPEDI. Florianópolis: Boiteux, 2008. V. 01.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ*. Ambient. soc. [online]. 2004, v. 7, n. 1. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100007>>. Acesso em 20 fev. 2017.

BASTOS, Lia Viera Ramos. “Niterói, terra de índio” *Apagamentos, silenciamentos e apropriações em torno da figura de Araribóia*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

BIASOTTO, R. C. *A territorialidade dos pescadores de Itaipú no contexto da expansão urbana de Niterói/RJ*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (org.). Usos & abusos da história oral. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp.183-191.

BRITTO, R.C.C. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo, RJ*. Niterói: EDUFF, 1999.

COMPANS, Rose. *A regularização fundiária de favelas no Estado do Rio de Janeiro*. Revista Rio de Janeiro, n. 9, p. 41-53, jan./abr. 2003

COSTA, Paula Chamy Pereira da. *Interações socioecológicas na pesca à luz da etnoecologia abrangente: apraia de Itaipu, Niterói/Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado no Programa de Doutorado em ambiente e sociedade) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

_____. *Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum*. In: The commons in an age of global transition: challenges, risks and opportunities, the tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property. Oaxaca, Mexico, 2004

CANCLINI, Néstor Garcia. *Ser diferente é desconectar-se*. _____. *Diferentes, desiguais e desconectados*. RJ: Editora UFRJ, 2005. p.209-224

CARVALHIDO, Victor Von Rondon. *Do “direito à vez”, à vez dos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu*. Dissertação (Pós- Graduação em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*; 19 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

CORBIN, A. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

_____; MOREIRA, A. C. C. (Org.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

_____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

ENNE, Ana Lucia. *Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade*. In: Comunicação, mídia e consumo, São Paulo, vol. 7, n. 20, p. 13-35, nov. 2010.

FARIA, L. de Castro. *Pescadores e Pescarias*. In: LIMA, Roberto Kant de; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997. p. 21 - 28.

FERRAZ, Livia Martins. *O museu como agente de sensibilização e representação sociocultural local: Ações desenvolvidas pelo Museu de Arqueologia de Itaipu / Museu Socioambiental de Itaipu*. Trabalho de Conclusão de Concurso (Produção Cultural) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1991.

GONÇALVES, Luísa Augusta Gabriela Teixeira. *Modelo de expansão urbana e apropriação do espaço na Região Oceânica de Niterói*. IN: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 11, n. 2. Niterói, 2010.

GUELMAN, Leonardo C., *A tradição como tradução continuada e a experiência narrativa de grupos culturais do cariri*. IN: AMARAL DOS SANTOS, Juliana, GRADELLA, Pedro de Andrea (org.). *Prospecção e capacitação de territórios criativos: desenvolvimento de potenciais comunitários a partir das práticas culturais nos territórios Cariri (CE), Madureira, Quilombo Machadinho e Paraty (RJ)*. Niterói, RJ. CEART/Mundo das Ideias. 2017.

HALL, Stuart. *Notas sobre a desconstrução do “popular”*. In: HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, UFMG, 2003. p. 247 a 264.

HARVEY, David. *O espaço como palavra-chave*. *Geographia*, Niterói, Vol. 14, No 28, 2012.

HOBSBAUM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 2014 .

LIMA, Roberto Kant de. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. In: LIMA, Roberto Kant de; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997. p. 11 - 263.

LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. Niterói, EDUFF, 2010.

MELLO, Marco A. S. e VOGEL, Arno. *Gente das Areias: História, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá - RJ. 1975 a 1995*. Niterói: EdUFF, 2004.

MENDES, Andréa Moreli. *Conflito, Meio Ambiente e Desenvolvimento no Morro das Andorinhas - Uma Andorinha só Não Faz Verão*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MIBIELLI, Bruno L. *As resignificações da pesca em Itaipu*. IN: 29 Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal – RN. Anais 29 RBA, 2014b.

_____. *Mestre Cambuci e o “Sumiço da Tainha”*: Uma nova imagem da praia de Itaipu. Trabalho de Conclusão de Concurso (Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

_____. *Ser “pescador profissional artesanal tradicional de Itaipu”*: e as redes de relações de uma trajetória. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia e Direito) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014a.

MORAES, Sergio C. de. *Colônias de pescadores e a luta pela cidadania*, in *Congresso Brasileiro de Sociologia*, 10, UFC, Fortaleza, 2001.

O'DONNELL, Julia Galli. *Um Rio Atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana*. Tese (doutorado) – UFRJ/ Museu Nacional/ Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana vol.4 n.1. Rio de Janeiro, abr. 1998.

PEREIRA, Luciana Freitas. *Revisitando Itaipu: Um ensaio de antropologia visual*. In: LIMA, Roberto Kant de; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997. p. 265 - 331.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: Trabalho e sociabilidade na pesca em Itaipu*. EDUFF, 2003.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RAMOS, Alcida R. *O índio hiper-real*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 28, ano 10. 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa – Tomo I*. Campinas: Papyrus, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo, SP. Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *O Dinheiro e o Território*. IN: GEOgraphia, v. 1, n. 1. São Paulo, 1999.

_____. *O Retorno do Território*. IN: SANTOS, Milton (org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Guilherme Aglio da. *A Itaipu das companhas: identidade, território e luta em Itaipu*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social. Niterói, 2015.

SILVA, Patrícia Moreira Mendonça e . *A Laguna de Itaipu e os serviços ambientais na região oceânica de Niterói, RJ*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. IN: _____. [et al]. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73 – 102.

SEA – RJ. *Estudo Técnico para Criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu – Resex Itaipu*. Niterói, julho de 2013. Disponível em: http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1413932/DLFE-62370.pdf/Resex_Itaipu_jul2013.pdf Acesso em: 01 de março de 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de *et al.* (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TOURAINÉ, A. *Crítica da Modernidade*. 7a ed.. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. IN: *Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.